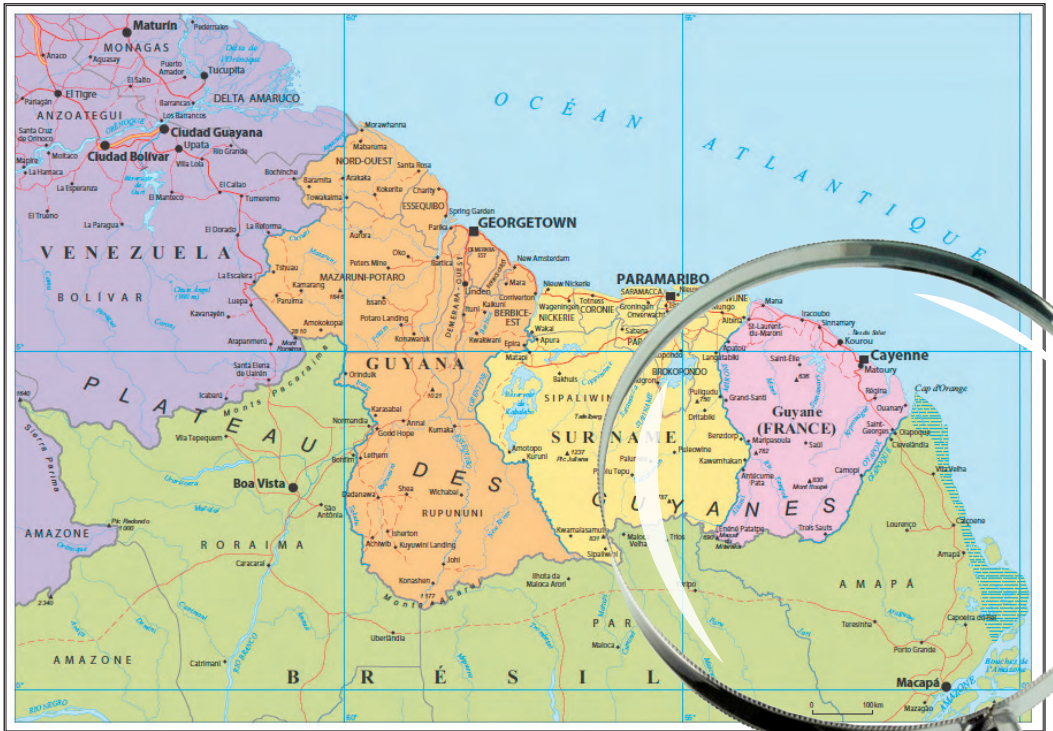




# GUIANA FRANCESA- AMAPÁ

MELHOR ESTRUTURAR OS TERRITÓRIOS  
PARA INTENSIFICAR OS INTERCÂMBIOS





© Fonte : Ministério das Relações exteriores e Europeias, direção dos Arquivos

# Guiana Francesa - Amapá

*Melhor estruturar os territórios para  
intensificar os intercâmbios*

**Diretor da publicação:**  
Georges-Marie GRENIER (INSEE<sup>1</sup>)

**Coordenação :**  
Morgane BEAUDOUIN e Eve RIEUBLANC (AFD<sup>2</sup>), Sandie BOYER (IEDOM<sup>3</sup>)

**Redatores :**  
Tristan LEPLAT, Morgane BEAUDOUIN e Eve RIEUBLANC (AFD)  
Marie BLANCHEREAU, Nicolas PICCHIOTTINO e Sandie BOYER (IEDOM)  
Jean-Claude COURBAIN (INSEE)

**Colaboraram para este estudo:**

**IEDOM :**  
J-P. DERANCOURT, H.KAHANE

**AFD :**  
R.SATGE – P.SINGH – L.SCHALCHLI (AFD Brasília)

**Tradução :**  
R.LAURENT

**Impressão :**  
PRIM

**Fotos da capa**  
Tristan LEPLAT e Eve RIEUBLANC  
A construção da ponte sobre o rio Oiapoque  
A cadeia produtiva da madeira na Guiana Francesa e no Amapá  
Um barco de pesca no rio Oiapoque  
A BR-156 ligando Oiapoque e Macapá  
Uma embarcação de transporte conduzindo passageiros em direção a outra margem

*As recomendações e análises desenvolvidas neste estudo são de responsabilidade dos autores e não constituem uma posição do INSEE, da AFD e do IEDOM.*

---

<sup>1</sup> Instituto Nacional de Estatística e Estudos Econômicos.

<sup>2</sup> Agência Francesa de Desenvolvimento.

<sup>3</sup> Instituto de Emissão dos Departamentos de Ultramar.

## Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
<b>Síntese .....</b>	<b>6</b>
<b>Capítulo 1 : Características geográficas, políticas e demográficas .....</b>	<b>9</b>
1.1. Características geográficas .....	9
1.2. Características políticas .....	10
1.3. Características demográficas .....	15
<b>Capítulo 2 : Características econômicas e financeiras .....</b>	<b>19</b>
2.1. Características gerais da estrutura econômica .....	19
2.2. Setores econômicos .....	26
2.3. Sistemas bancários e financeiros .....	44
<b>Capítulo 3 : Políticas e finanças públicas .....</b>	<b>46</b>
3.1. Políticas públicas .....	46
3.2. Finanças públicas .....	52
<b>Capítulo 4 : Relações de cooperação entre os territórios.....</b>	<b>55</b>
4.1. Histórico das relações .....	55
4.2. Os atores da cooperação .....	57
4.3. Os projetos realizados e em programação .....	60
4.4. As perspectivas .....	64
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>69</b>
<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>70</b>

*Notas de leitura:* Em 8 de novembro de 2010, 1 real brasileiro (R\$) = 0,424 euro (€).  
Abreviação do real: R\$ ; abreviação do euro : € ; abreviação de milhão : M ; G : bilhão



**C**om uma fronteira comum de mais de 600 km, os territórios da Guiana Francesa e do Amapá possuem várias semelhanças. Com mais de 90% de suas áreas cobertas pela floresta amazônica, eles apresentam um forte atraso de desenvolvimento comparativamente a seus Estados central ou federal, um subequipamento e um isolamento importante. A insuficiência de seus mercados internos ou ainda a percepção de ajudas financeiras elevadas, representam, além disso, pontos em comum que facilitam sua comparação.

*Ambos os territórios devem assim, responder a numerosos desafios semelhantes: um desenvolvimento equilibrado que preserve a biodiversidade, ou ainda a estruturação e a promoção de territórios melhor inseridos em seu meio ambiente. Esse desenvolvimento deverá permitir a redução da dependência econômica e comercial em relação a seus Estados cental e federal e facilitar a criação de empregos locais sustentáveis.*

*Às vésperas da abertura da ponte sobre o rio Oiapoque ligando as duas cidades, São Jorge do Oiapoque (Guiana Francesa) e Oiapoque (Brasil), duas regiões, o Amapá e a Guiana Francesa, dois países, o Brasil e a França, ou ainda dois conjuntos regionais, o MERCOSUL e a União Europeia, os desafios são importantes.*

*Apesar de vários elementos serem favoráveis a sua cooperação, as diferenças de idioma, a existência de normas e quadros legislativos bem distintos, constituem obstáculos às trocas frutuosas.*

*Os atores econômicos conhecem-se pouco e apreendem com dificuldade o ambiente do território fronteiriço.*

*É nesse contexto que os parceiros da CEROM<sup>4</sup> se mobilizaram para realizar um estudo comparativo nesses dois territórios vizinhos. O estudo concentra-se nas áreas econômicas, sociais, políticas e ambientais, assim como na organização do território. Ele está inserido na continuidade dos estudos anteriores da CEROM, os quais se focalizavam na Guiana Francesa e no Suriname<sup>5</sup>.*

*Este relatório tem como ambição ser uma ferramenta de trabalho permitindo ajudar atores e líderes a identificar os pontos de complementaridade entre os dois territórios a fim de intensificar suas relações de cooperação.*

*Vários atores institucionais e econômicos brasileiros foram reunidos nesse contexto e revelaram-nos seu interesse pelo estudo. Aproveitamos a ocasião para aqui agradecer a todos os que colaboraram e deram seu apoio..*

*A disponibilidade dos dados, bem como sua heterogeneidade, fixam, contudo, os limites de um tal exercício.*

**O Diretor do IEDOM  
na Guiana Francesa**



**Jean-Pierre Derancourt**

**O Diretor da AFD  
na Guiana Francesa**



**Robert Satge**

**O Responsável pelo Serviço Regional  
do INSEE na Guiana Francesa**



**N'Ouara Yahou**

<sup>4</sup>A parceria CEROM (Contas Econômicas Rápidas para os Departamentos do Ultramar) reúne a AFD, o IEDOM e o INSEE e tem como principal objetivo a promoção da análise econômica das coletividades Ultramarinas.

<sup>5</sup>Estudo CEROM "Guyane, un développement sous contraintes" (2008) ; estudo "Guyane-Suriname, une meilleure connaissance mutuelle pour une coopération renforcée" (2009).

Situados ao Nordeste da América do Sul, a Guiana Francesa, região mono-departamental Ultramarina e futura “coletividade única”, e o Estado do Amapá, Estado da federação do Brasil, constituem, com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Esses dois territórios compartilham uma fronteira comum de 655 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque.

Apesar de os intercâmbios culturais e comerciais existirem desde muito tempo entre as duas margens, a Guiana Francesa e o Amapá há muito se ignoraram em razão de desacordos territoriais entre franceses e portugueses, em seguida brasileiros. O diálogo e a cooperação entre as duas regiões tomaram um novo rumo nos anos 90, do ponto de vista local, nacional e continental (entre a União Europeia (EU) e o MERCOSUL) ilustrado particularmente pela organização de Comissões Mistas Transfronteiriças periódicas desde 1996. Projetos estruturantes, como o da ponte sobre o rio Oiapoque, poderão contribuir para o aumento das perspectivas de abertura e intercâmbios para os dois territórios.

### **Desafios comuns...**

A Guiana Francesa e o Amapá apresentam singularidades comuns em relação a seus espaços respectivos: são de fato amplamente cobertos pela floresta amazônica, dotados de importantes redes hidrográficas, e a estreita faixa de seu litoral, assim como os estuários dos rios, concentram a maioria das populações e atividades econômicas. Esse desequilíbrio e os obstáculos naturais contribuem para um certo isolamento dos territórios, tanto doméstico (comunidades isoladas por falta de infraestruturas modernas de transporte) quanto externo (acesso mais difícil e caro a essas regiões).

Ambos os espaços caracterizam-se igualmente por populações jovens (em 2007, aproximadamente a metade de sua população tinha menos de 20 anos), com uma importante dinâmica demográfica que gera grandes desafios em termos de acesso aos serviços essenciais, desenvolvimento econômico, ou ainda coesão social.

Frente a esse grande crescimento demográfico, as infraestruturas desenvolvem-se, mas permanecem ainda em níveis inferiores às médias nacionais: as vias de comunicação são limitadas e às vezes em estado precário, o acesso à rede de água potável e saneamento de águas usadas não está disponível para toda a população (somente 4,5% dela está ligada às redes de saneamento no Amapá, e 37% na Guiana Francesa), e o abastecimento de eletricidade é heterogêneo e às vezes pouco confiável.

### **... mas diferenças estruturais a serem superadas para intensificar os intercâmbios**

Além dessas constatações partilhadas, as diferenças de quadros institucionais, culturais e lingüísticos constituem obstáculos a serem superados para o fortalecimento da cooperação.

A adesão a blocos comerciais distintos e às vezes concorrentes instaura diferentes tipos de barreiras, especialmente tarifárias e regulamentárias (normas européias estritas). Paralelamente, as assimetrias em termos de custos de produção (as diferenças salariais encontram-se numa escala de 1 para 8) têm impacto sobre a competitividade da Guiana Francesa com relação a seu vizinho. As empresas de ambos os territórios chocam-se com um ambiente econômico particularmente limitado (mercados de pequeno porte com economias de escala quase inexistentes, custos de transporte elevados, especialmente no interior de cada um dos territórios, sobretudo para se chegar às áreas mais isoladas) que constituem outras dificuldades a serem superadas para o desenvolvimento dos intercâmbios.

### **De uma forte dependência econômica relativamente aos Estados central ou federal a uma maior implantação local e regional**

As economias guianesa e amapaense ainda permanecem amplamente dependentes do fluxo proveniente de seus Estados central ou federal, particularmente os fluxos comerciais: por exemplo, a França continental continua a ser o primeiro fornecedor e o primeiro cliente da Guiana Francesa. As estatísticas de trocas comerciais entre o Amapá e o restante do Brasil não estão disponíveis. Os dados sobre o comércio externo levam em consideração as trocas comerciais irrisórias entre o Amapá e a Guiana Francesa; o comércio entre os dois territórios e os outros países do Platô das Guianas é muito pouco significativo. A implantação econômica regional dos territórios apresenta assim uma margem de progresso importante, mesmo que as economias da Guiana Francesa e o do Amapá pareçam estruturadas de maneira similar.

Em termos de fluxos financeiros públicos, a receita do Estado do Amapá é constituída de 9% de recursos próprios, o complemento sendo garantido por transferências da União; a situação é análoga na Guiana Francesa, onde a taxa de cobertura das despesas do Estado é somente de 15% em razão especialmente da debilidade da receita fiscal.

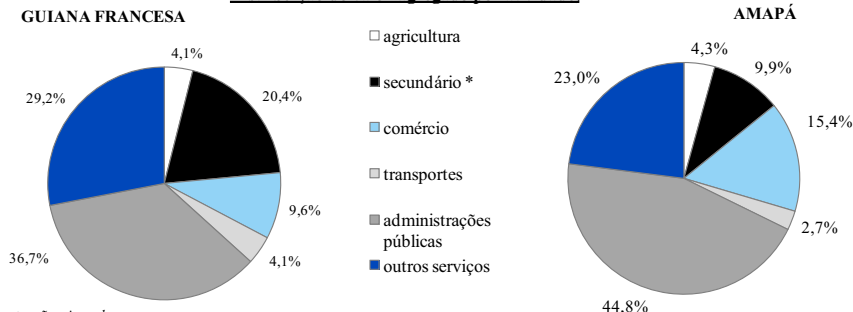
Apesar de as economias de ambos os territórios serem dinâmicas, elas apresentam, no entanto, um atraso em relação a suas médias nacionais respectivas: em 2007, o PIB/habitante amapaense só representava 67% do PIB brasileiro; na Guiana Francesa, ele



correspondia a somente 46% da média francesa. Contudo, o Amapá apresenta um forte excedente comercial graças a suas exportações de minério e madeira, enquanto a Guiana Francesa cobre apenas 10% de suas importações por suas exportações.

A distribuição do valor agregado por setores é bastante parecida no Estado do Amapá e na Guiana Francesa: é o funcionalismo público que representa a maior parte, e mais globalmente, os serviços. O setor secundário é mais presente na Guiana Francesa em razão do peso da construção e do setor aeroespacial. Este último gera, com efeito, numerosos empregos diretos ou indiretos e representa um dos motores do crescimento guianense (16,2% do PIB em 2002). Por fim, o Amapá e a Guiana Francesa possuem poucas cadeias produtivas “próprias”. A exploração dos recursos naturais abundantes e bem preservados (recursos minerais, florestais, haliêuticos, agrícolas) representa uma vantagem considerável para as duas regiões, mas esta exploração permanece ainda pouco estruturada e travada pelo déficit das infraestruturas. O desenvolvimento das energias renováveis (a biomassa, a hidroeletricidade e, em menor proporção, o eólico e o solar) poderá constituir um verdadeiro vetor de organização do território e gerar uma cadeia produtiva de valor agregado e, potencialmente, de empregos. Isso seria bem-vindo em territórios onde os altos índices de desemprego (cerca de 21% para a Guiana Francesa em 2010 e 14% para o Amapá em 2008) constituem um real desafio.

#### Distribuição do valor agregado por atividade.



\* Compreendendo extração mineral e construção civil  
 Fontes: IBGE, INSEE

A fim de orientarem-se para as economias geradoras de empregos locais, os governantes trabalham hoje para um desenvolvimento endógeno e uma melhor inserção regional, ao mesmo tempo privilegiando uma gestão sustentável dos recursos naturais. Esta inserção no Platô das Guianas foi iniciada em certos setores, através de projetos estruturantes, tais como a implantação de um *backbone* terrestre hertziano ligando a Guiana Francesa à rede brasileira, permitindo uma melhor inclusão digital do território.

#### **Uma cooperação no momento limitada, mas que poderá acelerar o desenvolvimento de ambos os territórios**

A cooperação guiano-amapaense tem beneficiado, após alguns anos, de um contexto mais favorável. Investimentos nos transportes foram realizados no eixo litoral: construção da ponte sobre o rio Oiapoque, reforma em andamento da BR-156 que liga Oiapoque a Macapá. Do ponto de vista comercial, o diálogo cresce entre empresários e líderes da Guiana Francesa e do Brasil. Esse novo impulso é simbolizado pela implementação de dispositivos facilitando o intercâmbio comercial e o investimento, intervenções aptas a estimular o desenvolvimento dos territórios. Certos projetos são, hoje, pensados em escala regional, sobretudo no setor ambiental ou do turismo.

A cooperação parece mais avançada no setor de preservação dos bens públicos globais (luta contra doenças transmissíveis e emergentes, preservação da biodiversidade, combate à mudança climática, etc.) ou nos setores de “interesse regional comum”, como a cooperação científica ou os intercâmbios em matéria de educação. As infraestruturas em rede (energia, telecomunicações, transportes) também estão incluídas nesse processo de cooperação.

## OS NÚMEROS-CHAVES DA GUIANA E DO AMAPÁ

	GUIANA FRANCESA	AMAPÁ
<b>Géografia</b>		
Superfície (km <sup>2</sup> )	83 534	142 815
Densidade (hab/km <sup>2</sup> )	2,5	4
<b>Demografia - Saúde</b>		
População (2007)	213 000	582 400
Projeções de população (2030)	424 000	828 000
Menores de 20 anos na população (2007)	44,5%	46,5%
Índice de natalidade (criança por mulher, 2008)	3,7	2,7
Profissionais do setor de saúde (densidade para 1 000 habitantes, 2009)	<i>7,7 (15,9 na França)</i>	<i>9,9 (10,1 no Brasil)</i>
<b>Economia</b>		
Produto Interno Bruto (M€, 2007)	2 927	2 264
PIB/Habitante (€, 2007)	13 372	3 854
Índice de crescimento (volume, média 2002-2007)	4,4%	5,0%
Taxa de desemprego (2008)	21,8%	14,3%
Taxa de ocupação dos maiores de 15 anos (2008)	50,9%	69,9%
Total das exportações (k€ *)	44 690	143 350
Saldo da balança comercial (k€ *, mercadorias)	-423 303	108 530
Despesas do Estado/habitante (€, 2009)	4 695	
<b>Setores</b>		
Produção de arroz (T, 2008)	7 523	3 483
Pesca de peixes (T, 2009)	5 324	17 914
Madeira cortada em troncos (m3, 2009)	84 271	255 106
Exportações de ouro (k€ *)	19 485 **	63 640 **
Exportações de minério de ferro (k€ *)	-	29 344
Tráfego aéreo (2009)	400 643	469 836

\* média trienal 2006-2008

\*\* seja 44% do total exportado (partes idênticas para a Guiana e o Amapá)

Fontes: IBGE, SEICOM; INSEE, Afândegas, IFREMER

#### 1.1. Características geográficas

A Guiana Francesa (Departamento Francês do Ultramar) e o Estado do Amapá (Estado federado do Brasil) estão situados ao Nordeste da América do Sul, e formam junto com o Suriname, a República Cooperativa da Guiana e o Sul da Venezuela, o Platô das Guianas. Os dois territórios partilham uma fronteira comum de 665 quilômetros, dos quais 360 são constituídos pelo rio Oiapoque. A Guiana Francesa tem uma superfície de 83 534 km<sup>2</sup> (cerca de 16% do território francês), o que a torna a maior região francesa. O Amapá estende-se sobre 142 815 km<sup>2</sup>, ou seja 1,7% da superfície brasileira, e é um dos menores Estados brasileiros e o menos povoado. Ele pertence à região Norte do Brasil<sup>6</sup>, isto é, uma das regiões menos desenvolvidas do país, com 15 municípios.

##### *Um meio ambiente difícil*

Ambos os territórios compartilham vários pontos em comum, sendo o primeiro a continuidade de seu meio natural. Na verdade, a fronteira de ambos é mais o fruto das lutas entre os antigos colonizadores franceses e portugueses que uma verdadeira barreira natural ou cultural. As duas regiões pertencem ao Platô das Guianas, delimitado pelo rio Oiapoque ao Norte (Venezuela) e pelo rio Amazonas ao Sul (Brasil). O Platô é caracterizado por uma rede hidrográfica sul-norte decorrente da inclinação do planalto em direção ao oceano Atlântico.

Em termos de organização do território, a floresta amazônica cobre uma grande parte dos solos: 96% da Guiana Francesa e 75% do Amapá. Este último possui uma das florestas melhor preservadas do Brasil. A rede hidrográfica é muito importante, e por isso a densidade populacional é bastante fraca: 2,5 hab/km<sup>2</sup> na Guiana Francesa contra 113 na França continental, e 4,0 no Amapá<sup>7</sup>.

O clima é igualmente semelhante: equatorial (quente e úmido) marcado pela zona de convergência intertropical, determinando assim, uma estação seca e uma de chuvas.

Na Guiana Francesa, a faixa litorânea, compreendendo a aglomeração de Caiena<sup>8</sup> e o município de Kourou, acolhe 59% da população e concentra a maioria das atividades econômicas. Saint-Laurent du Maroni, na fronteira com o Suriname, é igualmente um pólo de expansão demográfica: 35 631 habitantes, ou melhor, 15% da população.

No Amapá, a população concentra-se também em alguns pólos, situados no delta do Amazonas: a conurbação de Macapá, a capital, com Santana (com um porto em pleno desenvolvimento) e o município de Laranjal do Jari, representam cerca de 74% da população total do Estado<sup>9</sup>.

##### *Dois regiões isoladas com infraestruturas de transporte limitadas*

Os dois territórios, especialmente em razão de um meio natural difícil, sofrem um triplo isolamento: primeiro em relação aos Estados fronteiriços, segundo, em relação ao poder central (a França continental para a Guiana Francesa e o Distrito Federal para o Amapá), e em terceiro, em razão de uma circulação complicada.

As duas fronteiras da Guiana Francesa são em grande parte constituídas pelos rios Maroni a Oeste, que marca a fronteira com o Suriname, e o rio Oiapoque, a Leste, do lado brasileiro. Estes ainda não são, no momento, atravessados por pontes. A Guiana está localizada a mais de 7 mil quilômetros de Paris, e as ligações aéreas com a França continental ou os outros Departamentos Franceses do Ultramar, submetidas a uma fraca concorrência, são onerosas. Além disso, as ligações aéreas entre a Guiana Francesa e seus vizinhos (Suriname, República Cooperativa da Guiana e Brasil) são pouco desenvolvidas. A ligação aérea entre Caiena e Macapá, depois de dois meses fechada, voltou a funcionar no final de novembro de 2010 para ser novamente fechada em março de 2011, por insuficiência de tráfego. No próprio interior da Guiana Francesa, o isolamento de certos municípios e a fragilidade das infraestruturas tornaram o comércio mais complexo. Finalmente, a falta de um porto com capacidade para receber navios de grande porte limita o comércio exterior guianense.

No Amapá, o aeroporto de Macapá é dotado de uma fraca capacidade de recepção. O tráfego rodoviário do norte ao sul, da fronteira com a Guiana Francesa em direção à capital, Macapá, tornou-se delicado devido à insegurança e do estado precário das estradas - a BR-156 está em reconstrução - além de o Estado do Amapá não estar conectado ao restante do Brasil por estradas. Na

<sup>6</sup> O Brasil está dividido em cinco regiões: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Estas regiões não têm competências administrativas, mas são unidades estatísticas oficiais reunidas segundo a geografia ou o nível de desenvolvimento humano.

<sup>7</sup> Fontes: INSEE e IBGE.

<sup>8</sup> Municípios de Caiena, Rémire-Montjoly e Matoury. Fonte: INSEE, 2007.

<sup>9</sup> Fonte: IBGE.

realidade, Macapá, a capital, é ladeada pelo estuário do Amazonas que chega, perto do mar, a ter mais de 300 quilômetros de largura, tornando o transporte rodoviário entre Macapá e Belém (Pará) impossível. Por causa da barreira natural amazônica (bacia e floresta), o Amapá é um Estado isolado em relação ao restante do país.

## 1.2. Características políticas

### 1.2.1. Quadro institucional

#### *Um Estado da federação brasileira e uma coletividade francesa de ultramar*

Antiga colônia portuguesa, o Brasil é independente desde 7 de setembro de 1822. A monarquia perdurou até 1888, data na qual foi instaurada a República, e a abolição da escravidão um ano depois. Até meados do século XX, o país conhece uma sucessão de ciclos econômicos: extração de madeira, cana-de-açúcar, ouro, borracha e café vão determinar a dominação da oligarquia latifundiária no território. Depois da Segunda Guerra Mundial, seguem-se os governos democráticos de 1945 a 1964 e as ditaduras militares entre 1964 a 1985, até o retorno de personalidades civis ao poder e a adoção em 1988 da atual Constituição.

A República brasileira – regime federativo presidencial – organiza-se em diferentes níveis de governo. Distinguem-se: a União (Estado federal), os Estados da federação, o Distrito Federal e os municípios. Apesar desse quadro institucional federal, o Brasil ainda é politicamente bastante centralizado.

O Amapá, que fazia antes parte do Estado do Pará desde a Independência, tornou-se Território Federal em 1943, e sua administração dependendo diretamente da União. Esta podia assim exercer um controle reforçado sobre esse território fronteiriço, o qual representava um desafio de defesa nacional<sup>10</sup>. Em 1988, o Amapá é promovido ao nível de Estado da Federação pela nova Constituição. Esse estatuto permitiu-lhe dispor de suas próprias ferramentas de governo, apesar de ele conservar uma grande dependência em relação à União.

Os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são representados em cada Estado da Federação<sup>11</sup>. O Governador, chefe do Executivo, é eleito pelo voto direto para um mandato de quatro anos (artigo 28). Este conduz sua política apoiando-se em várias Secretarias de Estado e não está subordinado à União. Cada Estado possui uma assembléia legislativa composta de deputados eleitos pelo povo – o número varia em função do número de habitantes e do número de representantes do Estado na Câmara Legislativa Federal – e um poder judiciário próprio regido pela Constituição do Estado.

As competências exclusivas da União abrangem as áreas consideradas como de interesse nacional<sup>12</sup>. A União gere as relações com os Estados estrangeiros e participa nas organizações internacionais, institui planos nacionais e regionais de desenvolvimento econômico e social, partilha certas competências com os Estados<sup>13</sup> e os municípios nas áreas da conservação do patrimônio, da educação, da cultura, da proteção do meio ambiente, e da saúde pública, especialmente. Dentre as competências reservadas aos Estados e municípios, pode-se mencionar a instituição das aglomerações urbanas e a gestão dos serviços de interesse local<sup>14</sup>.

<sup>10</sup> Contexto da crise ligado à Segunda Guerra Mundial.

<sup>11</sup> PAIVA DE ALMEIDA Domingos (dir.), *Introduction au droit brésilien*, L'Harmattan, 2006, pg. 22.

<sup>12</sup> Funções soberanas (áreas da defesa, moeda, diplomacia) e desenvolvimento econômico.

<sup>13</sup> Os Estados Federados são dotados de uma competência exclusiva nas áreas de interesse local.

<sup>14</sup> Site Internet da Embaixada do Brasil na França: [www.bresil.org](http://www.bresil.org)

## As competências dos Estados federados e dos municípios no Brasil

### As competências do Estado:

O Estado exerce no seu território toda a competência que não seja proibida pela Constituição de 1988.

Cabe especialmente ao Estado I, em conformidade com a União e os municípios:

- Cuidar da conservação do patrimônio público (sítios arqueológicos, monumentos, obras, etc.);
- Realizar o registro e o acompanhamento da pesquisa e da exploração dos recursos hídricos e minerais em seu território;
- Proteger o meio ambiente (floresta, fauna e flora) e combater a poluição;
- Cuidar das questões de saúde e de assistência pública;
- Promover programas de construção de habitações e melhorar o saneamento público;
- Implementar políticas públicas relativas à segurança nas estradas;
- Realizar a cobrança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e do IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores).

O Estado pode estabelecer leis, especialmente, sobre:

- O sistema fiscal estatal (criação de imposto, taxas e outras contribuições);
- A criação e o funcionamento de jurisdições especializadas;
- A proteção à infância;
- A organização da polícia civil;
- A criação e a extinção de Secretarias de Estado;
- A organização administrativa do Ministério Público do Estado.

O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado, assistido em suas funções pelas várias Secretarias estaduais (existem 14 no Amapá).

Cabe, especialmente, à competência do Governador a direção da administração estatal e a representação do Estado nas relações jurídicas, políticas e administrativas para defender seus interesses junto à Presidência da República (busca de financiamentos federais).

O Governador exerce igualmente o comando da Polícia Militar. Assim, o mesmo pode declarar uma situação de emergência ou de catástrofe pública na qual o Estado poderia se encontrar, ou ainda realizar expropriações.

Cada Estado comporta uma assembleia legislativa, quer dizer, uma Câmara com 3 deputados estaduais para um deputado federal, ou seja 24 deputados estaduais no mínimo e 94 no máximo, eleitos por quatro anos por voto proporcional. As assembleias legislativas são dotadas de competências limitadas. O Amapá, representado por oito deputados federais, dispõe de 24 deputados no seio de sua Assembleia Legislativa.

### As competências dos municípios

Os municípios dispõem de certa autonomia (capítulo V da Constituição Federal de 1988). É, além disso, uma lei Orgânica Municipal (LOM), aprovada por dois terços da Câmara Municipal (poder legislativo do município), reunindo vereadores eleitos, que definem os instrumentos de funcionamento. A LOM de Macapá foi promulgada em 1992. Os municípios podem através de uma lei municipal dividir-se em distritos ou subdistritos.

Cabe aos municípios:

- Estabelecer leis sobre questões de interesse local;
- Complementar as legislações federais e estaduais dentro dos limites da Constituição;
- Realizar a cobrança de impostos locais como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e o ISS (Imposto Sobre Serviços);
- Organizar os serviços públicos locais (transportes coletivos, táxis);
- Garantir, em parceria com a ajuda financeira do Estado, gratuidade dos transportes coletivos para estudantes;
- Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, os programas de educação maternal e primária, assim como os serviços de saúde;
- Colocar guardas municipais para a proteção de seus bens, serviços e instalações.

Antiga colônia francesa, a Guiana Francesa tornou-se um departamento francês em 1946 (Lei de Departamentalização de 19 de março de 1946) e uma região em 1982 (lei de descentralização de 1982).

O exercício do poder está distribuído entre o Prefeito, representante do Estado no território, e as coletividades territoriais (Conselho Regional, Conselho Geral e Conselho municipal), cujas competências são atribuídas pelo Estado (ver quadro). As coletividades territoriais são administradas livremente por conselhos eleitos e em condições previstas pela lei. Elas dispõem de um poder regulamentar para o exercício de suas competências. Os Presidentes do Conselho Regional, do Conselho Geral (em escala departamental) e do Conselho municipal (em escala municipal) são eleitos por seis anos.

As leis de descentralização de 1982 e 2003 reforçaram as competências das coletividades territoriais. Por exemplo: a tutela administrativa, a priori exercida pelo Prefeito, foi suprimida em 1982 e substituída por um controle de legalidade posteriormente exercido pelo Tribunal Administrativo e a Câmara Regional de Contas. A lei de descentralização de 2003 transferiu para o Conselho Regional a totalidade das competências relativas à formação profissional.

Em consequência do referendo de 23 de janeiro de 2010, uma coletividade única substituirá as coletividades departamentais e regionais. Esse novo dispositivo institucional deverá ser aplicado até 2014.

A Guiana Francesa, território francês e europeu na América Latina, está submetida ao mesmo regime legislativo e regulamentar que os outros departamentos e regiões da França continental. Todavia, em virtude do artigo 73 da Constituição, as leis e os regulamentos “*podem ser questão de adaptações dependentes das características e imposições*” da coletividade.

Além disso, depois da reforma constitucional de 2003, o Conselho Regional e o Conselho Geral, para levar em conta a especificidade da Guiana, estão habilitados pela lei, a fixar eles próprios, as regras aplicáveis no seu território em um número limitado de matérias podendo ser regidas pela legislação, com exceção das matérias “soberanas”.

### As competências dos Prefeitos e das coletividades territoriais na França

#### As competências do Prefeito:

- Garantir a manutenção da ordem pública e da segurança das pessoas e dos bens;
- Permitir o exercício dos direitos e a liberdade dos cidadãos;
- Fiscalizar a legalidade dos atos dos municípios;
- Implementar e coordenar em escala local as políticas do Governo;
- Administrar e distribuir as doações e subvenções do Estado em escala local.

#### As competências do Conselho Regional:

- O desenvolvimento econômico: o Conselho Regional « coordena em seu território as ações de desenvolvimento econômico dos municípios e de seus agrupamentos<sup>15</sup>. Ele determina particularmente, o regime de ajuda econômica às empresas e sua modalidade de concessão. Pode também elaborar um esquema regional de desenvolvimento econômico (em cinco anos), em conformidade com as outras coletividades territoriais<sup>16</sup>.
- A organização do território e o planejamento: o Conselho Regional determina as orientações de organização de seu território<sup>17</sup>. Ele elabora o esquema regional das infraestruturas e dos transportes<sup>18</sup>.
- A educação, a formação profissional e a cultura: o Conselho Regional tem sob sua responsabilidade a construção e a melhoria das escolas de ensino médio (liceus). Financia paralelamente os estabelecimentos universitários e desde 2004 “define e implementa a política regional de aprendizado e de formação profissional de jovens e adultos a procura de emprego ou de nova orientação profissional<sup>19</sup>. Ele responsabiliza-se pela organização e o financiamento dos museus regionais.

#### As competências do Conselho Geral:

- A ação social e sanitária: o Conselho Geral determina e implementa as ações sociais e sanitárias em seu território<sup>20</sup>.
- A educação, a cultura e o patrimônio: o Conselho Geral responsabiliza-se pela construção e a melhoria das escolas de ensino fundamental (colégios). Ele promove o ensino artístico, administra de perto as bibliotecas centrais, o patrimônio departamental e os arquivos.
- Os transportes e as vias públicas: o Conselho Geral é encarregado do transporte escolar e dos transportes públicos rodoviários. É igualmente encarregado da construção e manutenção da malha rodoviária departamental.
- A ação econômica: o Conselho Geral pode completar as ajudas econômicas às empresas instaladas pelo Conselho Regional. Desde 2004, com o acordo deste último, ele pode elaborar seus próprios regimes de ajuda.

#### As competências do município:

Os municípios têm um papel geral; suas competências são regidas pela lei de 5 de abril de 1884. Elas têm sob sua responsabilidade a construção e a manutenção das escolas de ensino fundamental (primário) e pré-escolar, organização das eleições, registros em cartório (nascimento, casamento e óbito), manutenção das vias públicas, saneamento, eletrificação, gestão do lixo doméstico, manutenção das redes de água e Polícia Municipal. Depois das leis de descentralização (1982-2004), os municípios responsabilizam-se pelas seguintes áreas:

- O urbanismo: aprovam os planos locais de urbanismo.
- A economia: participam no financiamento das ajudas às empresas (desde 13 de agosto de 2004).
- A habitação: participam na definição do projeto local de habitação (desde 27 de fevereiro de 2002).
- O setor sociocultural: completam as ações do Conselho Geral na área social e têm sob sua responsabilidade estruturas educativas (bibliotecas e museus municipais).

É importante notar que os municípios podem reunir-se em estabelecimentos públicos de cooperação intercomunal (EPCI) para mutualizar as competências, como os transportes em comum, organização do território ou ainda o meio ambiente.

<sup>15</sup> Lei de 13 de agosto de 2004, Artigo L-1511-1 : <http://www.legifrance.gouv.fr/>, Lei n° 2004-809 de 13 de agosto de 2004 – art. 8 JORF 17 de agosto de 2004 em vigor desde 1° de janeiro de 2005

<sup>16</sup> <http://www.vie-publique.fr/decouverte-institutions/institutions/collectivites-territoriales/pouvoirs/quels-sont-domaines-intervention-region.html>

<sup>17</sup> DANTONEL-COR Mathilde, *Droit des collectivités territoriales*, 3<sup>e</sup> édition, Bréal, 2007.

<sup>18</sup> Lei de 13 de agosto de 2004.

<sup>19</sup> *Ibid.*

<sup>20</sup> *Ibid.*

## *As relações internacionais*

### *Uma prerrogativa dos Estados...*

A Constituição Brasileira destina à União a competência das relações internacionais (Art. 21.I<sup>21</sup>). O Presidente está no centro da política internacional. Ele administra as relações com os Estados estrangeiros e reconhece oficialmente seus representantes diplomáticos. O Presidente conclui tratados, convenções e atos internacionais os quais são submetidos à ratificação do Congresso Nacional (Art. 84 – VII e VIII)<sup>22</sup>.

Assim, o Ministério das Relações Exteriores (o Itamaraty) deve dar seu consentimento às ações de cooperação internacional iniciadas no Estado do Amapá. Ele dispõe de uma agência encarregada de “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais<sup>23</sup>”; a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). No Brasil, a cooperação do ponto de vista financeiro está comprometida necessariamente com o plano federal, visto que a legislação brasileira não permite aos Estados ou aos municípios conceder uma ajuda financeira a outro país.

Segundo a Constituição francesa de 4 de outubro de 1958, as negociações internacionais dependem do Poder Executivo. O Presidente da República, que é encarregado de negociar e ratificar os tratados<sup>24</sup>, desempenha um papel central na atividade diplomática, por ele conduzida junto com o Governo e o Ministério das Relações Exteriores (MAEE). O Poder Legislativo autoriza o Executivo a ratificar os tratados<sup>25</sup>. Esta competência exclusiva do Estado em matéria de relações com Estados estrangeiros proíbe, portanto, os municípios de firmar qualquer acordo com um Estado vizinho, mesmo nas áreas dependentes de suas competências.

*...mas que, na França, é cada vez mais exercida em um contexto descentralizado*

As coletividades territoriais podem, todavia, desempenhar um papel-chave em matéria de cooperação, visto que a lei de 6 de fevereiro de 1992 as autorizou a firmar contratos com as autoridades locais estrangeiras no respeito dos compromissos internacionais da França.

Esse direito em matéria de cooperação descentralizada foi complementado e precisado pela lei de 25 de janeiro de 2007 relativa à ação externa das coletividades territoriais e de seus agrupamentos. Esta estipula que “as coletividades territoriais e seus agrupamentos podem, no respeito dos compromissos internacionais da França, firmar contratos com autoridades locais estrangeiras para conduzir ações de cooperação ou ajuda ao desenvolvimento. Esses contratos precisam o objetivo das ações consideradas e o valor com base nas previsões dos compromissos financeiros”.

*... especialmente no Ultramar*

A Lei de Orientação para o Ultramar (LOOM) de 13 de dezembro de 2000 e a Lei Programa para o Ultramar (LOPOM) de 2003 reforçam as competências das coletividades do ultramar em matéria de cooperação regional. Por exemplo, o Conselho Regional pode, por deliberação, pedir às autoridades da República para autorizar o seu Presidente a negociar, no respeito dos compromissos internacionais da República, acordos com um ou vários Estados, territórios ou organismos regionais estrangeiros.

### 1.2.2. Relações exteriores

#### ***O Amapá e a Guiana Francesa, dois territórios isolados cujas relações com os territórios vizinhos estão em pleno desenvolvimento***

Ator doravante incontornável no cenário internacional, o Brasil desempenha igualmente um papel considerável no cenário regional, o que é favorável para o Amapá.

O Brasil é membro :

- **Do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL** – no seio do qual desempenha um papel bastante ativo desde de sua criação em 1995. Os outros membros são: Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela<sup>26</sup>;

<sup>21</sup> “*Compete à União : I – manter relações com Estados estrangeiros e participar de organizações internacionais*”.

<sup>22</sup> O Congresso tem como missão “*resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional*” (Art.49-1). O Supremo Tribunal Federal exerce um controle sobre a constitucionalidade dos tratados, na forma de leis federais. Ele julga em primeira instância “*o litígio entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e a União, o Estado, o Distrito Federal ou o Território*” ou examina os pedidos de extradição dos Estados estrangeiros (Art.102-1).

<sup>23</sup> Site da ABC : [www.abc.gov.br/abc/introducao.asp](http://www.abc.gov.br/abc/introducao.asp)

<sup>24</sup> Artigo 52, Constituição de 1958.

<sup>25</sup> Artigo 53, Constituição de 1958.

<sup>26</sup> O Chile, a Bolívia e o Peru são Estados associados do MERCOSUL.

- **Da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA**, implementada em 1995 e reunindo a Bolívia, o Brasil, a Colômbia, o Equador, a República Cooperativa da Guiana, o Peru, o Suriname e a Venezuela, com objetivo de promover uma ação concertada nas áreas da preservação da floresta amazônica e a gestão dos recursos naturais. As relações estabelecidas no âmbito dessa Organização permitem ao Amapá a troca de ideias e expertises em matéria ambiental com seus vizinhos amazônicos;
- **Da União das Nações Sul-Americanas – UNASUL**, criada oficialmente em 23 de maio de 2008, em Brasília, que reúne os doze países da América do Sul, e que é composta de uma Secretaria permanente e um Parlamento sediado na Bolívia.

O Brasil participa da Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA (2000), coordenada pelos governos sul-americanos<sup>27</sup>, com o objetivo de desenvolver as infraestruturas de transportes, energia e comunicações no continente. Os projetos implementados são financiados ao mesmo tempo pelos governos, o setor privado e as instituições financeiras multilaterais (Corporación Andina de Fomento<sup>28</sup>, Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Plata<sup>29</sup> e Banco Interamericano de Desenvolvimento). O Amapá beneficia diretamente desta iniciativa, através do projeto tri-nacional (Brasil, República Cooperativa da Guiana e Suriname) que visa a melhoria da estrada de Georgetown-Albina<sup>30</sup> e da estrada de Macapá a Oiapoque (trecho Ferreira Gomes-Oiapoque)<sup>31</sup>.

O desejo do Brasil de promover a integração regional manifesta-se também através da construção de pontes binacionais com a maioria dos países fronteiriços: Paraguai (1965), Argentina (1985), Peru (2005), República Cooperativa da Guiana (2009), Bolívia (2010), e França, cuja abertura está prevista para o segundo semestre de 2011.

### *A Guiana Francesa, um território francês que aprofunda sua implantação amazônica*

Durante muito tempo essencialmente voltada para a França continental, a Guiana Francesa tem cada vez mais desenvolvido relações com os Estados vizinhos. Comissões mistas transfronteiriças (ou Conselhos de rio) ocorrem regularmente entre a Guiana Francesa e o Suriname e entre a Guiana Francesa e o Brasil. Em maio de 2010, uma reunião de preparação para a criação de uma possível comissão mista internacional ocorreu entre a França e a República Cooperativa da Guiana, em Georgetown. Esta reflete a intensificação das relações de cooperação entre a Guiana Francesa e a República Cooperativa da Guiana.

A inserção regional da Guiana Francesa é favorecida pela implantação de novos dispositivos financeiros. Desde 2001, a Guiana Francesa dispõe de seu próprio Fundo de Cooperação Regional (FCR). Antes, ela beneficiava de um fundo comum com as Antilhas francesas, o Fundo Interministerial de Cooperação (FIC). O FIC, gerido pela Prefeitura<sup>32</sup>, é alimentado por fundos do Estado, mas pode também receber doações do Conselho Regional, do Conselho Geral ou de outras coletividades ou organismos. Esse fundo cofinancia projetos sob forma de subvenções contanto que um parceiro estrangeiro seja claramente identificado<sup>33</sup>. As subvenções depositadas no âmbito do FCR chegam a € 4,5 milhões no período de 2000-2006 e € 2,2 milhões já depositadas no período de 2007-2010.

A União Europeia implementou dois programas apoiando financeiramente projetos que contribuem para a inserção regional da Guiana Francesa:

- **Interreg « Caribe »**: este programa, cuja autoridade de gestão é o Conselho regional da Guadalupe, é dotado de um orçamento de aproximadamente € 63 milhões, dos quais 75% provêm do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o restante constituído por contrapartidas nacionais e regionais;
- **O programa Operacional Amazônia**: Primeiro programa de cooperação transfronteiriça para o espaço Guiana Francesa – Suriname – Brasil (Amapá, Amazonas e Pará). Este programa de cooperação, cuja autoridade de gestão é o Conselho Regional da Guiana Francesa, é dotado de um orçamento de € 17 milhões para o período de 2007-2013, dos quais 75% são da responsabilidade do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), o restante sendo concedido pelo Conselho Regional, o Estado, o Conselho Geral e o CNES<sup>34</sup>.

<sup>27</sup> Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela.

<sup>28</sup> Corporación Andina de Fomento (CAF).

<sup>29</sup> Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA).

<sup>30</sup> É importante lembrar que a Agência Francesa de Desenvolvimento cofinancia com o BID e a EU a reconstrução da estrada Paramaribo-Albina.

<sup>31</sup> Projeto que chega a 295 MUSD, dos quais 157 MUSD financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – ver site da IIRSA: [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)

<sup>32</sup> Publicado no Jornal Oficial “Leis e Decretos” 089 de 14 de abril de 2011.

<sup>33</sup> Os pontos prioritários são os projetos de alcance econômico, projetos ambientais e agrícolas, projetos de caráter sanitário e social, e projetos em matéria de segurança e gestão de riscos. O comitê de gestão paritária (Estado/coletividades) reúne-se duas vezes por ano para decidir sobre os projetos que lhe são apresentados.

<sup>34</sup> *NdT*: Centro Nacional de Estudos Espaciais.



## *O Amapá e a Guiana Francesa, duas regiões recebendo ajudas externas para remediar seus atrasos de desenvolvimento*

Estado Federado brasileiro, o Amapá tem direito ao dispositivo de Ajuda Pública ao Desenvolvimento. Os principais investidores no Amapá são o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O Banco Mundial concedeu ao Amapá um empréstimo de 4,8 milhões de dólares para a realização do projeto “Comunidades Duráveis no Amapá” que combate a pobreza urbana e rural. Este projeto divide-se em quatro partes: 1) Desenvolvimento urbano e comunitário; 2) Crédito individual rural e urbano; 3) Comunidade rural; 4) Gestão participativa e técnicas complementares<sup>35</sup>. Desde 2006 o montante desembolsado chega a 70% da totalidade do empréstimo.

**O Banco Interamericano de Desenvolvimento** deverá participar do financiamento de três projetos no Amapá. Os montantes dos empréstimos foram definidos, mas o Governo Federal ainda não deu sua autorização para a aprovação dos mesmos:

- Um projeto visando a « melhoria da qualidade ambiental urbana do Amapá » particularmente nos principais municípios do Estado: Macapá, Santana e Laranjal do Jari (saneamento e habitação urbana). O montante do empréstimo deverá aproximar-se dos US\$ 21 milhões;
- Um projeto visando à modernização do sistema de arrecadamento de impostos. O empréstimo deverá chegar a US\$ 7 milhões;
- Um projeto voltado para o fortalecimento institucional e a construção de infraestruturas turísticas no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR). Um empréstimo de aproximadamente US\$ 150 milhões deverá ser concedido.

Região Ultra Periférica (RUP)<sup>36</sup>, a Guiana Francesa beneficia de ajudas financeiras da União Europeia. A este título, no período de 2000-2006, a Guiana Francesa recebeu € 389,6 milhões (Documento Único de Programação). € 485,8 milhões foram programados para o período de 2007-2013, distribuídos em cinco programas:

- O PO FEDER : Programa Operacional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional;
- O PO FEP: Programa Operacional do Fundo Europeu para as Pescas e Aquicultura;
- O PO FEADER : O Programa de Desenvolvimento Rural do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural;
- O FSE : O Fundo Social Europeu;
- O PO Amazônia: O Programa Operacional Amazônia relativo ao espaço de cooperação Guiana Francesa-Suriname-Brasil.

Os diversos fundos atribuídos pela Europa têm como objetivo apoiar a Guiana Francesa a lançar três desafios importantes: acelerar o desenvolvimento econômico e visar competitividade, favorecer a dinâmica do emprego e promover a inserção social, e dar continuidade à organização do território para desenvolver sua atividade.

### **1.3. Características demográficas**

#### *O Amapá, quase três vezes mais povoado que a Guiana Francesa...*

A população do Amapá em 2007<sup>37</sup> (582 400 habitantes) representa 2,7 vezes a da Guiana Francesa (213 mil), sobre um território quase duas vezes maior (143 mil km<sup>2</sup> contra 84 mil km<sup>2</sup> da Guiana Francesa). A densidade de população é mais elevada no Amapá (4 contra 2,5 hab./km<sup>2</sup>).

Essa constatação é, todavia, atenuada, pois há uma maior concentração populacional no distrito de Macapá (57%), capital do Amapá<sup>38</sup>, que em Caiena (27%), capital da Guiana Francesa. Esta tendência confirma-se se o campo de análise se estender ao município de Santana, de mesma conurbação de população, e ao conjunto da ilha de Caiena<sup>39</sup>. A densidade populacional é então, a mesma no Amapá e na Guiana Francesa no restante do território (1,3 hab./km<sup>2</sup>).

<sup>35</sup> Para saber mais, consultar o site da Agência de Desenvolvimento do Amapá: [www.adap.ap.gov.br](http://www.adap.ap.gov.br)

<sup>36</sup> O Estatuto de RUP reconhece as deficiências que sofrem certos territórios, devido a seu distanciamento do continente europeu, seu relevo e clima difíceis, assim como sua dependência a um certo número de produtos. Os sete RUP são os Açores, as Ilhas Canárias, a Guadalupe, a Guiana, a Madeira, a Martinica e a Ilha da Reunião. Cf. Tratado de Roma, artigo 299§2.

<sup>37</sup> Em 1º de abril para o Amapá (IBGE 6º censo 2007) e em 1º de janeiro para a Guiana (INSEE – censo de 2007).

<sup>38</sup> Macapá, com seus 324 000 habitantes, tem uma população maior que a Guiana inteira.

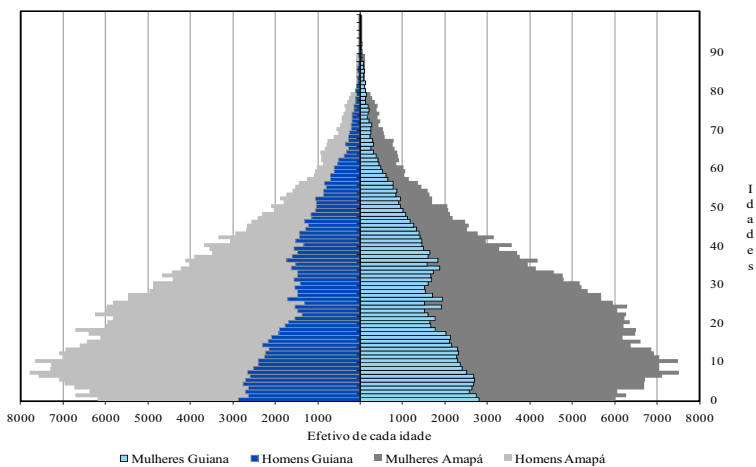
<sup>39</sup> Respectivamente 69 e 48 % da população.

## Duas populações jovens

As populações do Amapá e a da Guiana Francesa são em 2007 quase tão jovens uma quanto a outra, com respectivamente 46,5 e 44,5% de jovens de menos de 20 anos, assim como 4,7 e 5,8% com 60 anos ou mais.

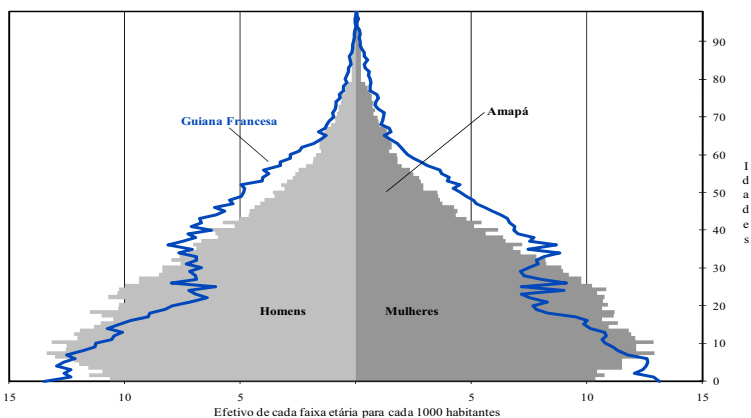
Uma abordagem mais apurada mostra, no entanto, que entre os 10 e os 43 anos a pirâmide guianesa se “reduz” relativamente à do Amapá, especialmente para a faixa etária de 22 e 23 anos, mas com uma nítida inversão de tendência a partir dos 26 anos que se propaga de maneira contrastada até os 36 anos: na verdade, são muitos os jovens guianeses que deixam a Guiana Francesa para estudar fora ou para seus primeiros anos na vida ativa.

### Pirâmide de idades em 2007, Amapá e Guiana Francesa (em efetivo)



Em compensação, não há, nem no Amapá nem na Guiana Francesa, diferenças pronunciadas entre a estrutura por idade das mulheres e dos homens, salvo para as idades mais avançadas, devido a uma menor esperança de vida dos homens, mais ainda no Amapá (67 contra 75 anos) que na Guiana Francesa (75 contra 81 anos).

### Pirâmide de idades em 2007, Amapá e Guiana Francesa (em estrutura)



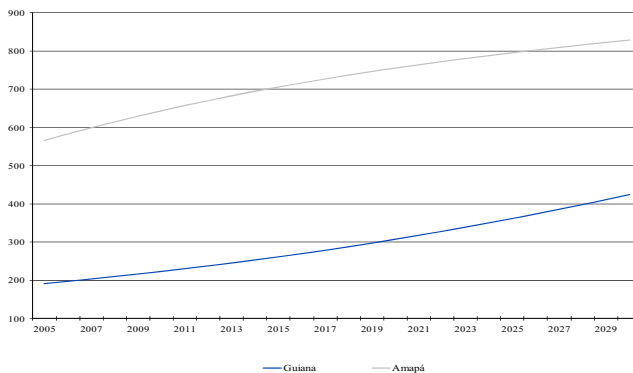
### Um crescimento mais rápido da Guiana Francesa

A população guianesa cresce mais rápido que a do Amapá, em razão especialmente do crescimento natural. A taxa de natalidade é duas vezes superior (28 contra 16‰), enquanto a taxa de mortalidade (3,4 contra 4,8‰) e, sobretudo, infantil (13,6 contra 23,2‰) é mais baixa. A média de criança para cada mulher é mais elevada (3,7 contra 2,7%)<sup>40</sup>.

Assim, as populações deverão passar de uma razão de 2,9, em 1999 (157 mil contra 449 mil) para 1,9, em 2030 (424 mil contra 828 mil). Esta razão continua próxima em 2030 da observada atualmente, mantendo para a Guiana Francesa o cenário sem migração (342 mil habitantes)<sup>41</sup>.

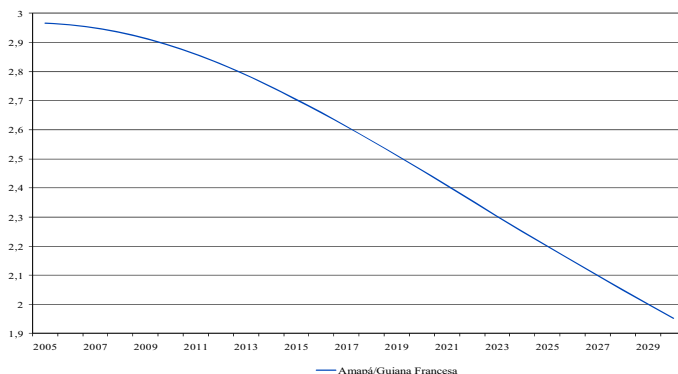
Na realidade, enquanto no conjunto da região Norte do Brasil, a qual pertence o Estado do Amapá, os imigrantes estrangeiros só representam 1,1% da população, na Guiana Francesa, há 25 anos, eles agrupam mais de um terço de sua população. Um número que não deverá diminuir rapidamente, visto que depois de uma contribuição de um quarto para o crescimento da população guianesa entre 1990 e 1999, eles contribuem hoje para um terço desse crescimento, mas somente para um quinto no horizonte 2030<sup>42</sup>.

### Evolução comparada das populações (milhares de habitantes)



Fonte: projeções populacionais 2030 - IBGE; INSEE

### Evolução das relações de populações



Fonte Projeções populacionais 2030 - IBGE; INSEE

<sup>40</sup> Fonte IBGE – PNAD de 2008 e INSEE – estado civil.

<sup>41</sup> Projeções de população, fonte IBGE – revisão de 2008 (entre 1991 e 2030) – INSEE – 2005 (até 2030).

<sup>42</sup> Fonte : IBGE – PNAD 2008 e INSEE – censo de 1990 a 2007 ; projeções do INSEE-2010 (até 2040).

## As projeções populacionais na Guiana Francesa

As projeções populacionais estão fundamentadas no modelo batizado Omphale 2010. Este modelo está baseado nas populações regionais por sexo e idade em 1º de janeiro de 2007 resultantes do censo demográfico. Ele aplica para cada sexo e idade, quocientes de migrações entre zonas de partidas e de chegadas, assim como quocientes de fecundidade e mortalidade. Os diversos quocientes são determinados, levando-se somente em conta as tendências de fecundidade, mortalidade e migrações observadas no passado. Portanto, essas projeções não podem assemelhar-se a previsões: as hipóteses retidas não são probabilizadas.

### *Os diferentes cenários*

#### **O cenário central**

As projeções aqui comentadas foram elaboradas com as hipóteses do cenário dito “central”:

- **A fecundidade** da região é mantida no nível de 2007, ou seja, 3,67 crianças para cada mulher
- **A mortalidade** diminui no mesmo ritmo que na França, onde a esperança de vida chegará aos 83,1 anos para os homens e 88,8 anos para as mulheres em 2040.
- **Os quocientes migratórios**, calculados entre 2000 e 2008, são mantidos constantes durante todo o período de projeção. Eles refletem as trocas populacionais entre a região e as outras regiões da França de um lado, e entra a região e o exterior de outro.

#### **Variantes possíveis**

As variantes foram constituídas para medir o impacto de evoluções que, em cada componente, se diferenciavam das retidas no cenário central

Para a **fecundidade**:

- o cenário “fecundidade alta” faz convergir a fecundidade da região para um valor-alvo em 2015 que corresponde ao ICF<sup>43</sup> da zona em 2007 acrescido de 0,15. Mais além, a fecundidade assim alcançada é mantida.
- o cenário “fecundidade baixa”: é o valor do ICF da zona menos 0,15 que serve de alvo para 2015.

Para a **mortalidade**:

- o cenário “esperança de vida alta” faz evoluir a esperança de vida da região paralelamente à evolução nacional do cenário correspondente. Este último é estabelecido segundo os ganhos progressivos de esperança de vida a partir do nascimento, que chega a aproximadamente 90,6 anos para as mulheres e 84,9, para os homens em 2040.
- o cenário “esperança de vida baixa”: que funciona segundo o mesmo princípio, os valores chegam a 87,1 anos para as mulheres e 81,4 para os homens.

Para as **migrações**, o cenário sem migrações é uma projeção para a qual o conjunto das trocas migratórias, entre regiões e com o exterior, é considerado nulo. Ele constitui uma variante interessante para compreender seu impacto nas projeções regionais. Os cenários “migrações altas” e “migrações baixas” correspondem a hipóteses de evolução do saldo migratório com o exterior de mais ou menos 50%.

Os cenários « população alta » e « população baixa » reúnem as variantes otimistas (respectivamente pessimistas) de cada um dos três componentes precedentes.

<sup>43</sup> N.d.t.: Indicador Conjuntural de Fecundidade.

## 2.1. Características gerais da estrutura econômica

### 2.1.1. As contas econômicas e comércio exterior

#### *O PIB por habitante é 3,5 vezes maior na Guiana Francesa que no Amapá*

Em 2007, o Produto Interno Bruto (PIB) a preços correntes do Amapá é um pouco mais baixo que o da Guiana Francesa. Devido à diferença do tamanho das populações, o PIB por habitante é 3,5 vezes maior na Guiana Francesa que no Amapá. Contudo, as duas economias têm um mesmo dinamismo, com respectivamente 5,0 e 4,4% de crescimento em média anual do PIB em volume, no período de 2000 a 2007. O crescimento é ainda maior que o do país, em um caso como em outro (3,8 no Brasil e 1,8% na França no mesmo período).

O Amapá está por outro lado na periferia geográfica, mas também econômica do Brasil, visto que em média entre 2003 e 2007 o PIB por habitante representava somente dois terços daquele do Brasil. A Guiana Francesa, mais afastada ainda no plano geográfico, o é no que diz respeito ao PIB por habitante, que não chega à metade daquele da França.

#### Produto Interno Bruto (PIB, 2007)

			GUIANA	AMAPÁ
PIB 2007(preços correntes)	Valor	Milhões de €	2 927	2 264
	total	Milhões de R\$	7 787	6 022
	Valor / habitante	€	13 372	3 854
		R\$	35 843	10 254
		% PIB nacional	46,3%	66,7%
Crescimento anual		PIB (volume, 2002-2007)	4,4%	5,0%
		PIB / habitante (p.correntes, 2006-2007)	1,3%	13,5%

Fontes : IBGE (PIB 2003-2007) - INSEE (Contas econômicas definitivas 2007)

MATAF Forex Trading, taxa de câmbio 2007

A economia da Guiana Francesa é marcada pela presença do Centro Espacial Guianês. O efeito direto do setor espacial sobre a produção não-comercial da Guiana Francesa (avaliada em € 1,3 milhões) representa entre um quarto e um terço do total da produção não-comercial da Guiana Francesa (35% em 2002 e 29% em 2003)<sup>44</sup>. No setor comercial, os efeitos indiretos representam 10% da produção comercial e os efeitos induzidos 2%. No total, a soma dos três efeitos representa 48% do conjunto da produção comercial da Guiana Francesa. Todos os efeitos somados, o espacial contribuía em 2002 com 16% do PIB da Guiana Francesa e com 28% do PIB comercial.

#### *Mesma importância do terciário... e do setor público*

Na distribuição do valor agregado, a predominância do terciário é um pouco mais importante no Amapá que na Guiana Francesa, enquanto a situação é inversa para o setor secundário, estendido às atividades extrativistas.

É também no Amapá onde as atividades dependentes do setor público são mais importantes. O mesmo vale para o comércio, diferentemente dos transportes<sup>45</sup> e, sobretudo aos outros serviços em pleno desenvolvimento na Guiana Francesa.

<sup>44</sup> [http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg\\_id=25&ref\\_id=13758](http://www.insee.fr/fr/themes/document.asp?reg_id=25&ref_id=13758)

<sup>45</sup> 4,1 % do valor agregado, mas 17,3 % da produção guianesa.

## Repartição do valor agregado por atividade (2007)

	GUIANA(€)		AMAPÁ(R\$)	
	Total	2696	5621	
Agricultura, pecuária e pesca	111	4,1%	240	4,3%
Secundário (1)	549	20,4%	557	9,9%
Subtotal	<b>2 147</b>	<b>79,6%</b>	<b>4 824</b>	<b>85,8%</b>
Terciário	259	9,6%	865	15,4%
Comércio	112	4,1%	151	2,7%
Transportes	990	36,7%	2516	44,8%
Administrações públicas	787	29,2%	1 292	23,0%
Outros serviços				

Fontes : IBGE (PIB 2003-2007) - INSEE (contas econômicas definitivas 2007)

MATAF Forex Trading, taxas de câmbio 2007

1. Incluindo extrativismo, construção civil e obras públicas

### *Uma Guiana Francesa mais aberta para o mundo, porém mais dependente...*

A avaliação do comércio exterior é diferente para os dois territórios. Na Guiana Francesa, o comércio exterior compreende o conjunto das relações comerciais com o exterior da Guiana Francesa (incluindo com o restante da França) enquanto para o Amapá ele compreende somente os intercâmbios comerciais com o exterior (não incluindo os intercâmbios comerciais com o restante do Brasil). Esta observação pode ter importância, já que, por exemplo, para a Guiana Francesa a metade<sup>46</sup> dos intercâmbios comerciais é realizada com o restante da França (França e Departamentos do Ultramar).

Entretanto, mesmo só se limitando aos intercâmbios comerciais com o exterior, estes são na média anual (2006-2008) quase três vezes maiores para a Guiana Francesa que para o Amapá (€ 513 milhões). Mas, a taxa de cobertura da Guiana Francesa é particularmente baixa (9,5%), enquanto a do Amapá é bastante elevada (412,0%).

Além de a Guiana Francesa importar 13 vezes mais que o Amapá, ela exporta igualmente três vezes menos. As importações são muito diversificadas nos dois territórios, mas no Amapá, elas servem essencialmente para a produção, enquanto na Guiana Francesa, a parte destinada ao consumo final é maior.

No tocante às exportações, se o ouro representa a mesma proporção para os dois territórios (44%), isto se mostra a única semelhança. Na realidade, as outras exportações do Amapá provêm quase todas de atividades de produção, enquanto isso não é o caso na Guiana Francesa, com um pouco mais de 7%.

O restante das exportações guianesas vem do envio de containers vazios (35%), mas também da reexportação de equipamentos para a construção civil e outros veículos, até mesmo navios (8%) tendo ainda valor comercial, e chamados para servir em outro lugar.

### Amapá: distribuição por natureza das principais exportações e importações (média trienal 2006-2008, milhares de euros)

EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
Natureza	Montante	%	Natureza	Montante	%
Ouro	63 640	44,4%	Material de perfuração e, bulldozeres, motores a diesel e grupos eletrogêneos (incluindo peças avulsas)	17 951	51,6%
Madeira e produtos derivados	43 363	30,2%	Aparelhos audiovisuais, aparelhos de radiografia, e scanners	2 288	6,6%
Minério de ferro de cromo, manganês	29 344	20,5%	Perfumes	1 457	4,2%
Frutos e legumes, preparação	6 612	4,6%	Cianeto e carvão ativado	1 407	4,0%
Gado	308	0,2%	Roupas	897	2,6%
<b>Total das exportações</b>	<b>143 350</b>	<b>100%</b>	<b>Total das importações</b>	<b>34 820</b>	<b>100%</b>
			<i>taxa de cobertura : 411,7%</i>		

Fonte : Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio exterior - SECEX (Secretaria de Comércio Exterior)

<sup>46</sup> 49,4% do montante global (exportações e importações) no período de 2006 a 2008.

**Guiana Francesa: distribuição por natureza das principais exportações e importações  
(média trienal 2006-2008, milhares de euros)**

EXPORTAÇÕES			IMPORTAÇÕES		
Natureza	Montante	%	Natureza	Montante	%
Ouro	19 485	43,6%	Prod.indust.bens de equipamentos	114 077	24,4%
Quadros e containers vazios	15 635	35,0%	Prod.indust.bens de consumo corrente	82 220	17,6%
Arroz	2 127	4,8%	Prod.indust.bens intermediários	78 020	16,7%
Máquinas para a construção civil e outros	2 076	4,6%	Prod.indust. automotivos	67 751	14,5%
Veículos, barcos ...					
Diversos instrumentos de medida	1 158	2,6%	Energia	63 951	13,7%
Produtos para a pesca	1 118	3%	Prod.indust. e agroalimentares	55 586	11,9%
<b>Total das exportações</b>	<b>44 690</b>	<b>100%</b>	<b>Total das importações</b>	<b>467 993</b>	<b>100%</b>

*Taxa de cobertura: 9,5%*

Fonte : Departamento Nacional de Estatísticas de Comércio Exterior

***A Guiana Francesa voltada para a Europa, o Amapá para os Estados Unidos e a China***

O Amapá comercializa principalmente com os Estados Unidos (47,2% dos intercâmbios comerciais), seguidos de longe pela China (13,1% do comércio). Nos dois casos, a balança comercial dá vantagem ao Amapá. Esses dois parceiros fornecem 65,5% das importações e recebem 59,0% das exportações.

Os intercâmbios comerciais com outros países são amplamente orientados para uma única direção: seja esta a das exportações, com a Turquia (15,0%), seja a das importações com a Coreia do Sul (10,6%), mas para esta última o montante dos intercâmbios comerciais é bastante fluante de um ano para o outro.

A baixa taxa de cobertura da Guiana Francesa deixa prever a ausência de um verdadeiro parceiro comercial. As maiores exportações vão, na realidade, para a Suíça (42,6%, especialmente as exportações de ouro para a afinação), de onde só provém uma ínfima parte das importações (0,5%). Enquanto as importações da ilha caribenha de Trinidad chegam em primeira posição (13,2%, produtos petrolíferos), as exportações para esse país mantêm-se baixas (2,2%). Somente a Alemanha e a Itália poderiam ser consideradas como parceiras<sup>47</sup>, em segunda e quinta posição em matéria de importações (respectivamente 5,4 e 3,3%) e na terceira e segunda posição em matéria de exportações (20,7 e 16,9%).

É de fato com a UE que globalmente a Guiana Francesa realiza a maior parte de seus intercâmbios comerciais.

**Balança comercial com o exterior  
(média trienal 2006-2008, milhares de euros)**

País de Destino ou de origem	GUIANA FRANCESA					AMAPÁ				
	Exportações		Importações		Taxa de cobertura	Exportações		Importações		Taxa de cobertura
	Montante	%	Montante	%		Montante	%	Montante	%	
Não designado (a)			202 675	43,3%						
Alemanha	7 542	16,9%	25 261	5,4%	29,9%	25		1 486	4,3%	1,7%
China	12		17 235	3,7%	/	13 152	9,2%	10 117	29,1%	130,0%
Coreia do Sul			7 838	1,7%				3 690	10,6%	
Itália	9 245	20,7%	15 326	3,3%	60,3%	3 662		370		990,8%
Holanda	144		20 112	4,3%		432				
Suíça	19 024	42,6%	2 141	0,5%	888,8%	5 243	3,7%	66		/
Trinidad	1 001	2,2%	61 812	13,2%	/					
Turquia			5 148	1,1%	/	21 441	15,0%			
USA	185		10 544	2,3%		71 429	49,8%	12 725	36,5%	561,3%
<b>Sub-total (b)</b>	<b>37 153</b>	<b>83,1%</b>	<b>368 091</b>	<b>78,7%</b>	<b>10,1%</b>	<b>115 384</b>	<b>80,5%</b>	<b>28 454</b>	<b>81,7%</b>	<b>405,5%</b>
Todos países	44 690	100%	467 993	100%	9,5%	143 350	100%	34 820	100%	411,7%

(a) países e territórios não precisados nos dados alfandegários disponíveis

(b) escolha dos exportadores e importadores = os 3 primeiros (em itálico) de cada um dos territórios

Fontes : Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio - SEDEX

Departamento Nacional de Estatística e de Comércio Exterior

<sup>47</sup> Entretanto, com exceção de quando se trata de uma parte dos containers que voltam vazios.

**Guiana Francesa : balança comercial com a UE, exceto a França  
(média trienal 2006-2008, milhões de euros)**

País de destino ou de origem	EXPORTAÇÕES		IMPORTAÇÕES		Taxa de cobertura.	Total dos intercâmbios	
	Montante	%	Montante	%		Montante	%
Alemanha	7 542	37,4%	25 261	11,2%	29,9%	32 804	13,3%
Itália	9 245	45,8%	15 326	6,8%	60,3%	24 571	10,0%
Holanda	144		20 112	8,9%	/	20 256	8,2%
Espanha	1 551	7,7%	12 562	5,6%	12,3%	14 113	5,7%
Outros países identificados	1 686	8,4%	23 157	10,2%	7,3%	24 843	10,1%
Outros países não identificados*	/	/	129 781	57,4%	/	129 781	52,7%
<b>Total CEE (exceto a França)</b>	<b>20 168</b>	<b>100%</b>	<b>226 200</b>	<b>100%</b>	<b>8,9%</b>	<b>246 368</b>	<b>100%</b>

\* países não identificados nos dados aduaneiros disponíveis

Fonte : Departamento Nacional de Estatísticas e do Comércio

## 2.1.2. Emprego, desemprego e nível de qualificação da mão de obra

### *Um alto índice de ocupação no Amapá*

Em 2008, a proporção da população de 15 anos e mais no trabalho é no Amapá nitidamente maior que na Guiana Francesa (60 contra 40%), sobretudo para os homens (73 contra 49%). Contudo, a situação relativa das mulheres reconhecidas como tendo um trabalho é muito mais desfavorável no Amapá (47% das mulheres contra 73% dos homens) que na Guiana Francesa (31% das mulheres contra 49% dos homens).

Todavia, enquanto 11% dos empregos da Guiana Francesa são ocasionais ou informais, no Amapá, 26% dos empregos são informais ou não remunerados, ou são relativos a uma atividade de autoprodução.

Os empregos são mais precários no Amapá, mas paralelamente, o tempo de trabalho semanal é mais longo, já que 71% da população economicamente ativa do Amapá trabalha 40 horas ou mais por semana, contra 19% na Guiana Francesa. O trabalho de meio período é frequente para as mulheres na Guiana Francesa (1/3 menos de 35 horas semanais), mais que no Amapá.

### **Taxa de emprego, desemprego e ocupação da população a partir dos 15 anos (2008, no senso do BIT<sup>48</sup> para a Guiana Francesa)**

	GUIANA FRANCESA			AMAPÁ		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Pop. Econom. ativa	20 257	29 784	<b>50 041</b>	100 094	154 399	<b>254 493</b>
Taxa de emprego	31,4%	48,7%	<b>39,8%</b>	46,9%	73,0%	<b>59,9%</b>
Desemprego	8 378	5 541	<b>13 919</b>	24 539	17 797	<b>42 336</b>
Taxa de desemprego	29,3%	15,7%	<b>21,8%</b>	19,7%	10,3%	<b>14,3%</b>
Ocupados	28 635	35 325	<b>63 960</b>	124 633	172 196	<b>296 829</b>
População ativa	44,3%	57,8%	<b>50,9%</b>	58,4%	81,4%	<b>69,9%</b>
Inativos	35 944	25 792	<b>61 726</b>	88 650	39 451	<b>128 101</b>
<b>Total</b>	<b>64 579</b>	<b>61 117</b>	<b>125 686</b>	<b>213 283</b>	<b>211 647</b>	<b>424 930</b>

Fonte IBGE-PNAD 2008; INSEE-Pesquisa de emprego 2008

### **Duração semanal total do trabalho (empregos principais e secundários) da população economicamente ativa (2008)**

	GUIANA FRANCESA			AMAPÁ		
	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens	Total
Menos de 15hs	9,1%	5,2%	<b>6,8%</b>	2,6%	0,9%	<b>1,6%</b>
15 a 34hs	22,1%	12,6%	<b>16,5%</b>	35,7%	21,5%	<b>27,0%</b>
35 a 39hs	55,9%	58,7%	<b>57,6%</b>			
40 a 44hs				47,8%	59,1%	<b>54,7%</b>
45 s 48hs	12,9%	23,5%	<b>19,2%</b>	7,0%	11,1%	<b>9,5%</b>
49h e mais				6,9%	7,4%	<b>7,2%</b>

Fonte : IBGE - PNAD 2008; INSEE - Pesquisa de emprego 2008

<sup>48</sup> N.d.t. Bureau International du Travail (Escritório Internacional do Trabalho).



### Menos desempregados, menos inativos no Amapá

Ao contrário do emprego, a taxa de desemprego é sensivelmente mais baixa no Amapá que na Guiana Francesa (14,3% contra 22%), e com uma situação relativamente menos desfavorável para as mulheres do Amapá (10,3 % de desemprego para as mulheres), que na Guiana Francesa (15,7%).

Os desequilíbrios constatados entre os territórios são importantes por sexo, porém eles o são ainda mais por faixa etária, especialmente para os jovens. Esses desequilíbrios mantêm-se pronunciados inclusive para os mais velhos.

### Emprego, desemprego e ocupação por faixa etária (2008)

	GUIANA FRANCESA					AMAPÁ				
	15 a 24 anos	25 à 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 ans	15 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 39 anos	40 a 49 anos	50 a 59 anos
Pop. Econm. ativa	3 089	6 563	16 113	13 835	8 809	44 139	41 872	78 107	50 326	32 056
Taxa de emprego	9,8%	46,3%	56,0%	57,6%	58,1%	37,8%	68,7%	73,7%	74,8%	72,8%
Desempregados	2 272	2 545	4 077	3 537	1 232	19 225	5 602	12 271	3 498	1 392
Taxa de desemprego	42,4%	27,9%	20,2%	20,4%	12,3%	30,3%	11,8%	13,6%	6,5%	4,2%
Ocupados	5 361	9 108	20 190	17 372	10 041	63 364	47 474	90 378	53 824	33 448
Taxa de atividade	17,0%	64,3%	70,2%	72,3%	66,2%	54,2%	77,9%	85,3%	80,0%	76,0%
Inativos	26 211	5 061	8 591	6 644	5 117	53 500	13 465	15 627	13 422	10 567
<b>Total</b>	<b>31 572</b>	<b>14 169</b>	<b>28 781</b>	<b>24 016</b>	<b>15 158</b>	<b>116 864</b>	<b>60 939</b>	<b>106 005</b>	<b>67 246</b>	<b>44 015</b>

Fonte IBGE - PNAD 2008; INSEE - Pesquisa de emprego 2008

### Nítida vantagem da Guiana Francesa no pré-escolar

Não é fácil comparar os níveis de qualificação da população economicamente ativa no Amapá e na Guiana Francesa, pois no primeiro caso só uma distribuição da população economicamente ativa segundo o número de anos de estudos está disponível, enquanto para a Guiana Francesa o critério retido é o diploma obtido. Os níveis extremos, os mais qualificados, têm uma importância superior.

### Nível de estudos (2008)

	Nível de estudos da população ativa na Guiana Francesa				
	Nenhum	CAP-BEP <sup>1</sup>	Bac <sup>2</sup>	Bac + 2 <sup>3</sup>	Superior
Mulher	30,9%	22,5%	17,6%	16,2%	12,8%
Homem	38,3%	24,9%	14,5%	10,7%	11,7%
Total	35,3%	23,9%	15,8%	12,9%	12,1%

Fonte: INSEE - Pesquisa emprego 2008

1. Certificado de Aptidão Profissional – Nível secundário de ensino profissional

2. Diploma de Estudos Profissionais – Nível secundário de ensino profissional

Nível intermediário para o vestibular profissional.

3. Dois anos de estudos após o vestibular

	Número de anos de estudos da população ativa no Amapá			
	- de 8 anos	8 a 10 anos	11 a 14 anos	15 anos e mais
Mulher	19,9%	22,0%	46,3%	11,8%
Homem	30,9%	26,1%	34,3%	8,7%
Total	26,6%	24,5%	39,0%	9,9%

Fonte: IBGE - PNAD 2008

Embora a comparação não seja fácil no momento, o esforço de formação da juventude pode constituir um bom indicador da distribuição das futuras populações economicamente ativas segundo o nível de qualificação.

Porém, no campo da população de 4<sup>49</sup> a 24 anos, o pré-escolar é claramente melhor coberto na Guiana Francesa<sup>50</sup>, enquanto a situação se equilibra no primário e no colégio (equivalente ao ensino fundamental brasileiro), e também no liceu (equivalente ao ensino médio brasileiro).

Essa situação torna-se vantajosa para o Amapá a partir dos 18 anos, mas é verdade que a partir dessa idade a formação é em parte garantida fora do território para os jovens guianeses.

<sup>49</sup> Por não poder começar aos 3 anos, as estatísticas brasileiras reúnem os de 0 a 3 anos.

<sup>50</sup> Entretanto no Amapá não se trata somente das classes do maternal, mas de todas as outras formas de pré-escolarização com exceção das creches: jardins de infância, etc.

### Taxa de escolarização dos 4 anos a 24 anos

	GUIANA FRANCESA	AMAPÁ
4 e 5 anos	91,1%	52,1%
6 a 14 anos	97,0%	94,3%
15 a 17 anos	87,8%	87,7%
18 a 24 anos	35,4%	45,2%

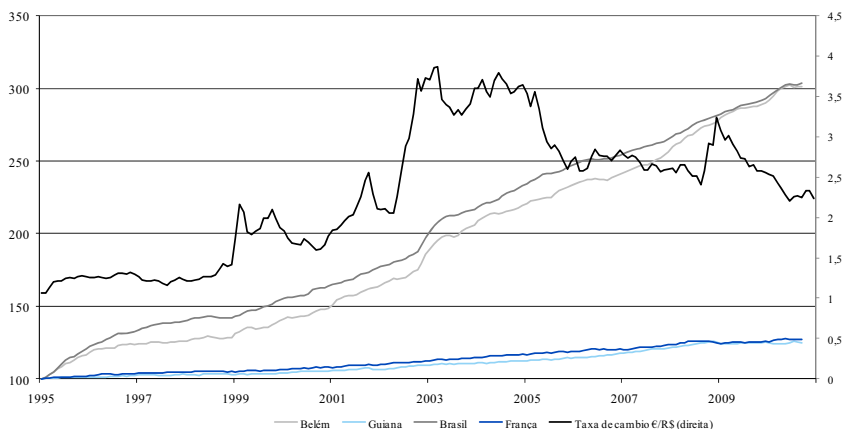
Fonte: IBGE - PNAD 2008 ; INSEE - Censo 2007

### 2.1.3. Rendas, salários e preços

#### *Inflação endêmica no Amapá, estabilidade dos preços na Guiana Francesa*

O Amapá é arrastado pela inflação relativamente elevada do Brasil, a qual será aqui medida em Belém, a grande aglomeração mais próxima de Macapá (cf. quadro “os índices de preços no Brasil”). A Guiana Francesa beneficia em contrapartida de uma relativa estabilidade de preços por um longo período, como a França inteira.

#### **Evolução comparada do índice dos preços de consumo 1995-2010 (base 100 em 1995) e taxa de câmbio**



Source: IBGE, INSEE

A evolução por grandes categorias do índice de Belém não estando disponível, somente é, portanto, possível comparar a Guiana Francesa ao Brasil.

Sob reservas inerentes a tal exercício, a evolução comparada da alimentação e do vestuário vem confirmar a constatação feita nos indicadores globais.<sup>51</sup>

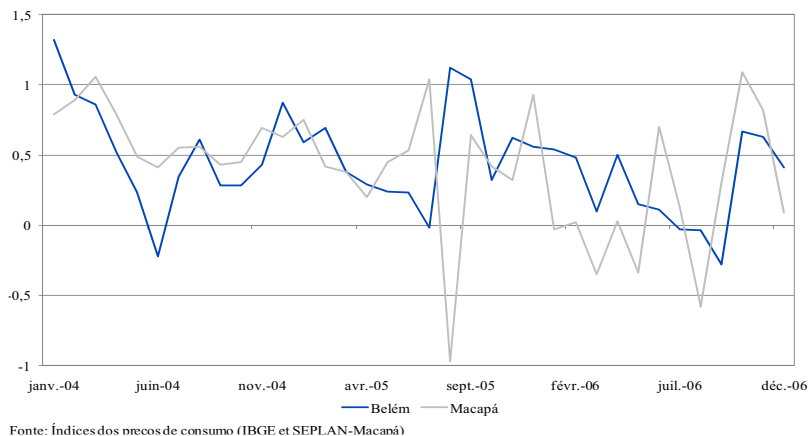
<sup>51</sup> Contudo, é lamentável não dispor de indicadores comparáveis da energia.

## Os índices de preço no Brasil

O IBGE somente divulga os índices nacionais de preços ao consumidor em 11 aglomerações, a mais próxima de Macapá sendo Belém, cuja população é duas a três vezes maior. As listas de preços ao consumidor são, entretanto, realizadas em Macapá, por outra instituição (SEPLAN)<sup>52</sup> e com outra metodologia.

A comparação das evoluções levantadas em Macapá (SEPLAN) e em Belém (IBGE), de 2004 a 2006, como tal e qual aparece no gráfico abaixo, torna o recurso ao indicador de Belém aceitável, para demonstrar as evoluções em Macapá.

**Evoluções comparadas dos índices de preço (variação mensal, %)**



### *Uma Guiana Francesa um pouco mais desigual...*

A sociedade amapaense é menos desigual que a da Guiana Francesa: somente 4% da população economicamente ativa do Amapá recebe menos da metade do salário mínimo brasileiro, contra 13% dos assalariados guianeses.

As proporções são comparáveis para as rendas e salários mais altos. A concentração das rendas entre 1/2 e 2 vezes o salário mínimo é maior no Amapá (65,2%) que a dos salários em torno do SMIC<sup>53</sup> na Guiana Francesa (53,7%).

### **Renda da população economicamente ativa relativamente ao salário mínimo (Amapá 2008)**

	<b>GUIANA</b>	<b>AMAPÁ</b>
Menos de 1/2	13,1%	4,0%
1/2 a menos de 1	15,6%	30,0%
1 a menos de 2	38,2%	35,2%
2 a menos de 3	19,1%	13,3%
3 a menos de 5	14,1%	8,7%
5 e mais		6,4%

Fonte: salário mínimo (Brasil); SMIC (França)

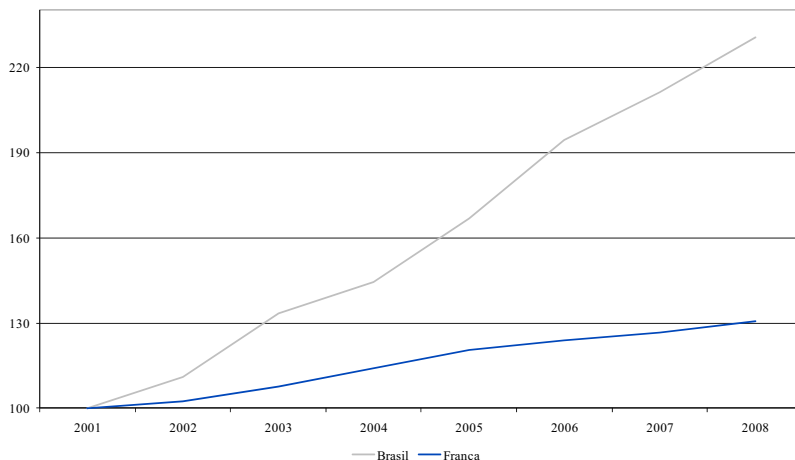
### *Porém mais rica?*

Mesmo que o salário mínimo brasileiro evolua mais rápido, devido especialmente a uma pressão inflacionária mais forte, ele é oito vezes mais baixo que o salário mínimo aplicável na Guiana Francesa; uma relação que tende a reduzir-se, com os indicadores provenientes das flutuações das taxas de câmbio.

<sup>52</sup> N.d.t. : Secretaria do Planejamento.

<sup>53</sup> N.d.t. : Salaire Minimum Interprofessionnel de Croissance (Salário Mínimo Interprofissional de Crescimento).

## Evolução do salário mínimo (base 100 em 2001)



Fonte: Salário mínimo (Brasil), SMIC (França)

## 2.2. Setores econômicos

### Demografia dos estabelecimentos

No campo de comparação<sup>54</sup>, o comércio é o setor de atividade mais importante no Amapá em termos de empregos, mas, sobretudo, em número de estabelecimentos. Na Guiana Francesa, os serviços ocupam o primeiro lugar, mais em número de empregos que de estabelecimentos.

O segundo lugar é ocupado pelas atividades dependentes do setor primário e secundário na Guiana Francesa, e pelos serviços no Amapá, conduzindo a uma importância maior do terciário no Amapá que na Guiana Francesa.

### Distribuição dos efetivos e estabelecimentos por setor (2008)

Setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Outras atividades primárias e secundárias	2 971	25,8%	7 591	21,2%	764	12,3%	8 047	19,7%
Comércio conserto de automóveis	2 896	25,1%	4 448	12,4%	3 717	59,7%	17 572	43,0%
Outros serviços	5 652	49,1%	23 752	66,4%	1 747	28,1%	15 221	37,3%
<b>Total Campo de comparação</b>	<b>11 519</b>	<b>100%</b>	<b>35 791</b>	<b>100%</b>	<b>6 228</b>	<b>100%</b>	<b>40 840</b>	<b>100%</b>
Agricultura silvicultura e pesca	1 252	/	371	/	53	/	942	/
Administração pública	188	/	8 912	/	2	/	-	/
<b>Total geral (para lista)</b>	<b>12 959</b>	<b>/</b>	<b>45 074</b>	<b>/</b>	<b>6 283</b>	<b>/</b>	<b>41 782</b>	<b>/</b>

Fontes : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005-2008; INSEE-Clap 2008

Fora o terciário, é no setor da construção que os efetivos são mais importantes, tanto no Amapá quanto na Guiana Francesa. As indústrias de fabricação vêm em segunda posição, bem antes das atividades extrativistas.

<sup>54</sup> Com exceção da agricultura-silvicultura-pesca e administração pública, para as quais as estatísticas não são evidentemente estabelecidas da mesma maneira nos dois territórios. As atividades consideradas como informais, são, além disso, excluídas.

## Indústria: distribuição dos efetivos e estabelecimentos por subsetor

Sub-setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Indústrias extrativistas	133	1,2%	518	1,4%	40	0,6%	1 351	3,3%
Indústrias manufatureiras	964	8,4%	2 423	6,8%	371	6,0%	2 552	6,2%
Produção e distribuição de eletricidade, gaz, vapor e de ar condicionado	93	0,8%	474	1,3%	18	0,3%	1 152	2,8%
Prod. e distrib. De água; saneamento, gestão do lixo e despoluição	52	/	312	/	13	/	-	/
Construção	1 729	15,0%	3 864	10,8%	322	5,2%	2 992	7,3%
<b>Total</b>	<b>2 971</b>	<b>25,8%</b>	<b>7 591</b>	<b>21,2%</b>	<b>764</b>	<b>12,3%</b>	<b>8 047</b>	<b>19,7%</b>

Fontes : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005-2008; INSEE-Clap 2008

Nos serviços por outro lado, a situação é bastante diferente de um território a outro. O ensino, a saúde e a ação social reúnem 38% dos efetivos na Guiana Francesa, contra somente 5% no Amapá. Esta relação é inversa para as atividades de serviços administrativos e de apoio (particularmente serviços de vigilância e limpeza) os quais compreendem 5% dos efetivos na Guiana Francesa, contra 13% no Amapá. As atividade de transporte e armazenagem estão, entretanto, em terceira posição nos dois territórios, com aproximadamente a mesma importância (6,6% e 7,4%).

## Serviços: distribuição dos efetivos e estabelecimentos por subsetor

Sub-setores de atividade	GUIANA FRANCESA				AMAPÁ			
	Estabelecimentos		Efetivos		Estabelecimentos		Efetivos	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Transportes e armazenagem	623	5,4%	2 345	6,6%	226	3,6%	3 039	7,4%
Habitação e restauração	645	5,6%	1 179	3,3%	340	5,5%	2 005	4,9%
Informação e comunicação	245	2,1%	643	1,8%	95	1,5%	591	1,4%
Atividades financeiras de seguros	269	2,3%	583	1,6%	118	1,9%	1 087	2,7%
Atividades imobiliárias	315	2,7%	341	1,0%	14	0,2%	42	0,1%
Atividades especializadas científ. e técnicas	969	8,4%	1 614	4,5%	187	3,0%	550	1,3%
Atividades de serviços admin. e de apoio	730	6,3%	1 822	5,1%	321	5,2%	5 377	13,2%
Ensino	384	3,3%	8 115	22,7%	125	2,0%	1 582	3,9%
Saúde humana e ação social	694	6,0%	5 468	15,3%	124	2,0%	430	1,1%
Artes, espetáculos e atividades recreativas	196	1,7%	328	0,9%	59	0,9%	144	0,4%
Outras atividades de serviços	582	5,1%	1 314	3,7%	138	2,2%	374	0,9%
<b>Total</b>	<b>5 652</b>	<b>49,1%</b>	<b>23 752</b>	<b>66,4%</b>	<b>1 747</b>	<b>28,1%</b>	<b>15 221</b>	<b>37,3%</b>

Fonte : IBGE, Diretoria de Pesquisas, Cadastro Central de Empresas 2005-2008; INSEE-Clap 2008

### 2.2.1. Agricultura e pecuária

#### *O baixo peso da agricultura nas economias guianesa e amapaense*

A agricultura, a pesca e a silvicultura geram 4,1% do valor agregado guianês em 2007, essa parte estando em diminuição desde os meados dos anos 90. O INSEE considera que aproximadamente 2 400 pessoas (fazendeiros e famílias, assalariados) vivem da agricultura na Guiana Francesa, ou seja -24% em 2005<sup>55</sup>.

A cadeia produtiva beneficia de diversas ajudas financeiras públicas, cuja maioria provém da União Europeia através da Política Agrícola Comum (PAC). Esta, implementada na Guiana Francesa por meio do Programa de Opções Específicas de combate ao afastamento e a Insularidade, cujo objetivo é adaptar a PAC aos departamentos de Ultramar, divide-se em duas partes:

- Ajudas diretas aos agricultores de um montante de € 6,1 milhões em 2009, destinadas a 64% aproximadamente à produção de arroz, e o restante para a cadeia pecuária;
- Medidas de apoio ao desenvolvimento rural, ao investimento e à modernização das fazendas, de um montante de aproximadamente € 2 milhões em 2009.

No Amapá, a agricultura e a silvicultura representam cerca de 3,2% do valor agregado em 2007. A tradição agrícola é pouco desenvolvida, especialmente em razão da abundância de áreas protegidas (terras indígenas, florestas). As terras particulares

<sup>55</sup> Fonte : Quadro Econômico Regional da Guiana, 2009-2010, INSEE.

exploradas compreendem aproximadamente 6% da superfície. A agricultura amapaense consiste principalmente de uma cultura de subsistência que não permite alimentar o mercado local, e o Estado tem de importar o essencial dos gêneros agrícolas. Em 2008, o setor primário empregava 1 290 pessoas, ou seja, 1,3% das vagas de trabalho<sup>56</sup>.

### *Os principais cultivos nos dois territórios*

Na Guiana Francesa, a Superfície Agrícola Útil (SAU) é de 24 570 ha em 2009, ou seja, cerca de 0,3% do território concentra-se no norte da região e ao longo dos rios Maroni e Oiapoque. Aproximadamente 80% dessa superfície são voltados para uma agricultura tradicional alimentar (principalmente no interior), ao passo que o litoral acolhe uma agricultura mais mecanizada de orientação comercial. A SAU inclui 54% de terras aráveis<sup>57</sup> dentre as quais se encontram as culturas de legumes (52%) e de arroz (26%).

A cadeia produtiva rizícola é uma das principais produções vegetais guianesas e uma das principais cadeias produtivas de exportação. O cultivo do arroz desenvolveu-se no início dos anos 80, em torno do povoado de Mana, sob influência dos fazendeiros surinamenses. Entretanto, esta cadeia está atualmente perdendo o dinamismo e seu futuro é incerto. A produção tem diminuído intensamente desde meados dos anos 2000 e os rendimentos são demasiado baixos (entre 2 e 3T/ha). O setor de rizicultura guianês sofre para ser competitivo considerando imperativos induzidos pelas normas européias (fitossanitárias principalmente) e maiores custos de produção. As fazendas eram mantidas por duas empresas que estão atualmente procurando compradores. O condicionamento das ajudas européias a um rendimento médio de 3,5T/ha, raramente alcançado nesses últimos anos na Guiana Francesa, será uma obrigação suplementar que pesará sobre eventuais futuros produtores.

No que diz respeito à pecuária, as cadeias produtivas de suinocultura e pecuária compreendem respectivamente 24% e 20% do consumo guianês. Os números estão aumentando, mas o desenvolvimento da cadeia produtiva da “carne” é limitado na Guiana Francesa pela existência de um único matadouro para o departamento, enquanto a demanda local de carne é importante.

As principais culturas no Amapá são as dos cereais (arroz, cujo cultivo é pouco desenvolvido, e a produção é frequentemente associada com a mandioca, o milho ou ainda o trigo) as culturas de legumes (feijão vermelho), e as culturas permanentes (laranja e banana, da qual o Amapá foi um grande produtor antes de ver suas culturas declinarem por causa de bactérias). O Amapá possui igualmente uma cadeia produtiva da pecuária extensiva.

### **Principais produções agrícolas (2008)**

	GUIANA FRANCESA		AMAPÁ	
	Quantidade produzida (T)	Rendimento médio (T/ha)	Quantidade produzida (T)	Rendimento médio (T/ha)
Abacaxi	3 553	20,9	1 651	2,8
Beringela	1 368	15,7	-	-
Banana	5 296	9,3	4 364	3,4
Cana-de-açúcar	3 350	62,7	3 200	29,1
Repolho	4 755	16,9	-	-
Limão	1 584	3,3	-	-
Tangirina	330	1,3	-	-
Pepino	1 599	8,9	-	-
Abobrinha	459	10,2	-	-
Goiaba	40	1,1	145	14,5
Feijão	1 128	10,4	1 254	0,8
Alface	1 480	14,2	-	-
Lichia	3 341	15,3	-	-
Milho	92	1,0	2 406	0,8
Madica	31 661	5,2	96 457	10,4
Maracujá	814	17,0	720	6,5
Laranja	603	1,5	9 623	8,3
Mamão	-	-	505	10,1
Melância	-	-	2 240	4,8
Abóbora	515	13,2	-	-
Arroz	7 523	2,6	3483	1,1
Tomate	3 965	31,5	-	-

Fonte: IBGE; Agreste

### *Um setor particularmente promissor do lado brasileiro*

A agricultura tem globalmente um baixo peso nos dois territórios, e representa menos de 1% das exportações guianesas em valor (silvicultura e pesca incluídas). Os setores não parecem no momento representar um vetor de desenvolvimento internacional, pois o objetivo é antes de tudo orientado para a auto-suficiência. Diversos imperativos são comuns às duas regiões: solos em sua maior parte ocupados pela floresta primária, agricultura destinada à alimentação humana pouco rentável, necessidade de preservação dos povos indígenas, imperativos ambientais importantes, por exemplo, as fazendas amapaenses têm como obrigação obter uma licença ambiental a partir de 20 ha de terras.

<sup>56</sup> Fonte : Relação Anual de Informações Sociais 2008, setor primário, fora a extração mineral.

<sup>57</sup> O restante é essencialmente dedicado à pecuária, pastagem principalmente ervagem.

Todavia, as autoridades amapaenses parecem ter identificado um forte potencial de desenvolvimento agrícola futuro, e uma Agência de Desenvolvimento foi criada com este objetivo. Vinte milhões de reais (€ 8 milhões) foram investidos na agricultura familiar, com objetivos de desenvolver economicamente a região assim como impedir o êxodo rural.

Inversamente, a cadeia produtiva da “carne” é importante no Brasil. Com 166 milhões de cabeças, o país é o quarto exportador mundial de carne bovina e também o segundo exportador de frango.

## 2.2.2. Pesca

### *Uma cadeia produtiva estratégica, mas pouco estruturada*

A pesca é um setor econômico essencial para as duas regiões, em razão da importância e da riqueza haliêutica das fronteiras marítimas e dos rios, assim como do potencial que pode representar para a exportação, mesmo que seu peso seja, no valor agregado das duas economias, baixo.

A Guiana Francesa possui 350 quilômetros de fronteiras marítimas, e uma zona econômica exclusiva (ZEE)<sup>58</sup> de aproximadamente 130 mil km<sup>2</sup>, a pesca representa na região a terceira categoria de exportação depois do setor espacial e do setor aurífero, mas sua importância é de somente 0,1% do valor agregado em 2007<sup>59</sup>. A pesca empregava oficialmente 106 assalariados franceses em 2009, e 445 estrangeiros, dos quais uma maioria de brasileiros e guianeses<sup>60</sup>.

A cadeia produtiva é globalmente mal estruturada:

- A pesca informal representa entre 30 e 50% da frota<sup>61</sup>, e escapa assim dos imperativos das normas europeias e das cotizações sociais, limitando uma melhor organização profissional;
- A falta de informação dos marinheiros e a rotação das tripulações nos barcos são denunciadas com frequência;
- A pobreza das produções e os custos adicionais logísticos limitam o número de operadores no mercado, criando uma situação quase monopolística e um lobby intenso;
- A falta de infraestrutura é recorrente: acesso ao combustível isentos de impostos, poucas máquinas de gelo, obsolescência da frota, e sobretudo, ausência de um verdadeiro porto de pesca costeira (um projeto está em estudo em Rémire-Montjoly, a jusante de Dégrad-des-Cannes).

A União Europeia (UE) é um ator considerável da cadeia da pesca guianesa. Na verdade, além das licenças de pesca concedidas pela Região e o Prefeito da Guiana Francesa, a UE outorga igualmente a alguns países autorizações de pesca na ZEE dos Estados membros. Na Guiana Francesa, pescadores venezuelanos podem pescar a cioba e o tubarão sob condição de desembarcar no mínimo a metade de sua captura nas oficinas de transformação guianesas. Além disso, um regime de gestão dos recursos foi implantado a nível comunitário, fixando cotas de capturas e regras técnicas.

Por outro lado, por via de seu Fundo Europeu para a Pesca, gerido na França através do Ministério da Alimentação, da Agricultura e da Pesca, a UE concede apoios financeiros ao setor, principalmente destinados a implementação e a modernização de infraestruturas (navios, transformação, comercialização). Apoios à exportação são igualmente concedidos pelo programa POSEIDOM<sup>62</sup>.

O Amapá possui aproximadamente 700 quilômetros de costa<sup>63</sup>, e recursos abundantes e bastante diversos, graças a uma rede hidrográfica importante: o rio Oiapoque por exemplo, para a pesca do camarão, ou o estuário do Amazonas. Em 2007, os setores da pecuária e da pesca representavam cerca de 1% do valor agregado total<sup>64</sup> e, em 2004, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca recenseava aproximadamente 350 embarcações. Diante desses números relativamente baixos, as autoridades estimam, entretanto, que, levando-se em conta a pesca informal, o setor representa um recurso econômico essencial para numerosas famílias amapaenses.

O setor é dominado por uma pesca de subsistência e uma atividade comercial em pequena escala, a produção sendo, em grande parte, vendida localmente. As maiores embarcações concentram-se na pesca em alto-mar, especialmente a dos camarões, e têm principalmente uma atividade de exportação (para o Estado vizinho, o Pará, em particular). Apesar de as infraestruturas de descarregamento (particularmente em Macapá e em Santana) serem melhores que na Guiana Francesa, falta no Amapá uma verdadeira rede de transportes rodoviários e de comercialização. Além disso, o futuro dessa cadeia produtiva está ameaçado pelo esgotamento dos recursos haliêuticos vítimas da sobrepesca. Por exemplo, no que diz respeito ao camarão, sua pesca somente é

<sup>58</sup> Espaço marítimo no qual o Estado exerce direitos soberanos em matéria econômica (petróleo, gás e pesca).

<sup>59</sup> Fonte : Quadro Econômico Regional da Guiana 2009-2010, INSEE.

<sup>60</sup> Fonte : Departamento Regional para Negócios Marítimos.

<sup>61</sup> Estimativa IFREMER (Instituto Francês de Pesquisa e Exploração Marítima), segundo os anos.

<sup>62</sup> Programa de Opções para o Afastamento e Insularidade dos Departamentos de Ultramar.

<sup>63</sup> O Brasil possui uma ZEE de aproximadamente 3,5 milhões de km<sup>2</sup>.

<sup>64</sup> Fonte: IBGE.

autorizada a partir de uma certa distância da costa, a fim de manter um determinado nível de estoque. Ora, essas exigências são mal respeitadas no Brasil, ao contrário da Guiana Francesa.

Essa precariedade dos quadros regulamentário e logístico, explica-se em parte pelo atraso das políticas públicas haliêuticas amapaenses. Vários organismos acompanham a evolução da cadeia (por via de estudos e recenseamentos nos recursos piscícolas e nos navios): a Agência de Desenvolvimento da Pesca do Amapá, que, aliás, está começando uma colaboração com o IFREMER<sup>65</sup>, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), ou ainda o Ministério da Pesca e da Aquicultura. Mas esses diversos atores públicos são pouco representados no Amapá (eles são mais representados no Estado vizinho do Pará), e às vezes agem de maneira concorrente.

### *Os principais produtos da pesca nos dois territórios*

Globalmente na Guiana Francesa, depois de vários anos difíceis, as exportações de peixes voltaram ao bom nível em 2007, 2008 e 2009. Os principais produtos pescados são, na costa, os peixes brancos e o tubarão; em alto-mar o camarão e a cioba. Em 2009, cerca de 5 324 toneladas de produtos do mar foram pescadas<sup>66</sup>. A exportação para a França continental e as Antilhas constitui uma perspectiva essencial para a pesca do camarão e da cioba. A cadeia produtiva é marcada por evoluções significativas:

- A pesca costeira (com a pescada branca especialmente) desenvolve-se rapidamente, e sua tonelagem ultrapassa atualmente a dos outros tipos de pesca. Ela ainda é artesanal e informal, e deve ser melhor acompanhada, a fim de garantir uma gestão sustentável e equilibrada, entre potencial econômico seguro e preocupação ecológica. Um Mercado de Interesse Regional (MIR) do peixe fresco, o qual agrupa a venda no atacado e no varejo, foi implementado em Caiena, mas essa estrutura ainda não conseguiu totalmente chamar a atenção dos profissionais, cujos alguns privilegiam a venda informal;
- Inversamente, produtos tradicionais, como o camarão, estão perdendo seu dinamismo. Há diversas razões para isso: rarefação do recurso, baixa do preço, aumento dos custos (encarecimento do preço do combustível, entre outros), e concorrência da aquicultura (brasileira) que é mais barata. O efetivo de pescadores de camarões reduz-se (-20% em 2008<sup>67</sup>). Em 2009, as pescas eram de 1 326 toneladas, ou seja, uma diminuição de 64% nos dez últimos anos;
- A pesca da cioba mantém-se, ou até mesmo aumentou nos últimos anos, mas as autoridades estimam que o estoque está prestes a alcançar seus limites exploráveis.

No Amapá, 17 914 toneladas de produtos marinhos, dos quais uma grande variedade de peixes piramatubas, marapas, douradas, atipas, camarões, lagostim, foram pescados em 2009, ou seja, 1,5% da produção brasileira. A pesca continental representa 65% do total e a aquicultura, contrariamente a outros Estados brasileiros, é pouco desenvolvida.

### *Um eixo potencialmente importante da cooperação guiano-amapaense*

A pesca é um desafio essencial no plano ambiental e econômico para o conjunto do Platô das Guianas, é por isso que os esforços devem ser feitos pelas autoridades competentes para desenvolver a cooperação entre a Guiana Francesa e o Brasil, assim como o Suriname.

Antes de qualquer colaboração, entretanto, parece necessário abordar o problema da pesca ilegal, que é desvantajoso para os profissionais guianeses. Na realidade, segundo o IFREMER, a tonelagem capturada por estrangeiros em situação irregular (surinameses, brasileiros) seria equivalente à produção oficial guianesa. Os estrangeiros são atraídos pela abundância dos recursos ainda presentes na Guiana Francesa, enquanto os países vizinhos são vítimas da sobrepesca. Fiscalizações e apreensões são realizadas nos navios.

Uma cooperação franco-brasileira é portanto necessária, tanto do ponto de vista ambiental (recenseamento dos recursos piscícolas comuns ao planalto, pesquisa e gestão dos estoques) quanto regulamentário (fiscalização da situação da situação dos pescadores, medidas de segurança, encontros entre profissionais dos dois países para evitar tensões).

Uma cooperação comercial e logística é também concebível: a pesca poderá tornar-se um dos mercados mais ativos em matéria de importação e exportação entre a Guiana Francesa e o Amapá. Até o momento, as duas regiões eram concorrentes nessa área, com uma oferta relativamente equivalente, mas menos dispendiosa para o lado brasileiro. Ora, a sobreexploração dos recursos no Brasil torna a oferta mais rara e mais cara e a Guiana Francesa pouco a pouco mais competitiva diante do Brasil. Cada vez mais brasileiros provenientes do Amapá, mas também do Pará (Estado vizinho que também se depara com a rarefação de seus recursos) compram seus peixes na Guiana Francesa, em São Jorge do Oiapoque, principalmente. Entretanto, para exportar, a cadeia de produção guianesa deve ter sucesso em sua reorganização e investir, particularmente na renovação de sua frota e no treinamento de sua mão de obra (que sofre atualmente com uma grande rotatividade de funcionários).

<sup>65</sup> Cf. Capítulo 4.3 “A pesca”.

<sup>66</sup> Fonte : IFREMER, reunindo camarão, cioba, peixes costeiros.

<sup>67</sup> Fonte : Instituto Nacional dos Inválidos da Marinha.



Paralelamente, a Guiana Francesa poderá beneficiar dos produtos de uma aquicultura bastante desenvolvida no Brasil, especialmente para alguns peixes raros. A questão do respeito das normas europeias (no momento pouco integradas pelos profissionais do Amapá) será um desafio essencial no desenvolvimento de um mercado piscícola guiano-amapaense.

### 2.2.3. Atividades florestais

A floresta cobre a grande maioria dos dois territórios, o que torna as atividades florestais um desafio maior na gestão ambiental e no desenvolvimento econômico.

Na Guiana Francesa, sobre uma superfície de 7,5 milhões de hectares, mais de 2 milhões são dedicados à produção de madeira. Mais de 1 300 espécies de árvores são catalogadas, das quais 80 espécies são exploradas. A angélica, gonfolóbio, abrótea-da-primavera representam 70% do corte. Em relação à superfície da área, a floresta na Guiana Francesa continua pouco explorada em razão da grande dispersão espacial das espécies comercializadas, o que torna difícil qualquer comercialização no atacado. Problemas de transporte entre as zonas de exploração e comercialização devem ser levados em conta. Em 2009, 84 mil metros cúbicos de madeiras em troncos foram produzidos<sup>68</sup>, e a Agência Nacional de Florestas definiu um objetivo de 100 mil metros cúbicos nos próximos anos.

A área reúne quase 210 empresas e emprega cerca de 900 pessoas (primeira e segunda transformação). Bem organizada, parece promissora, especialmente por causa da tendência da alta de preços de compras das madeiras tropical. O *BTP*<sup>69</sup> guianesa absorve a maioria da produção, uma pequena parte sendo exportada, principalmente para as Antilhas. A demanda está crescendo, e a cadeia produtiva gera empregos. Todavia, vários desafios devem ser destacados :

- Os progressos necessários na formação profissional ;
- Uma gestão sustentável das florestas, respeitosa da biodiversidade;
- A rentabilização da produção pela valorização das espécies menos procuradas.

O Estado do Amapá beneficia de uma floresta ainda bem conservada, ao passo que o desmatamento atinge intensamente outros Estados da Amazônia. Em 2009, quase 5 mil ha de florestas foram organizados por ano<sup>70</sup>, com um projeto de extensão das concessões públicas para 10 mil ha nos próximos 20 anos. A cadeia produtiva da madeira é mais desenvolvida que na Guiana Francesa, mas limitada pelas dimensões das superfícies protegidas (terras indígenas ou reservas naturais, cerca de 40% do território). Além disso, as áreas de exploração e transformação são pouco numerosas (em torno de Macapá e Santana principalmente) e nem sempre bem equipadas. A produção arborícola é mais diversificada: madeira (aquecimento e madeira cortada com casca), em parte destinada à produção de celulose (alimentada por florestas plantadas de pinho) e carvão vegetal, mas também produtos de qualidade de maior valor agregado como o látex, o palmito açaí e suas frutas, a castanha do Pará, etc.

Em 2008, o Amapá produziu cerca de 255 mil metros cúbicos de madeira cortada com casca. Depois dos produtos minerais, a cadeia produtiva da madeira representa a segunda categoria de exportação do Amapá (mais de 30% do total em 2006-2008<sup>71</sup>). A abertura da ponte sobre o rio Oiapoque poderá criar uma nova cadeia produtiva para o escoamento dos produtos florestais amapaenses (estes últimos permitindo remediar as insuficiências da produção guianesa relativamente à demanda local).

#### *Um desafio essencial do ponto de vista econômico, mas, sobretudo ambiental*

Na Guiana Francesa, a cadeia produtiva da madeira beneficia de vários apoios financeiros. De um lado, apoios financeiros existentes<sup>72</sup>, graças, particularmente ao Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural ou do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, os quais apoiam o investimento na gestão dos maciços florestais, a modernização das empresas de exploração florestal ou ainda na formação profissional.

Por outro lado, a Agência Nacional de Florestas, instituição pública nacional, administra os maciços florestais dedicados à exploração, e lançou os processos para as certificações da floresta guianesa. O objetivo é valorizar uma produção de qualidade, em especial voltada para a exportação, mas também valorizar uma gestão sustentável e respeitosa ao meio ambiente.

Para o Amapá igualmente, trata-se doravante de proteger os recursos florestais e implementar uma exploração sustentável e de qualidade. O Amapá está relativamente protegido do desmatamento que atinge Estados como o Pará, Mato Grosso, ou o Maranhão, e a regulamentação brasileira no tocante à madeira é severa. Inversamente, o Amapá trabalha para a harmonização de suas certificações com normas europeias.

<sup>68</sup> Essa produção necessitou a implementação da exploração de 9 000 há de florestas.

<sup>69</sup> N.d.t. : *BTP* Construção Civil e Obras públicas (*Batiment et Travaux Publics*) setor da economia reunindo todas as atividades de concepção e construção de edifícios públicos ou particulares, industriais ou não, como estradas e canalizações, setor da Secretária de Obras Públicas.

<sup>70</sup> Fonte: IMAP.

<sup>71</sup> Fonte: SECEX.

<sup>72</sup> € 74 milhões no período de 2007 a 2013.

A gestão das florestas está dividida entre diversos níveis de governo, e, no plano central, o IBAMA está encarregado de implementar políticas sustentáveis de gestão de recursos naturais. O IBAMA é também responsável pelo desenvolvimento local das populações indígenas, o que, no Amapá, está estreitamente ligado às atividades florestais.

Além do estatuto de “terras indígenas”, o Brasil implantou diversos tipos de “unidades de conservação”, cujas algumas dizem diretamente respeito à atividade florestal:

- As “florestas nacionais” ou FLONAs cobrem florestas nativas ou plantadas e têm como objetivo, entre outros, promover a gestão dos recursos naturais por via, especialmente, da valorização de produtos derivados da madeira. O Amapá inclui assim uma FLONA de 412 mil ha em sua parte central, nos territórios dos municípios do Amapá, Ferreira Gomes e Pracuúba;
- As “Reservas de Desenvolvimento Sustentável” são áreas abrigando populações tradicionais, cuja existência e meios de subsistência têm como base a exploração dos recursos naturais. Trata-se de garantir uma gestão harmoniosa entre o desenvolvimento econômico das populações e a preservação da natureza. Existe uma reserva em torno do rio Iratapuru, no Sudeste do Amapá, cujas populações praticam entre outros a cultura da castanha do Pará;
- As “Reservas extrativistas” são espaços territoriais que permitem às populações extrativistas tradicionais (que se apoiam na colheita dos recursos não-lenhosos da floresta, como os seringueiros, por exemplo) proteger seu modo de vida, respeitando ao mesmo tempo a biodiversidade. Existe uma RESEX no Amapá, no rio Cajari (sul do estado que pratica a cultura da castanha do Pará, do açaí e a colheita da seringueira).

### *A energia da madeira, um setor promissor e de destaque*

O desenvolvimento das cadeias produtivas da madeira-energia-biocombustível é uma desafio considerável para os dois territórios, levando-se em conta os recursos disponíveis em matéria prima, e o perfil energético atual da Guiana Francesa e do Amapá. Isto permite:

- Reduzir a dependência energética (da Guiana Francesa em particular) e assegurar o abastecimento elétrico através de um recurso sem interrupções;
- Melhorar seu resultado ambiental;
- Criar uma cadeia produtiva energética economicamente viável e provedora de empregos.

Primeiramente, a produção de eletricidade a partir da biomassa tem um grande potencial nas duas regiões e está em via de desenvolvimento. Na Guiana Francesa, uma usina de 2 mega Watts (MW) está funcionando em Kourou, e existem dois projetos em Cacao e São Jorge do Oiapoque. Atualmente, a usina de biomassa está funcionando graças a resíduos de serragem ou de desflorestamentos agrícolas; a próxima etapa será utilizar madeira “destinada à energia”, isto é, florestas plantadas<sup>73</sup> destinadas ao fornecimento de eletricidade. Por enquanto, o princípio da madeira energética está em estudo na Guiana Francesa, em especial através da Agência do Meio Ambiente e do Controle de Energia (ADEME). Existem florestas plantadas no Amapá, mas estas estão, no momento, destinadas à produção de celulose.

Por outro lado, na Guiana Francesa, vários estudos de viabilidade foram realizados pela ADEME quanto ao lançamento de uma cadeia produtiva de biocombustíveis:

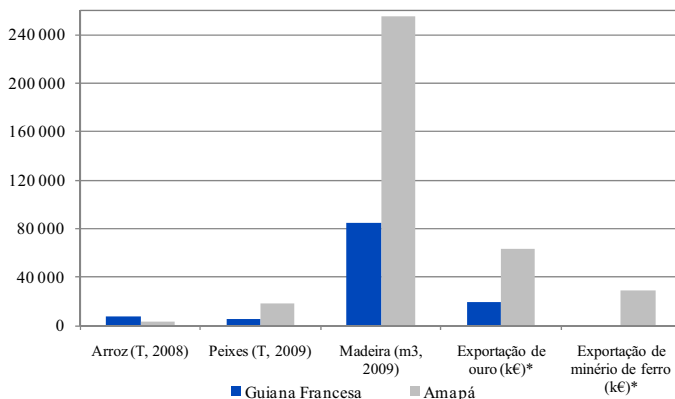
- O bioetanol poderá ser produzido a partir da cana-de-açúcar ou matéria lenhosa. Entretanto, os investimentos a serem realizados são dispendiosos, o que torna complexa a implantação dessa cadeia produtiva (uma produção unicamente destinada ao mercado local não seria rentável);
- O óleo vegetal poderá ser um biocombustível do futuro para a Guiana Francesa, possibilitando a criação de empregos e a diversificação agrícola. Esta cadeia produtiva deverá progressivamente ser implantada até 2013.

O Brasil é um dos líderes mundiais da cadeia produtiva de biocombustíveis devido a seus abundantes recursos agrícolas e florestais os quais possibilitam o desenvolvimento dessa cadeia sem deteriorar sua tendência alimentar à agricultura.

---

<sup>73</sup> De preferência madeira de crescimento rápido.

## Exploração dos recursos naturais



\* média trienal 2006-2008. Euros correntes.  
 Fonte : IBGE, SEICOM ; Agreste, IFREMER, Alfândegas.

### 2.2.4. Indústria e artesanato

O setor industrial representa 11,4% do PIB na Guiana Francesa, contra 4,2%<sup>74</sup> do PIB do Estado do Amapá (1,6% para as indústrias extrativistas e 2,6% para as indústrias de transformação). O setor emprega 12,5% dos efetivos assalariados na Guiana Francesa, contra 5,7% no Amapá. Mas, na Guiana Francesa, o setor industrial beneficia entre outros das atividades conexas no setor espacial, o qual sozinho representava 16,2% do PIB guianês em 2002.

#### *As indústrias extrativistas*

A Guiana Francesa possui um potencial aurífero bastante importante, estimado a 35 mil km<sup>2</sup> com mais de 120 toneladas de ouro primário<sup>75</sup> e ainda de 15 a 20 anos de exploração de jazidas de ouro de aluvião<sup>76</sup> no atual ritmo. Apesar disso, o setor aurífero vem declinado há quase 10 anos: entre 2002 e 2009, a produção caiu para 58%. As exportações representavam, todavia, quase 44% do total das exportações (2006-2008). O ouro é o primeiro produto mais exportado no Amapá com mais de 44% do total das exportações. A principal cidade exportadora é Oiapoque, fronteira com a Guiana Francesa, que paradoxalmente não possui ouro em seu subsolo.

A garimpagem clandestina, que ocasiona diversos danos à floresta guianesa, deve-se principalmente aos garimpeiros, em sua grande maioria de nacionalidade brasileira, aproveitando-se da permeabilidade da fronteira para trabalhar ilegalmente na Guiana Francesa, nos garimpos, em grande parte, clandestinos.

Diante desse problema, a Guiana Francesa tenta reagir, sobretudo, com a implantação das operações “Hapias” que envolvem as Forças Armadas da Guiana Francesa (FAG) assim como a Polícia Militar. Cooperações foram instauradas com as Forças Armadas Brasileiras. A Guiana Francesa e o Brasil organizam-se para lutar contra a extração de ouro clandestina. Marie-Luce Penchard, Ministra responsável do Territórios do Ultramar, apresentou em outubro de 2010, no Conselho de Ministros, um projeto-lei que autoriza um acordo franco-brasileiro contra a garimpagem ilegal. Esse projeto de lei foi adotado em 7 de abril de 2011 pela Assembleia Nacional Francesa. O acordo visa ao reforço da cooperação entre os dois países nessa luta contra as consequências ambientais e econômicas e no tocante a ordem pública, contra a extração ilegal do ouro. Ele prevê entre outros, um fortalecimento da cooperação policial e judiciária, a implementação de medidas penais e um melhor acompanhamento das atividades de exploração e do comércio do ouro de ambos os lados do rio Oiapoque.

A fim de controlar seus desenvolvimentos e seus recursos, a Guiana Francesa lançou em 2010 o “Esquema Departamental de Orientação Mineira (SDOM), que será o documento de referência quanto à exploração de diferentes zonas auríferas. Os principais objetivos do SDOM são:

- Determinar as zonas compatíveis com uma atividade de exploração;
- Fixar algumas obrigações ambientais ;
- Definir os objetivos a alcançar em matéria reutilização das zonas mineiras;

<sup>74</sup> 2007.

<sup>75</sup> Mineral original não tendo sofrido os efeitos de uma alteração em seu depósito.

<sup>76</sup> Mineral formado no momento da alteração de uma rocha dita primária.

- Garantir um desenvolvimento econômico, assim como uma proteção do meio ambiente.

Esse Esquema deverá ser adotado no corrente ano – 2011.

O principal recurso do Estado do Amapá é o manganês extraído desde 1957. É no Amapá onde se encontram as maiores reservas do país. Durante os anos 60, o Estado fornecia 80% da produção total brasileira. O país é o sexto produtor mundial, com pouco menos de 10% da produção total. A exploração dessas jazidas foi concedida, por 50 anos, à ICOMI (Indústria e Comércio de Mineração), do grupo Bethlehem Steel que pagava ao governo local royalties de 4 a 5% sobre tudo o que era extraído nas zonas mineiras. Os pedidos eram garantidos graças a um contrato assinado com a Defense Materials Procurement Agency, órgão governamental norte-americano. As rendas das royalties eram destinadas à construção da Usina de Paredão que fornece a energia necessária às indústrias desejando instalar-se na região. A ICOMI construiu um caminho de ferro podendo transportar 700 mil toneladas de minério e 200 mil toneladas de mercadorias em geral, assim como um porto no qual podem atracar navios de mais de 45 mil toneladas. Ao final da concessão outorgada à ICOMI, a exploração das jazidas de manganês foi concedida à empresa Alto Tocantins Mineração Ltda. em Santana, que tinha uma longa experiência nas atividades de extração no Brasil. Além do manganês, o Amapá possui também grandes reservas de recursos naturais, dos quais minerais como o ouro, explorado nos municípios de Calçoene, Cassiporé, e Igarapé de Leona, e no rio Gaivotá. Outros minerais também estão presentes, como a cassiterita, a tantalita e a colômbita. No município de Santa Maria, a presença de diamante foi registrada. A 80 km de Macapá existe uma zona de 9,6 milhões de toneladas de hematita, com 70% de ferro explorada pela Empresa Hanna Company. As exportações de minerais representam 20,5% do total das exportações do Amapá em valor (entre 2006 e 2008).

### *As indústrias agroalimentares*

As indústrias agroalimentares não têm uma posição de muita importância no interior das duas economias. Na Guiana Francesa como no Amapá, o setor tenta desenvolver-se a partir dos produtos locais de qualidade (iogurtes, sucos de frutas e rum na Guiana Francesa, e os frutos da palmeira, cujo mais conhecido é o açaí, mandioca e as frutas no Amapá).

O governo do Amapá implementou políticas de apoio quanto, essencialmente, ao investimento e a implantação de serviços públicos para o transporte de produção. Mas o setor entra intensamente em concorrência com as importações e é limitado pela dimensão reduzida do mercado interno.

### 2.2.5. Energia

O abastecimento de energia da Guiana Francesa e do Amapá é imperativo para o desenvolvimento das atividades econômicas, turísticas e agrícolas dessas regiões. Todavia, ele se choca com dois obstáculos principais:

- A necessidade de desenvolver rapidamente a capacidade de produção de eletricidade por causa de um crescimento demográfico consequente e de um melhor equipamento doméstico;
- Obstáculos financeiros e técnicos para a implantação de uma rede eficaz e extensa, estabelecida por um meio natural exigente e o isolamento de algumas populações.

Entretanto, este último obstáculo representa também uma oportunidade para as energias renováveis, em razão da abundância de rios e de biomassa (madeira, cana-de-açúcar).

### *Uma grande dependência de energias fósseis*

Em 2009, a Guiana Francesa consumiu 263 984 toneladas de hidrocarbonetos, dos quais 33% de tipo combustível automotivo. Por causa dos imperativos regulamentares europeus, a Guiana Francesa não importa diretamente hidrocarbonetos de seus vizinhos produtores, como Trinidad e Tobago ou a Venezuela. Ela é abastecida desde 2007 pela SARA (Sociedade Anônima da Refinaria das Antilhas) que importa o petróleo bruto da Europa do Norte e da Venezuela, e possui vários depósitos na Guiana Francesa. Os preços dos combustíveis são estabelecidos pelo Estado, e levam em conta as barreiras logísticas específicas da Guiana Francesa, mas também, desde setembro de 2010, as variações do preço internacional do bruto. Os hidrocarbonetos representam quase 80% das necessidades totais de energia, o que torna a Guiana Francesa fortemente dependente do exterior para seu abastecimento energético. Em 2009, essa categoria tinha um peso de 15% no déficit da balança comercial guianesa. Em dezembro de 2003, um estudo sísmico efetuado em “Matamata”, ao largo da Guiana Francesa, mostrou uma jazida de hidrocarbonetos de 500 milhões de barris. Uma exploração petrolífera offshore está sendo conduzida no sítio de Zaedyus, a 150 km aproximadamente de Caiena, pela empresa Tullow Oil.

No que diz respeito ao Brasil, este é hoje auto-suficiente em petróleo, mas o Estado do Amapá não o produz. Entretanto, o petróleo tem no Estado, uma grande importância em consequência da importância das centrais diesel em seu mix energético.

### *Uma rede elétrica pouco extensa e pouco diversificada*

A rede guianesa não é interconectada e, portanto, tem que produzir o que consome. Ela estende-se unicamente sobre uma parte do litoral, de Saint-Laurent Du Maroni, a oeste, até a aglomeração de Caiena. Os municípios do interior, assim como os do litoral Leste, são “áreas isoladas” autônomos em produção de eletricidade. A rede guianesa é em sua maioria abastecida por dois tipos de estruturas:

- A barragem hidrelétrica de Petit Saut, em funcionamento em 1994. Ela alimenta a rede do litoral e lá assegura cerca de 70% da produção de energia elétrica com uma potência de 104MW;
- As centrais térmicas diesel, cuja principal está situada nas proximidades do porto de Dégrad-des-Cannes, com uma potência de 84MW, associando gásóleo e combustão térmica. Outras centrais estão situadas em áreas isoladas.

O transporte, a distribuição e a comercialização são realizados pela Eléctricité de France (Eletricidade da França). A produção de eletricidade é também em sua maioria, realizada pela Eléctricité de France, mas depois da abertura da concorrência em 2000, vários produtores alternativos especializados em energia renovável estão igualmente presentes no mercado guianês.

A rede elétrica amapaense é semelhante à guianesa: não há interconexão com o restante da rede brasileira e há uma linha sobre uma parte do território unicamente, entre a capital Macapá e Calçoene. A cidade que faz fronteira com Oiapoque, entre outras, é por conseguinte também “área isolada” (sua conexão à rede está em análise).

A produção de eletricidade é assegurada:

- Pela barragem hidrelétrica de Coaracy Nunes, situada a aproximadamente 150 km de Macapá, no rio Araguari. Ela tem uma potência de cerca de 78 MW e fornece 60% de eletricidade;
- Por centrais térmicas alimentadas com óleo diesel. A principal usina térmica, a de Santana, tem uma potência de 135MW.

A rede amapaense integrada é administrada pela companhia Eletronorte. Entre 2007 e 2008, o consumo de energia na rede (integrada e não integrada) aumentou 6,7%.

### *Recursos importantes de energias renováveis*

O abastecimento energético das áreas isoladas é hoje, um dos principais desafios para a Guiana Francesa e o Amapá. Na verdade, o abastecimento atual (transporte de petróleo em canoas, o mais comum) apresenta riscos importantes: ambientais e sanitários (acidentes, escoamento de barris, etc), financeiros (preço elevado do petróleo), logístico (passagens difíceis das canoas em caso de secas).

Hoje, a conexão seria possível para algumas áreas isoladas, situadas no extremo Leste do litoral e em especial as duas cidades ribeirinhas do rio Oiapoque. Paralelamente, para a extensão das linhas, uma reflexão deve ser conduzida sobre a transição para uma energia mais renovável, especialmente porque o meio natural do Platô das Guianas possui um potencial rico em matéria de:

- **Energia hidrelétrica:** é o tipo de energia mais desenvolvida atualmente. A importância da rede hidrográfica no conjunto do Planalto oferece boas oportunidades para a instalação de barragens. Dois obstáculos, entretanto, se apresentam: a existência de uma estação seca e ausência de um relevo importante sendo necessário elevar artificialmente o nível das águas. Além disso, na Guiana Francesa, as grandes barragens hidráulicas provocam a desconfiança depois da experiência da barragem de Petit Saut, pois a inundação de uma zona meândrica em torno da barragem acarretou entre outros a emissão de gases de efeito estufa e uma diminuição do estoque de peixes. O Esquema Diretivo de Planejamento e Gestão da Água da Guiana 2010-2015, identificou um forte potencial hidráulico de 206 MW, ou seja, aproximadamente o dobro da Petit Saut<sup>77</sup>;
- **Solar:** apesar de a Guiana Francesa tirar menos partido da luz do sol que os outros Departamentos Franceses Ultramarinos, a indústria do solar fotovoltaica possibilitou fornecimento de diversas áreas isoladas. Mercado em pleno desenvolvimento na França inteira, o solar unido à rede poderá representar, na Guiana Francesa, 40MW<sup>78</sup> até 2020; vários projetos (para uma potência de 5 a 10MW com mais frequência) conduzidos por operadores independentes estão em estudo. Quanto ao Brasil, ainda domina pouco a tecnologia fotovoltaica, e poderá a esse título beneficiar da competência guianesa;
- **Eólico:** há pouco potencial na Guiana Francesa, exceto no litoral (vento fraco, mas regular). O eólico poderá representar uma potência de 12MW até 2020<sup>79</sup>. Em compensação, um potencial foi claramente identificado no Amapá;

<sup>77</sup> A assinalar que uma parte desse potencial encontra-se em zona internacional (Oyapoque, Manori) ou é demasiado disperso para sujeitar-se às exigências de rentabilidade financeira dos exploradores.

<sup>78</sup> Estimativa ADEME. Cenário mediano “Explicit”, baseado em uma hipótese de progressão do consumo de eletricidade de 3,7% por ano.

<sup>79</sup> Estimativa ADEME.

- **Biomassa** : é a energia cujo potencial é o mais importante. Na realidade, a Guiana Francesa e o Amapá oferecem ao mesmo tempo resíduos lenhosos (resultados dos desmatamentos agrícolas, as serragens), e a possibilidade de desmatar parcialmente ou plantar florestas “de vocação energética”<sup>80</sup>.

A energia hidráulica e solar apresentam o inconveniente de não poderem ser mobilizáveis a qualquer momento, ao contrário da biomassa, por exemplo. Assim, o equipamento elétrico das áreas isoladas deverá combinar energia renovável e térmica (diesel). A título de ilustração, a central híbrida solar-diesel de Kaw é a maior central de área isolada da França.

A interconexão da rede é uma outra problemática comum à Guiana Francesa e ao Amapá. A autonomia atual pode causar problemas de segurança energética, em caso de pane ou acidente, por exemplo. Desse modo, diversos projetos estão em estudo:

- Uma conexão entre a rede guianesa e a surinamense (ao menos para impedir as faltas de energia no Oeste guianês);
- Uma conexão amapaense (e amazônica) ao restante do Brasil por via da linha do Tucuri (barragem hidrelétrica, localizada no Estado do Pará<sup>81</sup>);
- Uma interconexão entre as redes guianesa e amapaense. Esta poderá ser uma boa alternativa, mas necessita antes de tudo prolongar as linhas elétricas nacionais até a fronteira. Esse prolongamento responderá assim a uma tripla necessidade: segurança no abastecimento de energia, transição para uma energia menos cara e mais “verde” e infraestruturas próprias para desenvolver a indústria (atividades econômicas poderão ser implantadas em torno da ponte sobre o Oiapoque, por exemplo).

## 2.2.6. Água e saneamento

### *A água*

A Guiana Francesa assim como o Amapá, graças a seu clima intertropical úmido e a acessibilidade relativamente fácil às redes dos rios e ribeiras, dispõem de um reservatório de água considerável. A produção, bem como a distribuição da água são administradas em ambas as geografias por duas agências especializadas: a *Société Guyanaise Des Eaux*, (SGDE<sup>82</sup>), cuja sede está situada em Caiena, e a Companhia de Água e Esgoto do Amapá, a CAESA, situada em Macapá. A SGDE gera mais de 1 620 km de canalização, enquanto em 2006, a CAESA tinha a sua disposição 797 km de canalização destinados a suprir as necessidades de uma população três vezes maior. Assim sendo, em 2006, 65,4% da população do Amapá estava ligada à rede de água da CAESA, ao passo que em 2007 na Guiana Francesa, 81,3% da população o estava.

Diversos meios são aplicados para aumentar a parte da população ligada às redes de distribuição. A qualidade das canalizações e da rede de distribuição é nitidamente superior no Amapá que na Guiana Francesa. Em 2006, a taxa de rendimento<sup>83</sup> era de 90% no Amapá e 68% na Guiana Francesa (55,6 milhões de m<sup>3</sup> consumidos para 61,8 distribuídos no Amapá, contra 10,6 milhões de m<sup>3</sup> consumidos para 15,5 distribuídos na Guiana Francesa).

### *Tratamento de águas residuais*

O saneamento é claramente menos desenvolvido nas duas regiões que a rede de distribuição de água. Na Guiana Francesa como no Amapá, só uma pequena parcela da população está ligada à rede coletiva de saneamento. A situação chega a ser preocupante no Amapá: em 2006, somente 4,5% da população estava ligada à rede contra 37% em 2007, na Guiana Francesa. Esses números ilustram claramente o problema do acesso insuficiente de alguns guianeses e amapaenses aos serviços essenciais, tais como as redes de água e saneamento modernos.

## 2.2.7. Meio Ambiente

### *Um ambiente natural excepcional*

A Guiana Francesa, bem como o Amapá faz parte do Platô das Guianas e têm sensivelmente a mesma fauna e flora: a floresta amazônica, uma das cinco florestas “primárias” mundiais que recobre 96% do território guianês contra mais de três quartos do território do Amapá.

Cinco ecossistemas coabitam nas duas regiões: florestas inundadas, matas de terra firme, mangues, prados inundáveis e savanas. Isto atribui ao Amapá e à Guiana Francesa, (logo, à Europa) uma responsabilidade em relação à proteção de um vasto maço

<sup>80</sup> Cf. Capítulo 2.2 “Atividades florestais”.

<sup>81</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas de organização e equipamento do território”.

<sup>82</sup> N.d.t. : Sociedade Guianesa De Águas.

<sup>83</sup> Relatórios dos volumes consumidos sobre os distribuídos.

florestal amazônico pouco modificado, dotado de uma biodiversidade equatorial excepcional (fauna, flora, minérios, hidrossistemas, etc.).

*...que deve ser explorado ao mesmo tempo que é preservado*

O Amapá é o Estado brasileiro que possui a menor taxa de desmatamento (3%) e uma das densidades populacionais mais baixas, 0,2% hab/km<sup>2</sup> fora as aglomerações. Quanto à Guiana Francesa, esta tem que preservar seu ambiente natural. Diversas políticas ou projetos, por conseguinte, surgiram de maneira unilateral como bilateral ou ainda com países vizinhos.

*As políticas de proteção ao meio ambiente na Guiana Francesa*

**- O Esquema regional de Desenvolvimento Econômico (SRDE) da Região Guiana**

Inclui em sua programação a criação do Parque eco-turístico “Terre d’Amazonie” reclassificada “Criação de uma oferta ecoturística nomeada Terre d’Amazonie” cujos objetivos são:

- Melhor responder à demanda local: propor à população guianesa produto turísticos de qualidade, associando hospedagem e atividades;
- Aumentar os atrativos da Guiana Francesa internacionalmente por meio de uma rede de hospedagem de tipo lodges e produtos associados que correspondam às expectativas dos novos segmentos do mercado: turismo do bem-estar, cultural, solidário, ou ainda o turismo sustentável e o ecoturismo;
- Incluir no turismo uma dimensão ambiental quase inexistente na Guiana Francesa. Isto deverá dar meios às populações locais de melhor considerar seu meio ambiente.

**- O Eixo VI do FEDER**

Subtítulo ‘Garantir um desenvolvimento sustentável num contexto ambiental excepcional’. Seu objetivo é valorizar de maneira racional os recursos disponíveis. Ele dispõe para isso de uma dotação global de € 19 milhões. Várias temáticas foram escolhidas:

- A exploração monitorada do subsolo, dos solos, da floresta, dos recursos haliêuticos e faunísticos;
- O desenvolvimento da agricultura;
- A coleta e valorização dos resíduos;
- O desenvolvimento das energias renováveis e o controle do consumo energético.

É nessa ótica que foi criado em 2001 o Parque Natural Regional da Guiana (PNRG), e em 2007 o Parque Amazônico da Guiana (PAG). Três ações prioritárias foram escolhidas:

- Fazer da Guiana Francesa um país reconhecido por seu desenvolvimento sustentável através da busca de ações de exploração dos recursos naturais da Guiana Francesa no respeito ao meio ambiente, o desenvolvimento da eco-certificação e/ou a “labelização” das cadeias produtivas tradicionais e de seus produtos (agricultura, floresta, pesca, etc), e a valorização dos resíduos e subprodutos industriais e agrícolas;
- Desenvolver as energias alternativas;
- Preservar o meio ambiente apoiando as ações exemplares no BTP<sup>84</sup> (Alta Qualidade Ambiental, etc.) implementando a estratégia pública de desenvolvimento sustentável “Agenda 21” e apoiando os procedimentos relativos à gestão coletiva do meio ambiente.

---

<sup>84</sup> N.d.t.: ver nota 68.

## 2.2.8. Construção e moradia

### *A atividade do setor*

O setor da construção representa 8,9% do PIB na Guiana Francesa, enquanto no Amapá ele só representa 4,8% do PIB.<sup>85</sup> O setor emprega 15% dos efetivos assalariados declarados na Guiana Francesa, contra 3,1% no Amapá<sup>86</sup>.

Na Guiana Francesa, a construção civil é extremamente dependente dos pedidos públicos que apóiam o setor. Apesar da crise e graças aos diversos projetos lançados (reabilitação dos cais de Dégrad-des-Cannes, via de acesso à ponte sobre o Rio Oiapoque, viabilização primária da zona Soula ou ainda a extensão do Centro Hospitalar de Caiena) o setor é um ponto forte da economia guianesa. Em 2009, as obras públicas representam mais de 50% do conjunto dos pedidos públicos (Estado e coletividades locais), com quase € 137 milhões em obras iniciadas. Apesar disso, a construção da ponte sobre o rio Oiapoque foi confiada a um consórcio de empresas brasileiras, visto que nenhuma empresa francesa pôde responder à licitação de maneira competitiva.

### *As características da moradia*

	GUIANA	AMAPÁ
Parte da população não tendo acesso a :		
Água potável	16%	26%
Eletricidade	13%	0,5%
Sanitário em casa	28%	5,2%
Número de pessoas por moradia	3,6	4,3
Parte da população urbana	81,5%	89,2%
Parte das casas individuais	68%	95,5%

2006 para o Amapá, 2007 para a Guiana.

Fonte : IBGE; INSEE

A moradia nas duas geografias, embora vizinhas, tem características consideravelmente diferentes. A população do Amapá está mais concentrada nas cidades do que a guianesa: 89,2% da população do Amapá vive em meio urbano contra somente 81,5% da população guianesa. Apesar dessa grande proporção, o Amapá caracteriza-se por uma preponderância à “casa individual”<sup>87</sup>: 95,5% das famílias vivem em habitações individuais contra somente 68% na Guiana Francesa.

Mesmo que 26% da população amapaense não tenha acesso à água potável, contra 16% da população guianesa, somente 0,5% da população não tem acesso à eletricidade contra 13% da população guianesa. Enfim, enquanto 28% da população guianesa não tem sanitários dentro das casas, somente 5,2% da população do Amapá vive nesse tipo de moradia.

## 2.2.9. Transportes

Os transportes representam 4,1% do valor agregado da economia guianesa em 2007<sup>88</sup>, e 6% dos assalariados em 2006. Este setor reúne uma grande parte das sociedades unipessoais.

Os transportes contribuem com cerca 2,7% do valor agregado total do Estado amapaense em 2007. O setor empregava 3 296 pessoas em 2008<sup>89</sup>, ou seja um pouco mais de 3% da mão de obra total.

### *Redes ainda pouco extensas*

Na Guiana Francesa:

- **O transporte aéreo:** o transporte aéreo ocorre principalmente a partir do aeroporto internacional de Caiena Rochambeau, que recebeu 423 849 passageiros em 2010<sup>90</sup>. Essa boa cifra, em alta em relação a 2008 e 2009, explica-se particularmente pelo fim do monopólio da companhia nacional no trecho Caiena-Paris, que representa mais da metade do tráfego. O aeroporto propõe igualmente vôos para as Antilhas e o Brasil. Existem também vôos domésticos para aeródromos dos pequenos municípios do interior, que têm pouco ou quase nenhum meio de comunicação;

<sup>85</sup> Ano de 2007.

<sup>86</sup> Números de 2008 para o Amapá, 2009 para a Guiana.

<sup>87</sup> N.d.t. : No plano jurídico do Direito francês, a *Maison individuelle*, é aquela que pode ser utilizada para habitação mista (residencial ou profissional) e se comporta no máximo dois alojamentos (lei de 19 de dezembro de 1990, Art. L.231-1, código da habitação e construção).

<sup>88</sup> Fonte : (Comptes Economiques Régionaux Définitifs) Contas Econômicas Regionais Definitivas, INSEE.

<sup>89</sup> Fonte : IBGE, trabalhadores assalariados ou não.

<sup>90</sup> Entradas e saídas do território e trânsito.



- **O transporte rodoviário** é marcado por vários obstáculos: capacidade limitada e vetusta das pontes (frequentemente pontes com faixa única necessitando obras regulares como é o caso da ponte do Larivot sobre o rio de Caiena), ausência de pontes entre a Guiana Francesa e os países fronteiriços (no momento). As ligações rodoviárias principais estão situadas no litoral (são Jorge do Oiapoque/Saint-Laurent Du Maroni) às quais se acrescentam estradas ou pistas anexas para servir aos municípios isolados;
- **O transporte marítimo** é caracterizado por duas linhas regulares principais: uma linha oceânica – Europa/Guiana Francesa/Brasil, e outra “Guianas” Antilhas/Trinidad/Guiana. A infraestrutura portuária está organizada em torno do porto de comércio principal Dégrad-des-Cannes, situado não muito distante de Caiena, pelo qual transita a quase totalidade do comércio exterior, e portos anexos (Kourou, Saint-Laurent Du Maroni, centro de Caiena). Não obstante, o canal de acesso à ponte de Dégrad-des-Cannes tem uma profundidade limitada hoje, a 3,7 metros, e é constantemente ameaçado pelo assoreamento, tornando-o pouco praticável e caro. Em 2007, as exportações e importações representaram 0,62 milhões de toneladas;
- **O transporte fluvial** ocorre principalmente no Oeste da Guiana Francesa, sobre o rio Maroni, evitando a carestia do tráfego aéreo e a ausência de ligação rodoviária até Mariapassoula. Além disso, os ferrys asseguram as travessias fronteiriças.

De modo geral, o transporte é caro na Guiana Francesa em razão do preço elevado dos combustíveis que têm de incluir os imperativos logísticos próprios a esta região. Além do mais, a melhoria dos equipamentos está bloqueada por falta de rentabilidade dos projetos por causa da pobreza do mercado.

No Amapá :

- **O transporte aéreo**, além dos pequenos aeroportos nacionais, como no Oiapoque, ocorre pelo aeroporto internacional de Macapá. Este propõe principalmente vôos domésticos: Pará e grandes cidades do Sul, principalmente, e uma ligação para Caiena, retomada em fins de novembro de 2010 por alguns meses antes de ser novamente interrompida. Ele recebeu 469 836 passageiros em 2009<sup>91</sup>;
- **O transporte rodoviário** é bastante limitado. A rodovia BR-156, rodovia entre Macapá e Oiapoque, representa o eixo principal de comunicação. Ela é, entretanto, velha, não é asfaltada em todo o seu percurso e insegura. A BR-210 que deveria ligar Macapá ao Estado vizinho de Roraima segundo o eixo leste-oeste ficou no estado de projeto. Não há ponte entre o Amapá e o Estado do Pará, do outro lado do rio Amazonas;
- **O transporte marítimo** é centrado em torno da ponte de Santana situada a cerca de 50 km de Macapá no estuário do rio Amazonas. É por este último que transita a grande maioria das importações e exportações do Estado (a carga aérea é marginal). O comércio lá é importante em razão dos intercâmbios comerciais com o porto de Belém, e as exportações de minérios. Em 2007, o tráfego total chegava a 1,4 milhões de toneladas<sup>92</sup>. Os rios Amazonas e Jari no sudoeste do Estado são vias de navegação fluvial importantes.

### *A melhoria dos transportes, uma condição prévia para o desenvolvimento econômico*

O desenvolvimento das infraestruturas de transportes, e mais globalmente, a organização do território é um desafio-chave para as duas regiões, visto que poderá possibilitar:

- A implementação dos intercâmbios comerciais mais intensos (comércio exterior entre a Guiana Francesa e o Brasil para os produtos agrícolas, madeira entre outros);
- A intensificação do turismo;
- A melhoria da competitividade entre as empresas através da diminuição em despesas de transporte;
- O aumento do poder de compra das famílias (graças à baixa do custo dos transportes), especialmente as famílias guianesas, para as quais os deslocamentos para a França, e até mesmo no interior da Guiana Francesa, são bastante caros.

Projetos para a melhoria dos equipamentos estão em andamento<sup>93</sup>. Na Guiana Francesa, uma nova torre de controle foi construída no aeroporto Rochambeau e deverá começar a funcionar em 2011. As obras são realizadas nos cais e o canal de acesso ao Dégrad-des-Cannes, com o objetivo de poder acolher navios maiores e aumentar a capacidade de containers. A ponte do Larivot sobre o rio Caiena foi renovada no final de 2010 e deverá ser duplicada nos próximos anos a fim de descongestionar os eixos de acesso a Caiena.

No plano dos operadores aéreos, a abertura à concorrência no trecho Caiena-Paris possibilitou um leve baixa nos preços das passagens. Ademais, a companhia guianesa que assegura a ligação para os vilarejos do interior recebe subvenções públicas para manter tarifas moderadas.

<sup>91</sup> Fonte : INFRAERO : entradas, saídas, trânsito, voos domésticos e internacionais.

<sup>92</sup> Em 2009, essa cifra tinha aumentado 164%, ou seja 3,6 toneladas.

<sup>93</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas de organização e equipamento do território”.

No Amapá, a conclusão do asfaltamento da BR-156 está em projeto. Ao nível da ponte de Santana, obras (extensão da plataforma), são projetadas para encerrar a expansão de sua atividade. Santana poderá tornar-se um porto de conexão de navios cargueiros provenientes da Europa, antes de reexportar suas cargas para o restante do Brasil. Por fim, diante da capacidade demasiado fraca do aeroporto de Macapá, a construção de um novo aeroporto está em curso e deverá ser concluída em 2013 (as obras mostram um atraso considerável).

## 2.2.10. Comércio

Na Guiana Francesa, o setor comercial gerou 9,6% do valor agregado total<sup>94</sup> em 2007. Ele reúne 2 710 estabelecimentos, ou seja, 29,1% do conjunto dos estabelecimentos do território, dos quais dois terços representam o comércio varejista, e uma grande parte o pequenos comércios empregando alguns ou nenhum assalariado. 18% dos efetivos assalariados recenseados pelo *Pôle Emploi*<sup>95</sup> trabalham nesse setor. Relativamente dinâmico, ele concentra aproximadamente um quarto da criação de empresas.

À primeira vista, a Guiana Francesa possui um painel de exportações relativamente amplo: produtos manufaturados, incluindo automotivos, matérias-primas, etc. Entretanto, uma grande parte dessas exportações está ligada à atividade do setor espacial. Fora este último, a Guiana Francesa exporta principalmente produtos da indústria agroalimentar (produtos do mar e arroz), e ouro.

As empresas desejando instalar-se na Guiana Francesa beneficiam das vantagens fiscais para apoiar sua competitividade<sup>96</sup>.

No Amapá, o setor comercial agrupa 18,5% dos postos de trabalho para algumas 2 074 empresas, das quais uma grande maioria, 85%, no comércio varejista<sup>97</sup>. Ele tem uma importância de 15,4% do valor agregado total em 2007. O Amapá exporta quase somente matérias-primas (minério, madeira e produtos agrícolas) e importa a grande parte de seus produtos manufaturados, a indústria local (fora a indústria extrativa) sendo pouco desenvolvida e pouco competitiva.

Mais globalmente, o Amapá tenta implantar estímulos para a instalação e investimentos de empresas, como Área de Livre Comércio de Macapá e Santana<sup>98</sup>. Por sua posição estratégica e sua proximidade de vários países da América do Sul, o Amapá poderá tornar-se uma passagem comercial importante e poderá, sobretudo, posicionar-se em relação ao Estado do Amazonas e da sua capital, Manaus. Esta última possui uma zona franca bastante importante, mas não é um ponto de passagem “natural” entre o Sul do Brasil e o restante da América do Sul, em especial a Guiana Francesa, como poderá ser o Amapá. A melhoria das infraestruturas de transportes continua a ser uma condição indispensável.

## 2.2.11. Turismo

### *Um forte potencial ainda pouco conhecido*

A Guiana Francesa e o Amapá têm um potencial turístico comum fundamental: superfície florestal preservada, cultura ameríndia, folclore (o carnaval, por exemplo), pesca e esportes aquáticos, variedades de ecossistemas, incluindo a foz do rio Amazonas para o Amapá, praias, ecoturismo, etc. Ademais, a Guiana Francesa pode contar com seu patrimônio científico (Centro Espacial Guianês) e histórico (*Camp de la Transportation*, Ilhas da Salvação, etc.). Porém, o setor ainda está se desenvolvendo. Ele representa 2,1% do PIB no Amapá<sup>99</sup> (2006). Na Guiana Francesa, as áreas de hotelaria e restaurantes e afins só pesam 1,6% do valor agregado.

Na Guiana Francesa, o tráfego de passageiros comerciais de 2010 está em progressão de 5,8% (na comparação anual) para se estabilizar em 423 849 passageiros<sup>100</sup>. O número de diárias em hotéis em novembro de 2010 progrediu igualmente para 23,1% (na comparação anual). Apesar desses bons resultados em 2010, o turismo na Guiana Francesa confrontou-se à dificuldade em atrair turistas de descanso e descoberta, que continuam uma minoria em relação ao turismo de negócios e o turismo de afinidades<sup>101</sup>.

Em 2006, o Amapá recebeu 28 836 visitantes registrados pela Secretaria do Turismo, ou seja, uma parcela bastante fraca do turismo no Brasil. Dentre eles, 7,9% eram estrangeiros, (e 2,3% guianeses, o que representa o primeiro mercado não-brasileiro). Sobretudo, o Amapá parece deparar-se com o mesmo problema que a Guiana Francesa: não transmite a imagem de uma destinação “descanso e descoberta”. Na verdade, segundo uma pesquisa da Secretaria de turismo do Amapá realizada em setembro de 2010, da clientela de hotéis em Macapá, somente 7,8% dos visitantes estavam presentes para seus momentos de lazer (os outros justificaram por razões profissionais).

<sup>94</sup> Fonte: INSEE.

<sup>95</sup> N.d.t: Tipo de agência nacional de emprego, criada em 2008.

<sup>96</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas comerciais e de investimento”.

<sup>97</sup> Fonte: RAIS 2008 (Relação Anual de Informações sociais).

<sup>98</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas comerciais e de investimento”.

<sup>99</sup> Fonte: Departamento de Pesquisas e Estudos Econômicos.

<sup>100</sup> Entradas e saídas desde a França continental, o exterior; vôos domésticos e trânsito.

<sup>101</sup> Pesquisa “Fluxos turísticos 2009” do INSEE. 60% dos viajantes estão presentes por razões profissionais, 33% para um turismo de descoberta, 20% para uma visita a parentes (total superior a 100% em razão da múltipla escolha).

N.d.t.: *Turismo de afinidades*: Forma de turismo que consiste na visita a amigos e a parentes. Recorre pouco a hotelaria, mas estimula o aumento das atividades turísticas locais.

### *Estruturas para recepção insuficientes*

Os esforços necessários são conseqüentes, ao mesmo tempo em termos de estratégia promocional nacional e internacional, mas também de infraestruturas. De maneira geral, o desenvolvimento do turismo na Guiana Francesa e no Amapá é freado pela falta de estrutura para a recepção de qualidade (agências de viagem, hospedagem) e de profissionais qualificados (poucos cursos de turismo com diploma e atraso no domínio de línguas estrangeiras).

Na Guiana Francesa, os equipamentos hoteleiros não vêem mudanças desde 1993. A oferta, aproxima-se de 1550 quartos (contando todos os tipos de hospedagem), concentram-se em torno dos hotéis 3 estrelas, situados principalmente na quase ilha de Caiena. Essa oferta deve renovar-se tanto aumentando a gama quanto a diversificação. As hospedagens “alternativas” e ecológicas, como os lodges na floresta, podem representar uma boa oportunidade para o turismo nas duas regiões.

No Amapá, vários pontos fracos são regularmente destacados :

- Porto não podendo receber todos os tipos de embarcações, como cruzeiros transatlânticos, por exemplo;
- Aeroporto de pequena capacidade;
- Falta de espaços para acolher congressos importantes;
- Acesso à Internet ainda pouco difundido.

### *O desenvolvimento das infraestruturas no seio da estratégia turística da região*

Há alguns anos, um esforço tem sido feito na aplicação de uma estratégia de promoção do Amapá e da Guiana Francesa. Trata-se antes de tudo de atrair os turistas de mesma língua: sul do Brasil para o primeiro, França continental, Suíça e Bélgica para os segundo<sup>102</sup>. Na Guiana Francesa, essa estratégia passa entre outros, pela labelização das hospedagens, que dão uma garantia de qualidade reconhecida na França continental e a criação de novos diplomas profissionais de turismo – guias, recepcionistas, vendedores – adaptados ao contexto amazônico.

Entretanto, essas ações de promoção são irremediavelmente limitadas pela fraqueza das infraestruturas de transportes para e entre as duas regiões. A ligação rodoviária é pouco fiável. O turismo entre a Guiana Francesa e o Amapá poderá, todavia, beneficiar de uma eventual abertura à concorrência do espaço aéreo guiano-brasileiro. Esta abertura permitirá a companhias estrangeiras, particularmente *low-cost*, assegurar a ligação transfronteiriça. O distanciamento e o isolamento das duas zonas, cada uma em relação a seu mercado “natural”, continuam a ser, apesar disso, obstáculos maiores para a implantação de um turismo em maior escala.

A mutualização dos custos e recursos pode contribuir para o desdobramento e a melhoria da oferta em matéria de turismo. A criação do Produto Turístico Combinado Amazônia, que reúne cinco regiões (Suriname, Guiana Francesa e três Estados limítrofes do Brasil) inscreve-se nesse procedimento<sup>103</sup>. Ademais, a Região Guiana, bem como o Presidente da República Francesa, decidiu conduzir o projeto “Guiana, base de operações”, que fará da região a base de treinamento dos times franceses durante a Copa do Mundo de Futebol 2014, no Brasil, e as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro. A importantíssima necessidade de infraestruturas esportivas, hoteleiras e de transporte para realizar esse projeto constitui uma verdadeira oportunidade para o setor, e poderá acelerar o desenvolvimento turístico do sul do Platô das Guianas.

## 2.2.12. Saúde

Os profissionais de saúde são em 2009 mais de 6 mil no Amapá, contra 2 mil na Guiana Francesa, ou seja, 9,9 profissionais contra 7,7 para cada mil habitantes. Se o Amapá está assim, na média do Brasil, a Guiana Francesa por outro lado, está claramente atrás em relação à França continental, e em menor escala até mesmo em relação ao Amapá.

É para os dentistas que a situação da Guiana Francesa é a mais desfavorável, com uma cobertura que não atinge a metade daquela do Amapá, enquanto esta especialidade é mais desenvolvida na França que no Brasil. Mas é verdade que especial parece ter sido feito no Amapá, pois a cobertura lá está no mesmo nível que no Brasil.

Enfim, no tocante aos médicos, as situações nos dois territórios estão mais próximas, com o mesmo nível de cobertura, mas também o mesmo atraso em relação à média nacional. Outra semelhança é uma forte concentração dos profissionais de saúde na cidade capital e na periferia próxima.

<sup>102</sup> Segundo a pesquisa “Fluxos turísticos” de 2009 do INSEE, 61% dos turistas na Guiana residem habitualmente na França continental.

<sup>103</sup> Cf. capítulo 4.3 “O turismo”.

## Profissionais de saúde em 2009

	FRANÇA	GUIANA	BRASIL	AMAPÁ
Profissionais de saúde (1)	1 023 899	1 746	1 924 854	6 194
<i>densidade (para cada 1 000)</i>	<i>15,9</i>	<i>7,7</i>	<i>10,1</i>	<i>9,9</i>
Incluindo médicos	213 826	397	636 017	1 225
<i>densidade (para cada 1 000)</i>	<i>3,3</i>	<i>1,8</i>	<i>3,3</i>	<i>2,0</i>
Incluindo cirurgiões-dentistas	41 959	42	94 136	327
<i>densidade (para cada 1 000)</i>	<i>0,65</i>	<i>0,19</i>	<i>0,49</i>	<i>0,52</i>
Incluindo enfermeiros	507 514	961	763 878	3 115
<i>densidade (para cada 1000)</i>	<i>7,9</i>	<i>4,3</i>	<i>4,0</i>	<i>5,0</i>

Fonte : IBGE - AMS2009; INSEE, DREES-ARS-SAE base estatística (em 1/1/09)

(1) Brasil : fora pessoal dito de nível básico; França : até os enfermeiros

População : estimativas (Brasil : em 01/07/09 - França : em 01/01/09)

A organização do sistema de saúde no Brasil é sensivelmente diferente daquela da França, quer seja pelo modo de financiamento (SUS, Sistema Único de Saúde, assistência pública e acordos privados, particulares), por seu nível de ligação (privado, municipal, estadual, nacional), pelo tipo de intervenção (atenção básica, serviços de apoio, ambulatorios e internação) ou especialidades.

As estatísticas disponíveis sobre o Amapá parecem assim, distinguir mais os serviços e equipamentos que os estabelecimentos, no sentido das estatísticas disponíveis sobre a Guiana Francesa. Para restringir os riscos de conta em dobro ou de omissão, a comparação limitar-se-á, portanto às cifras de leitos dos hospitais em 2009.

Os 1 093 leitos dos estabelecimentos de saúde do Amapá cobrem uma área mais ampla que a dos 648 leitos de curta permanência da Guiana Francesa. Porém a taxa de equipamentos hospitalares já é claramente mais vantajosa para a Guiana Francesa: 2,9 contra 1,7 leitos para cada mil habitantes. Uma taxa, aliás, próxima daquela da França que é de 3,5.

A taxa de equipamentos é portanto ainda mais vantajosa para a Guiana Francesa, considerando os leitos para permanências médias (em hospitais), visto que ele passa para 3,4 leitos para cada mil habitantes. No entanto a taxa de equipamentos se distancia daquela da França, que é de 5,0 leitos para cada mil habitantes.

### 2.2.13. Educação

Os currículos escolares brasileiros e franceses são relativamente diferentes. O ensino Fundamental brasileiro compreende dois ciclos: o primeiro corresponde aos quatro ou cinco primeiros anos (antigo primário) e o segundo ao restante. O ensino Médio corresponde à última etapa da educação fundamental e prepara o estudante para o mercado de trabalho ou ingresso à educação superior. Em francês corresponde ao segundo ciclo do secundário.

Mas, por outro lado, a educação fundamental brasileira compreende também, a “educação infantil” que vai da creche até a maternal francesa. Ela cobre também ao menos, uma parte da formação profissional, da educação especializada e, sobretudo, da educação de jovens e adultos.

Estas últimas formações são asseguradas seja de maneira distinta, seja em relação com os três ciclos brasileiros (educação infantil, ensino fundamental e médio). É o caso em especial das ações de alfabetização, a contar do primeiro ciclo do ensino fundamental.

Em 2009, o primeiro grau, levando em consideração o sistema “à francesa”, mobilizou 4 585 professores no Amapá e 2 295 na Guiana Francesa, para garantir o ensino de 105 309 alunos amapaenses e 41 849 alunos guianeses, ou seja, números de professores para cada 100 alunos relativamente próximos, de 4,3 no primeiro caso e 5,5, no segundo.

Mas para se ter uma exatidão do esforço brasileiro no tocante ao primeiro ciclo do ensino fundamental (antigo primeiro grau), é necessário considerar o meio dos professores complementares, intervindo no âmbito da educação de jovens e adultos, em grande parte do ponto de vista do primeiro grau.

O ensino médio (antigo segundo grau) mobilizou no mesmo ano 5 009 professores no Amapá e 2 550 na Guiana Francesa, para garantir o ensino a 94 744 alunos amapaenses e 29 750 alunos guianeses, ou seja um número de professores para cada 100 alunos bastante diferente, visto que 5,3 no primeiro caso, e 8,6 no segundo.

Essa diferença deve ser atenuada sabendo-se que no final do ciclo do ensino fundamental, os professores do Amapá asseguram em média no mínimo duas disciplinas (2,1) e mais de um turno de trabalho por dia<sup>104</sup> (1,3), os do ensino médio, mais de uma disciplina (1,3) e mais de um turno de trabalho por dia (1,5).

<sup>104</sup> Pode haver até 3 turnos de trabalho por dia, com uma a noite...

A parcela do setor público no mundo do ensino é maior na Guiana Francesa que no Amapá, mais ainda no ensino médio que no fundamental. Por outro lado, o total dos professores é no Amapá ao mesmo tempo mais jovem e feminino que na Guiana Francesa<sup>105</sup>. No ensino fundamental, a distância é, sobretudo, grande em relação ao número de mulheres, ao passo que no ensino médio ela é em relação à idade.

### Professores e alunos do Amapá em 2009

			Professores			Idade média	Número de alunos	Professores/100 alunos
			Número	% Público	% Mulheres			
Educação de base (não compreendido a formação profissional, a educação especializada, a dos jovens e adultos contados separadamente)	Educação infantil	Creche	160	nd	96,9%	35,9	1 958	8,2
		Pre-escolar	1 042	nd	86,3%	34,5	20 488	5,1
		<b>Total (sdc)</b>	<b>1 191</b>	<b>nd</b>	<b>87,6%</b>	<b>34,7</b>	<b>22 446</b>	<b>5,3</b>
	Ensino fundamental	Primeiros anos	3 543	91,6%	76,0%	36,4	84 821	4,2
		Últimos anos	3 296	91,3%	59,8%	37,2	57 731	5,7
		<b>Total (sdc)</b>	<b>6 662</b>	<b>nd</b>	<b>68,3%</b>	<b>36,8</b>	<b>142 552</b>	<b>4,7</b>
Ensino médio		1 713	88,1%	49,1%	38,1	37 013	4,6	
Sub-total exceto creches		9 417	nd	nd	nd	200 053	4,7	
<b>Total</b>		<b>9 566</b>	<b>89,7%</b>	<b>67,7%</b>	<b>37,1</b>	<b>202 011</b>	<b>4,7</b>	

Fonte: MEC/INEP/deed

sdc : sem dupla contagem

nd : não disponível

### Professores e alunos da Guiana Francesa em 2009

				Professores		Número de alunos	Professores/100 alunos		
				Número	% Público			% Mulheres*	Idade média*
Ensino fundamental				2 295	95,1%	73,6%	38,7	41 849	5,5
Ensino médio				2 550	93,8%	43,9%	40,6	29 750	8,6
<b>Total</b>				<b>4 845</b>	<b>94,4%</b>	<b>58,0%</b>	<b>39,7</b>	<b>71 599</b>	<b>6,8</b>

Fonte : Reitorado da Guiana

\* Setor público unicamente

A medida mais eficiente<sup>106</sup> para determinar a importância do ensino superior é o número de estudantes. Em 2009, eles eram 18 363 no Amapá e 2 689 na Guiana Francesa, ou seja, respectivamente 29,9 e 11,9 estudantes para cada mil habitantes, ou ainda 9 e 4 estudantes para cada 100 alunos. Sabíamos que a situação da Guiana Francesa era desfavorável em relação à média nacional, mas esta também o é em relação ao Amapá. Esse resultado deve ser, não obstante, atenuado pelo fato de os estudantes guianeses serem muitos a deixar o território para seguirem seus estudos nas Antilhas ou na Metrópole. A organização da oferta de ensino superior disponível explica em parte a baixa taxa de estudantes na Guiana Francesa.

Os dados comparativos, que permitiriam uma apreciação do impacto relativo sobre esta situação degradada, da proporção de alunos acedendo ao ensino superior, ou a dos estudantes continuando seus estudos em outras academias ou países, não estão, infelizmente disponíveis.

### Estudantes em 2009

	FRANÇA	GUIANA	BRASIL	AMAPÁ
Número de estudantes (1)	2 316 103	2 689	5 115 896	18 363
Número para 100 alunos (2)	18	4	11	9
Número para 1 000 habitantes	36,0	11,9	26,7	29,3

Fonte : IBGE & MEC-INEP-deed / INSEE & MEN-MESR-depp

(1) compreendendo IUFM ( Institutos Universitários de Formação de Professores, áreas curtas e grandes instituições (França e Guiana Francesa))

(2): do primeiro e segundo graus à francesa ...

<sup>105</sup> O peso do setor público é tal na Guiana Francesa que a diferença de área não pode inverter a constatação.

<sup>106</sup> Ensino dos não-permanentes e do ensino a distância na abordagem por grande número de professores, impacto do conteúdo da abordagem pelo estabelecimento e/ou área, dificuldades de interpretação na abordagem por carga horária...

## 2.3. Sistemas bancários e financeiros

### 2.3.1. Estruturas dos sistemas bancários

A atividade bancária e financeira da Guiana Francesa organiza-se em torno de diferentes redes de estabelecimentos de crédito e afins, instalados localmente ou não. No final de 2009, 13 estabelecimentos de crédito locais<sup>107</sup> exercendo uma atividade regular são recenseados na Guiana Francesa: 7 bancos comerciais, cinco sociedades financeiras e uma instituição financeira especializada. Esses estabelecimentos totalizam 46 agências bancárias<sup>108</sup> e empregam quase 360 agentes. A praça guianesa é caracterizada por certa concentração: em termos de créditos pendentes e depósitos pendentes, as quotas de mercado acumuladas dos 3 primeiros estabelecimentos situam-se respectivamente perto de 50% e 70%.

A Guiana Francesa recenseava, excetuando as sociedades financeiras e a instituição especializada, quase um guichê ou agência para cada 5 375 habitantes no final de 2009, ou seja, uma densidade bancária duas vezes inferior a dos Departamentos franceses da América vizinhos. A extensão do Departamento e o isolamento de diversas zonas de habitação limitam consideravelmente as novas implantações de agências bancárias, cujos custos de estruturas não seriam rentabilizados. O nível de equipamento e o número de contas bancárias são igualmente os mais baixos dos Departamentos de Ultramar com um caixa eletrônico para cada 2 500 habitantes e 1,2 contas por habitante.

A rede bancária oficial do Estado do Amapá aparece por sua vez relativamente menos desenvolvida que na Guiana Francesa, com um nível de riqueza (PIB/habitante) mais de 3 vezes menor. O Banco Central do Brasil contabiliza uma dezena de estabelecimentos de crédito, com, no fim de junho de 2010, 72 agências bancárias<sup>109</sup>. A densidade e o equipamento bancários aparecem assim, mais baixos que na Guiana Francesa com uma população mais de duas vezes maior: aproximadamente uma agência bancária para cada 8 089 habitantes e um caixa eletrônico para cada 4 480 habitantes<sup>110</sup>.

### 2.3.2. A evolução da situação monetária

Na Guiana Francesa, o montante total dos créditos aprovados pelos estabelecimentos de crédito instalados ou não localmente chega a aproximadamente € 2,2 bilhões no início de 2010. Depois de ter registrado uma quase duplicação dos montantes de crédito nos dez últimos anos, a conjuntura financeira guianesa foi marcada por certo alívio graças ao crescimento dos créditos seguros no final de 2009 de +7% em um ano, contra +13% em dezembro de 2008.

Os principais beneficiados com os créditos totais são as empresas: 53% dos montantes de créditos no fim de 2009, contra 28% para famílias e 19% para coletividades locais e outros agentes. Esses créditos, em sua maioria, pertencem ao setor dos serviços (atividade imobiliária e comércio), construção (6% dos créditos declarados ao serviço central de riscos do Banco da França no fim de 2009) e à indústria (2,3%).

Sem degradação significativa da sinistralidade (estabilização das taxas de créditos duvidosos de aproximadamente 9% para as entidades locais), os estabelecimentos instalados localmente demonstraram uma firme prudência em sua política de financiamento depois dos acontecimentos da crise financeira internacional, reforçando seus critérios de seleção dos dossiês, tanto sobre o mercado de particulares, quanto o dos profissionais.

No Amapá, o saldo das operações de crédito eleva-se a € 1 bilhão (R\$ 2,44 bilhões em março de 2010), ou seja, duas vezes menos que na Guiana Francesa. Desde 2004, aquele tem registrado um crescimento extremamente dinâmico, multiplicado por quase oito vezes no período. A taxa média de crescimento trimestral entre 2006 e 2009 aproxima-se de 9%, contra 3% para os montantes de crédito guianês.

Considerando-se a fraca rede industrial, essa progressão é produzida essencialmente pelos lares que representam 72% do saldo em março de 2010. Mas esta clientela permanece relativamente vulnerável e frágil, como o demonstra uma taxa de inadimplência mais elevada (mais de 6% contra aproximadamente 3% para as empresas).

Uma certa redução da atividade foi observada no final de 2008 no momento da crise financeira internacional, principalmente nos lares, que registram em paralelo um crescimento de sua vulnerabilidade. A taxa de créditos duvidosos globais no Amapá atingiu assim, um ponto alto, quase 6% em junho de 2006, antes de tornar a descer progressivamente (5,4% no final de 2009, em seguida 4,9% em março de 2010).

<sup>107</sup> Dois critérios acumulativos determinam a atribuição do estatuto de estabelecimento local: a presença de pelo menos um guichê no local (no departamento) e a produção de balanços e contas de resultado retratando a atividade local. Em junho de 2010, ocorreu uma modificação desses critérios e da definição do perímetro dos estabelecimentos.

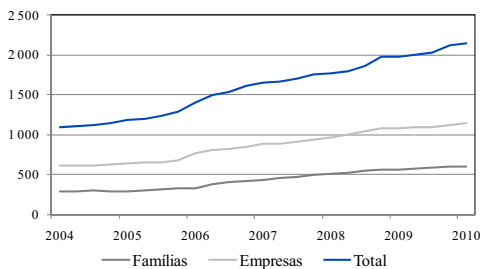
<sup>108</sup> Dados atualizados exceto as atividades postais.

<sup>109</sup> Considera-se “agências bancárias” no Brasil os “PAB, Postos de Atendimento Bancários” e os “PAA”, Pontos de Auto-Atendimentos. Um PAB é um guichê dependente de uma agência, localizado em uma administração pública ou empresa e reservado em princípio, a seus funcionários. Um PAA é um guichê, dependente de uma agência aberto em um local desprovido de agência, mas apropriado, como uma agência de correios, e aberto ao público.

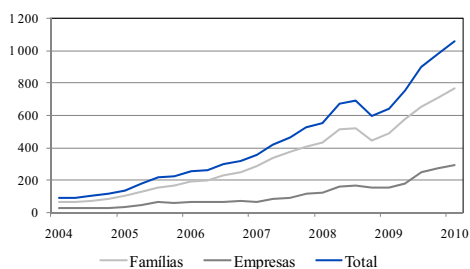
<sup>110</sup> Recenseamento da população em 2007 pelo IBGE : 582 400 habitantes. Para o conjunto do Brasil, recenseia-se quase uma agência bancária para 6 615 habitantes e um caixa eletrônico para 5 397 habitantes aproximadamente.

## Montantes de crédito (em M€)

### Guiana Francesa

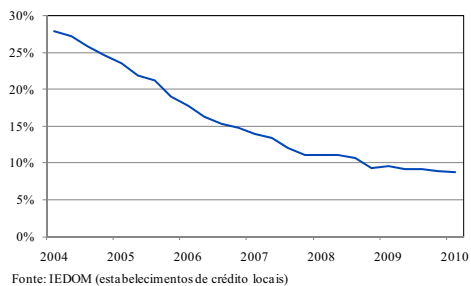


### Amapá

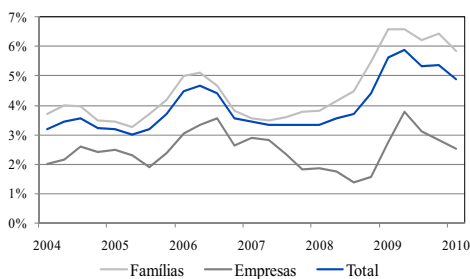


## Taxa de créditos duvidosos

### Guiana Francesa



### Amapá



#### 3.1. Políticas públicas

##### 3.1.1. Políticas de desenvolvimento econômico

###### *As estratégias de desenvolvimento no Amapá e na Guiana Francesa: desenvolvimento endógeno e inserção regional*

Conscientes de suas diversas vantagens, ainda pouco ou não exploradas, o Amapá e a Guiana Francesa demonstram uma importante vontade de aplicar as estratégias de desenvolvimento endógeno e intensificar sua inserção regional. Valorizando seus recursos locais, mas também implantando uma indústria de produção e transformação portadora de um verdadeiro valor agregado, esses dois territórios objetivam reduzir sua dependência econômica, comercial e financeira relativamente a seus Estados central ou federal respectivos, e de criar empregos regionalmente, desafio capital em um contexto de forte crescimento demográfico.

###### *O Esquema Regional de Desenvolvimento Econômico (SRDE)*

Encarregado de coordenar as ações de desenvolvimento econômico no território depois da lei de 13 de agosto de 2004, o Conselho Regional investiu-se desde 2005 na elaboração de um Esquema Regional de Desenvolvimento Econômico. Este define as orientações estratégicas da coletividade na área econômica. Adotado em setembro de 2006, ao término de uma ampla discussão reunindo a totalidade dos atores da vida econômica e sob o comando de um comitê de direção, o SRDE identifica três áreas de atividades estratégicas:

- Apoiar e acompanhar a criação e o desenvolvimento das empresas para um melhor equilíbrio do território (todos os setores confundidos);
- Inovar e valorizar os recursos naturais de desenvolvimento econômico (todos os setores confundidos);
- Criar condições para a integração regional e de abertura internacional para uma Guiana Francesa mais atrativa.

Cinco projetos principais foram definidos:

- A criação de um Pólo Regional de Desenvolvimento, Valorização e Promoção dos Recursos Naturais;
- Caiana, Cidade capital inscrita no Patrimônio Mundial com um pólo comercial e turístico;
- A criação de um Centro de Negócios para uma abertura internacional;
- A criação de um Parque ecoturístico “Terre d’Amazone” reclassificada como “Criação de uma oferta ecoturística nomeada Terre d’Amazonie”;
- Estimular a atividade espacial no âmbito de uma parceria com o centro de competitividade aeronáutica e espacial Aquitânia/Midi-Pyrénées Aeroespacial Valley.

Após a posse do Presidente do Conselho Regional em março de 2010, o SRDE poderá estar sujeito a modificações. Não obstante, as orientações estratégicas definidas no antigo mandato deverão ser mantidas.

O relatório geral da Assembleia Geral na Guiana Francesa<sup>111</sup> validou as orientações estratégicas do SRDE. Aquele mencionou também a necessidade de promover as cadeias produtivas endógenas (agricultura, pesca, madeira, minas) a fim de acelerar o desenvolvimento econômico da Guiana Francesa.

<sup>111</sup> As Assembleias Gerais ocorreram na Guiana de 16 de abril a 31 de julho de 2009. Oito oficinas foram constituídas para tratar de oito grandes temáticas. O relatório integral pode ser acessado no site: <http://www.Étatsgenerauxdeloutremer.fr/rapport-de-synthese-des-États-generaux-en-guyane>.



## O Plano de desenvolvimento Integrado - Amapá Produtivo

Um estudo feito em 2005 identificou o potencial de desenvolvimento de cada parte do território de Amapá, (cf. mapa na 3ª capa). Os setores considerados com grande potencial de desenvolvimento são: agricultura, pecuária, pesca, madeira, recursos minerais, horticultura, turismo e artesanato. Com base neste diagnóstico, o Governo elaborou seu **Plano de Desenvolvimento Integrado - Amapá produtivo**, cujo objetivo é valorizar e explorar esse potencial através, especialmente, da transformação das matérias-primas, como por exemplo, a criação de uma cadeia produtiva de móveis.

A integração do Amapá através do fortalecimento das conexões com os outros Estados da região Norte e das conexões com a Guiana Francesa (BR-156) é igualmente um eixo estratégico de desenvolvimento do território, como pode testemunhar o acordo sobre a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento, o PAC, no Amapá<sup>112</sup>.

### Eixos prioritários de desenvolvimento identificados pelo plano “Amapá Produtivo”

(Cf. mapa anexado na terceira capa)

<b>Açaí e seus derivados</b>	Santana e Macapá
<b>Madeira e Móveis</b>	<u>Móveis e produtos de mais alto valor agregado</u> : Distrito industrial (Macapá e Santana) Madeira : Macapá, Santana, Porto Grande, Pedra Branca do Amapári, Serra do Navio, Ferreira Gomes, Amapá, Pracuuba e Tartarugalzinho.
<b>Tourismo</b>	Forte potencial em toda a região, particularmente, no ecoturismo
<b>Grãos</b> (Arroz, feijão, sorgo e soja)	Itaubal, Macapá, Porto Grande, Tartarugalzinho, Ferreira Gomes e Calçoene
<b>Mandioca</b>	Macapá (distrito do Pacui), Oiapoque, Tartarugalzinho, Pedra Branca, Mazagao, Porto Grande, Laranjal do Jari e Calçoene
<b>Frutas</b> (Cupuaçu, abacaxi banana, maracujá)	Porto Grande, Pedra Branca, Mazagao, Calçoene, Tartarugalzinho, Laranjal do Jari e Serra do Navio
<b>Horticultura</b>	Macapá, Santana, Itaubal e Porto Grande
<b>Pecuária de corte</b>	Macapá, Amapá, Cutias, Pracuuba, Calçoene e Tartarugalzinho
<b>Pesca artesanal</b>	Macapá, Santana, Calçoene, Amapá e Pracuuba
<b>Apicultura</b>	Macapá, Porto Grande, Mazagão e Pedra Branca do Amapári
<b>Produção florestal (exceto madeira:</b> fitocosméticas, óleos comestíveis, resinas, etc.)	Laranjal do Jari , Vitória do Jari, Mazagão, Pedra Branca, Serra do Navio, Macapá, Itaubal e Pracuuba
<b>Olaria e Cerâmicas</b>	Santana, Macapá e Mazagão

### 3.1.2. Políticas de ordenamento e de equipamento do território

A Guiana Francesa e o Amapá sendo dois territórios isolados e subequipados, a questão das infraestruturas (estradas, aeroportos, redes elétricas e de abastecimento, habitação, prédios de escolas, etc.) está no centro da ação pública e está sujeita a importantes planos de acompanhamento financeiro. Estes investimentos poderão por outro lado, estimular os intercâmbios comerciais no eixo litoral guiano-amapaense.

#### - O Contrato de Projeto Estado-Região-Departamento (CPER)<sup>113</sup>

Através do CPER 2007-2013, o Estado, Conselhos Geral e Regional comprometem-se na programação e no financiamento de “grandes projetos” durante um período de 7 anos: cerca de € 135 milhões do Estado<sup>114</sup>, € 28 milhões do Conselho Regional e € 6,15 milhões do Conselho Geral. O CPER prevê a realização de 15 projetos reunindo 42 operações:

Em matéria de ordenamento territorial e equipamento, o CPER visa especialmente:

- Favorecer a abertura marítima da Guiana Francesa;
- Favorecer a abertura interior da Guiana Francesa através dos rios;

<sup>112</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas de organização e equipamento do território”.

<sup>113</sup> Região Guiana, prefeitura da Guiana, Conselho geral da Guiana, *Contrat de Projets État-Region- Département 2007-2013 Guyane*, [www.datar.gouv.fr](http://www.datar.gouv.fr) (consultado em 29 de junho de 2010).

<sup>114</sup> O compromisso do Estado corresponde em grande parte às contrapartidas nacionais levadas aos Programas Operacionais europeus.

- Favorecer a abertura da Guiana Francesa através das vias aéreas;
- Organizar o espaço urbano;
- Desenvolver as tecnologias de informação e comunicação;
- Desenvolver o turismo na Guiana Francesa, em particular pela implantação de estruturas de hospedagem turística.

#### - O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC)

Este plano, lançado pelo Presidente Lula em janeiro de 2007, prevê investimentos nas infraestruturas em todo o país. Além de apoiar o crescimento econômico, esses investimentos possibilitam o aprofundamento da integração nacional, assim como a implantação do Brasil no continente latino-americano. A soma total prevista chega para o período de 2007-2010 a R\$ 646 bilhões (€ 276 bilhões)<sup>115</sup>.

Em consequência de um acordo firmado entre o Governo do Amapá e o Ministério das Cidades em 2007, um montante de R\$ 120 milhões (€ 46 milhões)<sup>116</sup> foi atribuído ao Estado. Os investimentos abrangem três setores:

- Infraestruturas rodoviárias e turísticas: promover a integração do Amapá reforçando as ligações com os outros Estados da Região Norte assim como fortalecer as conexões com a Guiana Francesa (BR-156) e desenvolver as infraestruturas turísticas;
- Infraestruturas na área de energia: garantir o acesso universal à energia com tarifa acessível para a população;
- Infraestruturas sociais e urbanização: reforçar e ampliar o sistema de tratamento e distribuição de água, investir na drenagem, especialmente para lutar contra doenças hídricas, como a malária, e habitação<sup>117</sup>.

#### - O « Plano de Prioridades de Desenvolvimento Humano no Amapá »

Este plano, lançado pelo Governo do Amapá, consagra R\$ 954 milhões (€ 408 milhões) ao financiamento de estruturas contribuindo para a realização de Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os ODM<sup>118</sup>. Implementado na totalidade do território amapaense, esses projetos favorecem uma organização e uma distribuição geográfica da população equilibradas no interior do Estado. Ele está dividido em dois programas:

- O “Programa de Emergência de Financiamento II” (PEF II), consagrado ao financiamento de infraestruturas de saúde, saneamento e na área da educação. O montante chega a R\$ 204 milhões (€ 87 milhões), 50% dos fundos foram pagos em agosto de 2010;
- O Programa “Amapá Integrado”, consagrado ao financiamento dos eixos rodoviários e de infraestruturas de saúde, bem como o saneamento e abastecimento de água potável, a modernização tecnológica do Estado e a urbanização da cidade de Oiapoque. O montante chega a R\$ 750 milhões (€ 321 milhões). O projeto, em negociação com o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), deverá ser implementado no período de 2011-2014.

#### *Exemplos de « grandes projetos » podendo favorecer as relações guiano-amapaenses*

##### - A ponte sobre o rio Oiapoque

A construção da ponte sobre o rio Oiapoque emana do acordo franco-brasileiro de 15 de julho de 2005 firmado durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva em Paris. Depois de ratificação, os dois países decidiram empreender a construção da ponte (Plano de Ação Franco-Brasileiro, em 12 de fevereiro de 2008), cuja licitação foi lançada em novembro de 2008. As obras, confiadas a uma empresa brasileira, começaram em setembro de 2009 e deverão ser concluídas no segundo semestre de 2011. A construção de 378 metros de comprimento ligará ao mesmo tempo as duas regiões, a Guiana Francesa e o Amapá, dois países, a França e o Brasil, dois conjuntos regionais, a União Europeia e o MERCOSUL.

<sup>115</sup> Fonte : [http://www.ambafrance-br.org/france\\_bresil/spip.php?rubrique195](http://www.ambafrance-br.org/france_bresil/spip.php?rubrique195)

<sup>116</sup> Source : <http://www4.ap.gov.br/jsp/noticias/news.jsp?ref=5171&dtDay=2007-08-03>

<sup>117</sup> Site da ADAP [www.adap.gov.br](http://www.adap.gov.br)

<sup>118</sup> Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - ODM, para 2015 foram adotados durante a Cúpula do Milenário das Nações Unidas em 2000, em Nova Iorque. Os objetivos são os seguintes : erradicar a extrema pobreza e a fome, atingir o ensino básico universal, promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres, reduzir a mortalidade na infância, melhorar a saúde materna, combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças, garantir a sustentabilidade ambiental, estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

### - O eixo Santana-Macapá-Oiapoque

A conclusão do asfaltamento da BR-156, que está incluída no âmbito do projeto Iniciativa para a Integração de Infraestrutura Regional Sul-Americana<sup>119</sup> vai possibilitar o estímulo ao desenvolvimento econômico no eixo Santana-Macapá-Oiapoque. Isto vai assim contribuir para a abertura dos municípios do Amapá que se situam nesse eixo, ligando-os através de uma estrada acessível em todas as estações. Esta, prolongada pela ponte do Oiapoque, permitirá finalmente a intensificação dos intercâmbios comerciais no Platô das Guianas.

### - O prolongamento da plataforma do Porto de Santana

A atividade do porto de Santana, situado no Sul do Amapá, apóia-se atualmente nas exportações<sup>120</sup>, em especial, nas exportações de ferro das empresas ICOMI e Anglo Ferrous. Aumentando a plataforma do Porto para 114 metros, ou seja, uma plataforma de 250 metros depois das obras, o Governo do Amapá deseja implantar condições necessárias para o desenvolvimento do Porto.

### - A construção da linha elétrica de Tucuruí

Esta linha de alta-tensão ligará em 2012 a rede elétrica do Amapá à Usina hidrelétrica de Tucuruí, situada a aproximadamente 400 km de Belém, sobre o Rio Tocantins. Esse projeto aumentará a potência da rede elétrica no Amapá de 160 Mega Volts Amperes (MVA) para 400 MVA e deverá diminuir os custos de abastecimento energético da região.

### - A reconstrução do cais nº 1 do Porto de Dégrad-des-Cannes

Representando 95% do tráfego, o porto de Dégrad-des-cannes é o principal ponto de entrada e de saída de mercadorias da Guiana Francesa. O cais nº1 foi construído em 1974. É um cais sobre estacas de 145 metros de comprimento e 25 metros de largura. As obras consistem em um primeiro tempo na demolição do cais para em seguida reconstruir um novo com as mesmas dimensões. O novo cais, financiado em parte pela Agência Francesa de Desenvolvimento, terá a mesma configuração que o atual. As obras começaram em janeiro de 2009, por um período de 18 meses estipulados no contrato. A assinalar que a reabilitação do cais nº2 do mesmo porto, para o qual a Câmara de Comércio e Indústria da região Guiana beneficia igualmente de acompanhamento da Agência Francesa de Desenvolvimento, deverá começar em 2011.

### - O backbone terrestre hertziano ligando a Guiana Francesa ao Amapá

A construção desse backbone terrestre hertziano entre Caiena e Macapá possibilitará ligar a Guiana Francesa à rede brasileira até São Paulo, centro de interesse da Internet na América do Sul (8 cabos subatlânticos). Essa infraestrutura digital vai dar segurança à rede guianesa e dessa forma favorecer o desenvolvimento de atividades econômicas, sobretudo. Esse projeto, para o qual a Agência Francesa de Desenvolvimento concedeu garantias ARIZ e Fundos para os Departamentos de Ultramar (Fonds-DOM), é conduzido pela Société Guyacom SARL.

## 3.1.3. Políticas comerciais e de investimento

### *Barreiras separam dois blocos regionais comerciais bastante distintos*

A Guiana Francesa pertence à União Europeia e o Brasil, ao MERCOSUL. O fato de pertencerem a dois blocos comerciais regionais distintos, e às vezes concorrentes, explica suas diferenças em matéria de regras relativas ao comércio e ao investimento.

#### *As barreiras tarifárias*

As barreiras tarifárias às quais estão submetidos os importadores da Guiana Francesa são a concessão marítima e os direitos aduaneiros.

A **concessão marítima** é um imposto específico aos Departamentos Ultramarinos (DOM<sup>121</sup>), introduzido no século XVII, que se aplica aos produtos importados na Guiana Francesa segundo uma relação precisa. As taxas médias são fixadas pelo Conselho Regional. O montante das exonerações de concessão marítima – “taxas diferenciadas” – e os produtos relativos são votados e incluídos no anexo das deliberações do Conselho Regional<sup>122</sup>. Distingue-se a concessão marítima regional, a qual beneficia a Região com um limite fixado a 2,5%, da concessão marítima, arrecadada pelo Departamento e os municípios, mas sem limite. Em 1992, uma decisão do Conselho Europeu estendeu a tributação às produções locais<sup>123</sup>. Entretanto, em 2004, a França foi autorizada

<sup>119</sup> IIRSA, cf. capítulo 1.2 “Relações exteriores”.

<sup>120</sup> Em 2009, 3,3 milhões de toneladas de mercadorias foram exportadas pelo porto de Santana contra 300 000 toneladas importadas, ou seja, 157,8 milhões de dólares de exportações (87,1% das exportações do Amapá) sobre 30,17 milhões de dólares de importações (75% das importações do Estado) - Relatório de 2009 da Companhia das Docas de Santana: <http://www.docasdesantana.com.br/relatorios%20diretoria/realtorio%202009%20V6.pdf>

<sup>121</sup> Guadalupe, Guiana Francesa, Martinica e a Ilha da Reunião.

<sup>122</sup> Para o ano de 2010, ver a deliberação de 12 de fevereiro de 2010.

<sup>123</sup> Lei aplicada da decisão do Conselho Europeu de 22 de dezembro de 1989, para tornar a concessão marítima conforme ao princípio de não-discriminação contido no Ato Único Europeu de 1986. [www.outr-mer.gouv.fr](http://www.outr-mer.gouv.fr).

pelo Conselho Europeu a aplicar exonerações ou reduções de impostos em favor da produção local<sup>124</sup>. A lista dos produtos beneficiando de exoneração está contida no anexo da decisão de 2004, reatualizada em 9 de junho de 2008 (decisão do Conselho 2008/439/CE).

**Os direitos aduaneiros** (Tarifa Externa Comum da União Europeia) dizem somente respeito às importações provenientes de países externos à União Europeia.

Quando uma empresa implantada no Brasil importa produtos do exterior, ele tem que pagar os direitos aduaneiros: as importações provenientes de países não-membros do MECOSUL<sup>125</sup> são na verdade, submetidos à **Tarifa Externa Comum**, a TEC, cujas taxas variam de 0 a 20%<sup>126</sup>.

Segundo a lei brasileira, são os importadores que tem de encarregar-se da totalidade das formalidades e direitos aduaneiros, e os contratos de importação DDP (incomterms) lá são, portanto, proibidos<sup>127</sup>.

#### *As barreiras não-tarifárias*

Os produtos externos à União Européia que entram na Guiana Francesa têm de respeitar algumas normas, relativamente estritas. As produções industriais estão submetidas à etiquetagem CE acompanhadas de uma declaração de conformidade na qual o fabricante atesta que seu produto respeita às normas de segurança e saúde da União Europeia<sup>128</sup>. Na área da criação de animais, a importação de animais vivos, alimentos de origem animal e medicamentos veterinários é proibida. Além disso, as plantas, flores, tubérculos, legumes frescos ou secos, sementes, terras e humos e a madeira são submetidos a certas regras, como o acompanhamento de um certificado fitossanitário de origem<sup>129</sup>.

A implantação de um Posto de Fiscalização Fronteiriça em São Jorge do Oiapoque possibilitará a realização do controle de normas sanitárias para entrada em território guianês.

No Brasil, um cliente terá de pedir uma licença SECEX (Secretaria do Comércio Exterior) para a importação da maioria dos produtos. Essa autorização, válida por 60 dias, é indispensável para liberação da mercadoria. A inscrição no Sistema Integrado do Comércio Exterior (sistema informático que gere as formalidades aduaneiras), efetuado pelo importador ou por um representante oficial, é obrigatória para a maior parte das operações comerciais<sup>130</sup>. As negociações tinham sido interrompidas em 2001, visto que os países europeus temiam o impacto da abertura das fronteiras em sua produção agrícola e os países do MERCOSUL, em sua produção industrial.

### ***Dispositivos facilitam os intercâmbios comerciais e o investimento***

Apesar da ausência de acordo de livre comércio entre os dois blocos comerciais, dispositivos facilitam as ligações econômicas e comerciais, e fornecem um contexto mais favorável ao investimento. Essas vantagens fiscais e sociais permitem apoiar a instalação, o desenvolvimento das empresas e remediar uma parte da sua desvantagem competitiva.

#### *Do lado guianês...*

##### *As zonas francas da Guiana Francesa*

**Zonas Francas Urbanas** foram implantadas em Saint-Laurent du Maroni e na região Sul de Caiena para dinamizar o desenvolvimento econômico e social desses territórios. As empresas (exceto atividades liberais) com menos de cinquenta funcionários podem aproveitar as exonerações fiscais e sociais. Esses dispositivos instaurados em 1997 e protegido até o final de 2011 impõem que um terço dos funcionários provenha de zonas urbanas sensíveis da aglomeração<sup>131</sup>.

A **Zona Franca Industrial de Exportação (ZFIE)** é um projeto defendido pela Câmara de Comércio e Indústria da Guiana Francesa (CCIG) desde 1996. Trata-se de uma ferramenta de estratégia de industrialização que oferecerá vantagens aduaneiras e fiscais, capazes de atrair investimentos diretos estrangeiros objetivando a produção para a exportação, e reforçar a competitividade das empresas. Os objetivos visados são:

- Tornar o Porto de Dégrad-des-Cannes um porto secundário de conexão entre a Europa e a América Latina;
- Criar infraestruturas para implementar um « hub » regional logístico, marketing e distribuição, e de transformação das mercadorias;

<sup>124</sup> Ver : *Vade-mecum sur l'octroi de mer, régime issu de la Loi n°2004-639 du 2 juillet 2004*, septembre 2006, Direction Générale des Douanes.

<sup>125</sup> Cf. capítulo 1.2 "Relações Exteriores".

<sup>126</sup> Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil: <http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/seceX/negInternacionais/tec/altTec.php> (consultado em 8 de julho de 2010).

<sup>127</sup> Organização Mundial do Comércio (OMC): [http://www.wto.org/french/tratop\\_f/tpr\\_f/s212-03\\_f.doc](http://www.wto.org/french/tratop_f/tpr_f/s212-03_f.doc) (consultado em 5 de julho de 2010).

<sup>128</sup> Site da Europe Enterprise Network, centro de informação lançado em 2008 pela Comissão europeia: <http://www.eic.ceip.fr/informations/marque/etape05.htm>

<sup>129</sup> Direção Geral das Alfoèdegas e Direitos Indiretos da Guiana.

<sup>130</sup> Organização Mundial do Comércio (OMC): [http://www.wto.org/french/tratop\\_f/tpr\\_f/s212-03\\_f.doc](http://www.wto.org/french/tratop_f/tpr_f/s212-03_f.doc) (consultado em 5 de julho de 2010).

<sup>131</sup> [http://www.guyane.cci.fr/fr/developpement\\_economique/amenagement\\_et\\_urbanisme/zones\\_franches](http://www.guyane.cci.fr/fr/developpement_economique/amenagement_et_urbanisme/zones_franches) (consultado em 5 de julho de 2010).

- Criar uma unidade de transformação na Guiana Francesa para destacar os produtos importados localmente;
- Reduzir os custos de logística (estoque de produtos em um único lugar que servira a vários mercados).

A ZFIE (área limitada no porto com 30 ha reservados ao porto de Dégrad-des-Cannes) será composta de armazéns, usinas, parques containers, e possibilitará a concentração dos fluxos e a redução do custo de frete de cerca de 40% em 3 anos, através da duplicação da atividade portuária de importação e exportação no período. Esta será em sua grande maioria proveniente da valorização dos produtos brasileiros para sua europeização (452 mil toneladas em 2020 – Estudos Etudes Groupement ZFIE Expert – novembro de 2007<sup>132</sup>).

#### *A Zona de Atividade Econômica (ZAE) de São Jorge do Oiapoque*

Implementada prevendo a construção da ponte sobre o Oiapoque, esta ZAE, lançada pela Comunidade dos Municípios do Leste da Guiana Francesa (CEEG) e apoiada financeiramente por fundos europeus e a Agência Francesa de Desenvolvimento, tem como meta apoiar o crescimento econômico no leste guianês, zona fronteira com o Brasil. O plano de ocupação prevê 55 parcelas de 1 000 a 2 100 m<sup>2</sup>. Iniciada em 2003, as obras deverão estar concluídas em breve.

*Do lado brasileiro...*

#### *O Sistema Geral de Preferências Tarifárias da União Europeia*

O Brasil está integrado ao regime geral do Sistema Geral de Preferências Tarifárias da União Europeia que permite a alguns países em desenvolvimento (178) aproveitar das reduções de direitos aduaneiros ou de franquia de direitos para as exportações<sup>133</sup>. O regime geral diz respeito a aproximadamente 7 mil produtos, dos quais 3 750 classificados como sensíveis. Os direitos aduaneiros são suprimidos para os produtos não-sensíveis provenientes dos países beneficiando desse regime (exceto produtos agrícolas). Alguns produtos sensíveis beneficiam de reduções significativas dos direitos aduaneiros (mas o setor têxtil e do vestuário só beneficiam de reduções de 20%)<sup>134</sup>. Para aproveitar essas vantagens, a exportação brasileira tem de anexar ao envio de suas mercadorias um certificado de origem FORM A que garante a sua proveniência<sup>135</sup>.

#### *A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS)*

Controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS surgiu em 30 de dezembro de 1991<sup>136</sup> e estará em vigor até 2016. Esta área de livre comércio que se estende sobre 220 km<sup>2</sup>, foi criada pela União com o objetivo de estimular o crescimento no Amapá e favorecer os intercâmbios comerciais com os países vizinhos.

Além de oferecer uma instalação geográfica privilegiada (uma fachada atlântica que se abre para os Estados Unidos, Europa e América Central), a ALCMS propõe vantagens fiscais não negligenciáveis: o Imposto sobre a Importação - II e o Imposto sobre os Produtos Industriais - IPI são suprimidos para as mercadorias estrangeiras destinadas:

- Ao consumo e à venda na ALCMS;
- À transformação do peixe, criação de animais, aos recursos minerais, matérias-primas de origem agrícola ou florestal;
- À criação de animais e à piscicultura;
- À instalação de infraestruturas ligadas à área do turismo e de serviços de qualquer natureza;
- À exportação e reexportação (suspensão do CONFINS e do PIS<sup>137</sup>).

A ALCMS permite igualmente às mercadorias nacionais destinadas à venda e à comercialização na ALCMS de beneficiar da exoneração do IPI (decreto n° 4544/02, art. 101 e 102 de 26 de dezembro de 2002)<sup>138</sup>.

#### *A Zona Franca Verde do Amapá*

Desejosos de desenvolver uma atividade econômica que aproveita a riquíssima biodiversidade do Estado ao mesmo tempo preservando-o, o Governo do Amapá criou em 2009 uma Zona Franca Verde<sup>139</sup>. Implantada nos municípios de Macapá e Santana, esse projeto visa destacar as matérias-primas da região, a pesca, a agricultura, a pecuária e a exploração mineral desenvolvendo um pólo industrial fundado na biodiversidade. Nele as empresas beneficiam de isenções de impostos, sobretudo, sobre os produtos

<sup>132</sup> [http://www.guyane.cci.fr/fr/developpement\\_economique/amenagement\\_et\\_urbanisme/zones\\_franches](http://www.guyane.cci.fr/fr/developpement_economique/amenagement_et_urbanisme/zones_franches)

<sup>133</sup> Comissão Europeia, Direção Geral do Comércio “Le système de préférences généralisées de l’Union Européenne - SPG”, fevereiro de 2004. [http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/march/tradoc\\_116451.pdf](http://trade.ec.europa.eu/doclib/docs/2004/march/tradoc_116451.pdf)

<sup>134</sup> “Le système de préférences généralisées de l’Union Européenne - SPG”, *op. cit.*

<sup>135</sup> Para os envios que não excedem mais de € 6 mil, uma declaração sobre a fatura é suficiente (<http://www.douane.gouv.fr/page.asp?id=252>).

<sup>136</sup> Lei 8.387 de 30 de dezembro de 1991, regulamentada pelo decreto n° 157 de 8 de maio de 1992 e instaurada em 1993.

<sup>137</sup> Câmara de Comércio e Indústria da Guiana, serviço de apoio ao setor Internacional – Correspondente Macapá, “Avantagens fiscaux de l’ALCMS – État de l’Amapá”, [www.guyane.cci.fr](http://www.guyane.cci.fr), consultado 24 de junho de 2010.

<sup>138</sup> Exceto para os produtos seguintes (Decreto n° 4544/02, art. 2): armas e munições de qualquer natureza, carros particulares, bebidas alcólicas, perfumes, cigarros e derivados. O champanhe, o vinho, a cerveja e a água de colônia beneficiam de um regime especial (cf. CCIRG “Avantages fiscaux de l’ALCMS – État de l’Amapá”, *op. cit.*).

<sup>139</sup> Lei: 11.898 de 8 de janeiro de 2009.

destinados ao consumo no território brasileiro e cujo produto final venha da transformação animal, vegetal ou mineral (Art. 26 da lei 11.898/2009).

#### *A Zona de Processamento de Exportações – ZPE*

A ZPE, situada entre os municípios de Macapá e Santana<sup>140</sup> visa consolidar a competitividade das empresas exportadoras e assim aumentar as exportações do Amapá. Elas permitem às empresas que exportam no 80% de sua produção, beneficiar de três vantagens principais:

- Vantagens fiscais: as empresas nacionais desejando adquirir ativos imobilizados beneficiam de exonerações do IPI, de taxa 0 sobre o IPS, e exoneração do ICMS. As empresas estrangeiras beneficiam de isenções de imposto sobre as importações (II), o PIS, o CONFINS, sobre o Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRNM) e sobre o ICMS. Exonerações são igualmente concedidas às empresas brasileiras e estrangeiras para a aquisição de matérias-primas (IPI, PIS, CONFINS, ICMS), e para a exportação (IPI, PIS, CONFINS, ICMS);
- Vantagens cambiais: empresas instaladas podem estocar 100% de seus depósitos provenientes de suas exportações em divisas estrangeiras. Aquelas não são obrigadas a reconvertê-las em real (R\$);
- Burocracia administrativa simplificada.

A aplicação dessas medidas de apoio está garantida durante 20 anos prorrogáveis, contribuindo assim, para uma segurança jurídica.

#### *A Lei Geral para as Micro e Pequenas Empresas no Brasil*

Para simplificar as formalidades administrativas, a **Lei Geral para as Micros e Pequenas Empresas** (2006), em vigor desde 2007, reduz os impostos e as formalidades, dando possibilidade aos empresários de pagarem um imposto único, contra oito antes.

### **3.2. Finanças públicas**

#### *A situação delicada das finanças públicas no Estado central ou federal*

A França confronta-se, como a maior parte dos países desenvolvidos, com problemas orçamentais: déficit estruturalmente elevado (7,9% do PIB em 2009, dos quais 4,9% de déficit estrutural – exceto ciclos econômicos, como uma crise – segundo o FMI) e dívida elevada, na média, todavia, dos países do oeste-europeu (78% do PIB<sup>141</sup> em 2009). Entretanto, ela continua sendo uma boa referência, e sua dívida tem nota AAA pelas três grandes agências de classificação de risco<sup>142</sup>.

No âmbito desses compromissos europeus, a França faz hoje, da redução de seus déficits uma prioridade. Suas reservas de câmbio atingem € 103,3 bilhões em 2008<sup>143</sup>.

Em 2009, a dívida pública bruta do Brasil chegava a 68% do PIB, contra 80% em 2008<sup>144</sup>. Apesar de um novo impulso dessa porcentagem em 2008-2009, provavelmente devido à crise, o Brasil realizou o saneamento de suas finanças públicas desde o início da década de 2000. O déficit público situa-se em torno de 3% do PIB nos últimos anos. A dívida brasileira está classificada na categoria “investment grade” pelas principais agências de classificação de riscos (Baa2- pela Moody’s, e BBB pela Standard and Poor’s). Por outro lado, suas reservas de câmbio estão estabilizadas em € 193,8 bilhões em 2008.

#### *Uma grande dependência financeira em relação ao Estado central ou federal*

A Guiana Francesa é ao mesmo tempo uma região e um departamento. Estas duas coletividades locais, às quais se acrescentam os municípios, beneficiam de três tipos de recursos: recursos próprios (especialmente por via de sistema fiscal), dotações do estado (um pouco mais de 13% do total dos recursos) e a possibilidade de contrair empréstimos. Além disso, o Estado assume competências próprias<sup>145</sup> financiadas por um orçamento que é amplamente deficitário na Guiana Francesa.

Nesse território as receitas do Estado estabeleciam em € 131 milhões em 2009, para despesas de mais de € 1 075 milhões, ou seja uma taxa de cobertura das despesas do Estado muito baixa de 12,2%, e um déficit de € 944 milhões.

<sup>140</sup> Lei: 11.205/07.

<sup>141</sup> Fonte: FMI.

<sup>142</sup> Moody’s, Standard & Poor’s, Fitch. O *rating* é interpretado segundo três critérios: a letra A, a mais elevada e a D a menos; o número de letras : uma classificação AAA sendo a melhor; o sinal: +, sendo o melhor e – o pior. Assim a classificação AAA é a mais elevada para um Estado ; vêm em seguida: AA, A, BBB... BBB- é uma classificação intermediária.

<sup>143</sup> Fonte : Banco Mundial.

<sup>144</sup> Fonte: FMI.

<sup>145</sup> Cf. 1.2 “Quadro institucional”.

A debilidade das receitas explica-se principalmente, pelas especificidades do sistema fiscal guianês, que beneficia de diversas adaptações em relação à legislação nacional e europeia a fim de considerar as deficiências próprias às regiões ultraperiféricas. O objetivo é manter o poder de compra dos lares e a competitividade das empresas:

- O sistema tributário direto (imposto de renda e Imposto de Renda Pessoa Jurídica) está submetido a reduções fiscais;
- Dispositivos de isenção para os investimentos produtivos e imobiliários foram aplicados, assim como uma redução dos encargos sociais;
- O índice do Imposto sobre o Valor Agregado (IVA) é nulo;
- As bases de cálculos tributários são estreitas: há 73% dos lares não-tributáveis, contra 47% em toda a França<sup>146</sup>, apesar de a base ter aumentado depois de alguns anos.

Quanto aos municípios, estes beneficiam do produto de outro imposto indireto sobre o consumo, a concessão marítima, que se refere ao mesmo tempo aos produtos importados e locais<sup>147</sup>. A concessão marítima representa aproximadamente 15% dos recursos financeiros locais.

O Estado do Amapá beneficia de dois principais tipos de receitas: o sistema tributário e as transferências da União para os Estados e municípios. Na realidade, o sistema tributário organiza-se em três níveis e cada nível de governo arrecada impostos específicos. A União arrecada diretamente impostos, como o imposto de renda, imposto sobre produtos industriais, ou ainda o imposto sobre a propriedade territorial rural. Aquela transfere uma parte do produto desses impostos para os municípios, por via dos fundos estruturais: o Fundo de Participação dos Municípios; o Fundo de Participação dos Estados; fundos especiais dedicados a políticas públicas específicas (educação, por exemplo), e o Fundo de Desenvolvimento Regional. Este concerne especialmente o Amapá. De fato, em um objetivo de perequação orçamentária a nível estadual, a União organiza transferências financeiras específicas para os Estados cujas regiões são menos desenvolvidas: Norte, Nordeste, Centro-Oeste. O Amapá recebe, portanto, uma dotação específica da União. Mais globalmente, os critérios de cálculo das parcelas para cada Estado na transferência são: a população, a renda, a superfície e o estatuto administrativo.

As receitas amapaenses provêm em 85% das transferências da União (enquanto esse número cai para menos de 10% para os Estados mais ricos do Brasil). Os recursos fiscais amapaenses (encargos salariais, impostos sobre serviços, imposto sobre transmissão causa mortis e doação, entre outros) são muito baixos, sobretudo, em razão do peso do setor informal na economia de algumas cidades, como Oiapoque, por exemplo. O Amapá tem que contar, por conseguinte com a “solidariedade” da União. Além disso, os municípios têm imperativos legais que os impedem de contrair empréstimos “em excesso”. A Lei de Responsabilidade Fiscal de 2000 (LRF), em particular, impõe obrigações orçamentárias importantes para com os municípios, fortalece a fiscalização dos processos de endividamento e consolida a responsabilidade financeira dos Governadores.

É o mesmo para a Guiana Francesa: se as coletividades locais tiverem uma boa proporção de recursos próprios, o Estado é estrutural e amplamente bastante deficitário na Guiana Francesa nas áreas de sua competência.

### ***Finanças públicas oneradas pelas despesas com pessoal***

Na Guiana Francesa, as despesas públicas têm aumentado nos últimos anos: +7,2% em média de aumento anual desde 2005 para os gastos do Estado. O Estado francês gastou cerca de € 4 695 por habitante em 2009. As despesas das coletividades locais diminuíram levemente, 0,8% entre 2008 e 2009 (depois de um aumento de 19% no ano anterior), mas os gastos de funcionamento evoluem 8,5%. Os gastos com pessoal tem uma importância maior nas finanças públicas guianesas: estes representam 47% dos gastos do Estado em 2009, 30% dos gastos das coletividades locais, e têm tendência a aumentar. Por outro lado, por causa, sobretudo, da explosão demográfica e da necessidade de professores e de locais, o Ministério da Educação representa aproximadamente 37% das despesas do Estado, contra aproximadamente 26% para a totalidade da França<sup>148</sup>.

Os gastos do Estado do Amapá estão aumentando bastante: +22,6% em média por ano, entre 2005 e 2009. Esse aumento, explica-se principalmente, pela inflação<sup>149</sup> relativamente alta que conheceu o Brasil, o forte crescimento demográfico, mas também pela explosão dos gastos com pessoal, que duplicou (em valor) entre 2005 e 2009, e representam aproximadamente 52% do total das despesas. Além disso, a má gestão das antigas equipes no governo do Amapá foi sempre destacada.

Os gastos por habitante permanecem, todavia, bastante baixos em relação aos dos meios empregados na Guiana Francesa: quase € 385, ou seja, uma escala de 1 a 12.

<sup>146</sup> Fonte: [impôts.gouv.fr](http://impôts.gouv.fr), 2009.

<sup>147</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas comerciais e de investimento”.

<sup>148</sup> Fonte : Projeto de Lei Orçamentária 2010. Conjunto de despesas das missões “ensino escolar” e “pesquisa e ensino superior”.

<sup>149</sup> Entre 2005 e 2009, entre 3 e 7% segundo os anos e os índices de preços escolhidos.

## Principais fluxos financeiros dos governos

GUYANE	2009 (M€, preços correntes)	AMAPÁ	2009 (M€, preços correntes)
<b>Gastos do Estado</b>	<b>1 075,2</b>	<b>Gastos do Estado</b>	<b>605,1</b>
funcionamento	630,3	gastos com pessoal	317,8
(incluindo gastos com pessoal)	(500,6)	outras despesas correntes	231
investimento	88,2	investimento /	
		outros gastos de capital	56,1
intervenção	157		
contas especiais			
(anatecipação às coletividades territoriais)	199,9		
<i>Gastos do Estado por habitante (€)</i>	<i>4 695,4</i>	<i>Gastos do Estado por habitante (R\$)</i>	<i>965,7 ou seja 384,5 €</i>
<hr/>			
<b>Outros gastos</b>			
Estabelecimentos públicos (1)	370,1		
<hr/>			
<b>Gastos com coletividades locais</b>	<b>759,6</b>		
funcionamento	562,7		
investimento	196,9		
<i>Gastos das coletividades locais por habitante (€)</i>	<i>3 317,0</i>		
<hr/>			
<i>Total gastos por habitante (€)</i>	<i>9 628,4</i>		
<hr/>			
<b>Receitas do Estado</b>	<b>131,0</b>	<b>Receitas do Estado</b>	<b>583,7</b>
fiscais	115,2	fiscais	52,6
incluindo imposto de renda	62,5	Incluindo imposto de renda e sobre o patrimônio	16,1
Imposto de renda pessoa jurídica	28,2	Imposto sobre serviços	30,6
não fiscais	15,9	Transferências da União	493,3
		incluindo Fundos de Participação Municípios	171,3
		quota TVA	100,6
		transferência Fundo para a Educação	114,6
		transferência sistema de saúde	51,1
<b>Outras receitas</b>			
Fundos Europeus	41,9		
<hr/>			
<b>Receitas das coletividades locais</b>	<b>823,8</b>		
fiscais	400,5		
incluindo concessão marítima	126,6		
dotação do Estado	128,9		
investimento	236,4		
outros	58,0		

(1) CSG,CCIG, EPAG,ONF, CA

Tesouro Nacional, população amapaense : 626 609 (IBGE); Tesouraria Geral da Guiana, população guianesa : 229 000 habitantes (INSEE)



#### 4.1. Histórico das relações

O Tratado de Tordesilhas (1494) que dividia as terras do Novo Mundo permitiu aos Portugueses alcançarem o a foz do Amazonas. Eles criaram a Companhia do Cabo Norte, cujo comando se estendia até o rio Oiapoque<sup>150</sup>. Os Franceses instalaram-se na Guiana Francesa depois de terem sido expulsos do Maranhão pelos Portugueses (1615) e começaram a ambicionar a região que rodeava o estuário do Amazonas.

##### *O Contestado franco-brasileiro*

Após algumas décadas de litígios entre Franceses e Portugueses, o Tratado de Utrecht (1713) consagra o rio Vincent-Pinson (chamado também Japoc) como fronteira oficial entre as duas colônias. Embora signatário do Tratado, a França não abandona suas pretensões territoriais: o Brasil tornando-se independente em 1822, ela continua a contestar aquela delimitação, que, entretanto havia reconhecido, após a breve ocupação da Guiana pelos Portugueses (1809-1817). Os Franceses afirmavam, de fato, que o rio Vincent-Pinson não era o Oiapoque, mas outro rio situado mais ao Sul, o Araguari. Depois que o território foi neutralizado diplomaticamente em vista de negociações futuras, só em 1909, dando seguimento a uma arbitragem Suíça (o Tratado de Berna), é que esta região foi definitivamente devolvida ao Brasil. Ela estende-se do Araguari ao atual rio Oiapoque. Constituiu em seguida, com a margem esquerda do Amazonas, o Território Federal do Amapá, criado em 1943 quando o Brasil se junta aos Aliados durante a Segunda Guerra Mundial, para proteger uma fronteira colocando-o em relação com a colônia de um país ocupado pelos Alemães... É contudo, o Brasil que aprovisiona a Guiana Francesa quando esta foi separada da França continental pelo bloco alemão.

Apesar de a França e o Brasil terem firmado quase uma centena de acordos bilaterais no século XX, até 1996 somente três tiveram um efeito direto sobre a fronteira:

- A convenção de 1909 que confirmava a posição da fronteira França-Brasil<sup>151</sup>;
- O acordo marítimo de 1975;
- O Tratado de delimitação marítima de 1981<sup>152</sup>.

##### *As aproximações a diferentes níveis de governo*

###### *A nível local...*

As premissas de uma cooperação entre a Região Guiana e o Estado do Amapá, esboçaram-se sob a presidência de George Othily (1982-1992), quando uma delegação guianesa (17 pessoas, das quais 10 políticos eleitos) foi ao Pará e ao Amapá com o objetivo de desenvolver relações privilegiadas com o Norte e o Nordeste do Brasil (decisão do Conselho Regional, sessão plenária de 22 de julho de 1986)<sup>153</sup>. Dando seguimento a essa missão alguns projetos foram iniciados na área da saúde e da cultura.

A cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá começou realmente em 1996, sob o impulso do Governador João Capiberibe (governador do Amapá entre 1995 e 2002) que foi à Europa (França, Alemanha e Portugal) com a determinação de promover o Amapá a nível internacional<sup>154</sup>. As preocupações ambientais do Governador tiveram um retorno favorável na Europa no momento em que o aquecimento global se tornava um tema preocupante (Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro em 1992). Além disso, a excelente relação entre o Governador João Capiberibe e o Presidente do Conselho Regional da época, - Antoine Karam

<sup>150</sup> GRANGER, Stéphane "Le contesté franco-brésilien dans l'imaginaire guyanais" revue *Guâiana* n°6, 4ème trimestre 2003, Ed. Centre régional de Documentation pédagogique (CRDP) da Guiana.

<sup>151</sup> Idem.

<sup>152</sup> Classificação realizada sob a base do trabalho de V. SILVA (de) Gutemberg *Usos Contemporâneos da fronteira Franco-Brasileira : entre os ditames globais e a articulação local*, sob direção do professor Aldomar Arnaldo Rückert, Porto Alegre, março 2008.

<sup>153</sup> ATTICOT Marie-Annick, "La coopération transfrontalière Guyane-Brésil", Bulletin des Bibliothèques de France, T46 n°3, Paris, 2001.

<sup>154</sup> V. SILVA (de) Gutemberg, "Estratégias de cooperação e obstáculos nas relações internacionais entre o estado do Amapá e o Departamento da Guiana Francesa". In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília.

(1992-2010) – desempenhou um papel determinante na reaproximação guiano-amapaense. Um protocolo de cooperação é firmado em 11 de junho de 1996, na sequência dos acordos nacionais.

#### *...nacional*

Em 28 de maio de 1996, os Presidentes Jacques Chirac (França) e Fernando Henrique Cardoso (Brasil) assinaram em Paris um acordo-quadro de cooperação binacional, cujo artigo 6 trata expressamente da cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá. É o início de uma política efetiva de cooperação transfronteiriça (ver quadro, pg. 59). Este acordo prevê a reunião bi-anual de uma comissão geral franco-brasileira que tem como missão “promover o diálogo político, de coordenar os diferentes aspectos das relações bilaterais e de estabelecer um programa de trabalho para o biênio seguinte”<sup>155</sup>. Essa ferramenta jurídica permitirá aos contatos políticos serem facilitados em diversos domínios (econômico, cultural, científico e técnico), através da reunião de comissões encarregadas de estabelecer programas comuns de cooperação em suas áreas respectivas<sup>156</sup>.

#### *...e continental*

Ao longo dos anos 1990, a integração regional na América Latina é fortalecida (criação do MERCOSUL em 1991) e as relações comerciais entre o Brasil e a União Europeia desenvolve-se (durante o período 1996-2004, a UE absorvia 26% das exportações brasileiras<sup>157</sup>). O encontro em São Jorge do Oiapoque ocorrido em novembro de 1997 entre Jacques Chirac e Fernando Henrique Cardoso, foi, portanto, apresentado ao mesmo tempo como uma reaproximação Guiana Francesa-Amapá, França-Brasil e União Europeia-Mercosul<sup>158</sup>.

### ***A ponte sobre o rio Oiapoque***

Nesse contexto de intensificação das relações, emerge entre os executivos locais, em seguida entre os chefes de Estado dos dois países, a ideia de construção de uma ponte ligando as duas margens do rio Oiapoque<sup>159</sup>. O acordo franco-brasileiro relativo à construção dessa ponte é firmado em 15 de julho de 2005 durante a visita do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva a Paris. Aquele é ratificado em 2006 no Brasil e em 2007 na França. O Plano de Ação Franco-Brasileiro assinado em 2008 durante o encontro de Luiz Inácio Lula da Silva e de Nicolas Sarkozy em São Jorge do Oiapoque reafirma a determinação dos dois chefes de Estado de desenvolver parcerias estratégicas, e dar início a construção da ponte sobre o rio Oiapoque. A implementação desta inscreve-se em um vasto projeto, ao nível do Platô das Guianas que ligará a Venezuela a Macapá. A Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), da qual a Venezuela, República Cooperativa da Guiana, o Suriname e o Brasil são signatários, visa a implantar uma rede de infraestruturas de comunicação com objetivo internacional ligando esses países.

#### *As antigas relações entre as duas margens do rio Oiapoque*

Embora, como foi visto, a Guiana Francesa e o norte do Brasil se tenham ignorado durante vários séculos, não se deve esquecer que as relações sociais e comerciais existem há muito tempo entre ambas margens do rio Oiapoque, o qual – para algumas populações ameríndias especialmente – não é visto como uma fronteira. Inversamente, as ligações Macapá-Oiapoque e Caiena-São Jorge do Oiapoque são recentes, e durante muito tempo foi mais fácil para as populações dos dois lados aproximarem-se mutuamente que se comunicarem com suas administrações, em Macapá ou Caiena. Por outro lado, atualmente um visto é necessário para os brasileiros desejando entrar no território guianês. Os guianeses necessitam unicamente de seu passaporte válido.

<sup>155</sup> Artigo 2, Acordo-Quadro de cooperação entre o governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil.

<sup>156</sup> V. SILVA (de) Gutemberg, A. RÜCKERT Aldomar, “A fronteira Brasil-França, Mudança de usos político-territoriais na fronteira entre Amapá (BR) e Guiana Francesa (FR)”, *op. cit.* p.12.

<sup>157</sup> KUTAS Géraldine, “La politique commerciale du Brésil », Kutas, G. 2006. “La Politique Commerciale du Brésil”, Actes du colloque “*La langue portugaise, le Brésil, la Lusophonie, la mondialisation linguistique : un nouveau regard*”, Brésil/Brésils, Arara e Mairie de Montreuil, Paris.

<sup>158</sup> ATTICOT Marie-Annick, “La coopération transfrontalière Guyane-B Brésil”, *op. cit.*

<sup>159</sup> Os pontos de vista divergem sobre a capacidade de a ponte gerar tráfego. O artigo “La frontière et ses échelles : les enjeux d’un pont transfrontalier entre la Guyane française et le Brésil” qualifica-o de “support diplomatique afin de relancer les relations bilatérales”. Madeleine Boudoux d’Hautefeuille, “La frontière et ses échelles : les enjeux d’un pont transfrontalier entre la Guyane française et le Brésil”, *Cybergeo : European Journal of Geography*, Espace, Société, Territoire, article 514, em linha em 15 dezembro de 2010, modificado le 16 de dezembro de 2010. URL : <http://cybergeo.revues.org/23405>. Consultado em 18 de junho de 2011.

## As Comissões Mistas Transfronteiriças

Uma primeira Comissão Mista de Cooperação Transfronteiriça Brasil-França ocorreu em 1983, conduzida do lado francês pelo Prefeito da Guiana Francesa. As discussões eram essencialmente focalizadas na questão migratória.

O Acordo-quadro de cooperação de 28 de maio de 1996 define o quadro legal da comissão mista. Nele as autoridades locais e nacionais são representadas no seio dessas reuniões: do lado guianês, o Prefeito e Presidente da Região e do lado brasileiro, o diretor do Departamento Europa do Ministério das Relações Exteriores e o Governador do Amapá. Responsáveis pelo desenvolvimento regional ou de Regiões Ultraperiféricas para a Comissão Europeia, Serviços do Estado, Agências governamentais, centros de pesquisa e socioprofissionais podem igualmente ser convidados.

Durante a reunião bilateral de fevereiro de 2008 em São Jorge do Oiapoque, os dois Presidentes reafirmaram o papel das comissões mistas transfronteiriças na consolidação e harmonização das relações entre o Estado do Amapá e da Guiana Francesa no domínio social, consular, econômico, comercial e ambiental.

Após a assinatura do Acordo-quadro de Cooperação franco-brasileira de 1996, várias comissões mistas se reuniram:

- Brasília (17-18 de setembro de 1997)
- Caiena (18-19 de março de 1999)
- Macapá (29-30 de janeiro de 2002)
- Caiena (12-13 de junho de 2008)
- Macapá (13-14 de agosto de 2009)
- Caiena (31 de agosto -1º de setembro de 2010)

## 4.2. Os atores da cooperação

Os atores da cooperação são múltiplos: alguns estão encarregados de prover e coordenar as relações da cooperação através de ações diplomáticas e/ou da concessão de financiamento, enquanto outros se dedicam essencialmente à implementação de projetos e ações.

### 4.2.1. Os Estados e seus serviços

#### **O Estado francês**

Os atores implicados na cooperação com o Amapá são: o Presidente da República, o Ministério das Relações Exteriores e Europeias, o Ministério do Ultramar e a Prefeitura da Região.

No seio do Ministério do Ultramar é nomeado um Embaixador, delegado para a cooperação regional na zona Antilhas/Guiana Francesa, cuja missão é coordenar as diferentes ações de cooperação regional. Ele também está encarregado de representar a França junto da Associação dos Estados do Caribe (AEC) e da Comunidade do Caribe (CARICOM).

A Prefeitura da Guiana dispõe de um serviço encarregado, entre outras tarefas, das atividades de cooperação regional: a Secretaria Geral das Relações Regionais (SGAR). Esta conduz as ações de cooperação regional em parceria com os serviços do Estado e as coletividades territoriais. É a autoridade da gestão do Fundo de Cooperação Regional (FCR)<sup>160</sup>.

#### **O Estado Federal Brasileiro**

A cooperação com a Guiana Francesa é conduzida pelo Presidente da República e seu Ministério das Relações Exteriores, o Itamaraty. Um ator central no seio do Ministério é a Agência Brasileira de Cooperação, a ABC, que está encarregada de “negociar, coordenar, implementar e acompanhar os programas e projetos brasileiros de cooperação técnica, executados com base nos acordos firmados pelo Brasil com outros países e organismos internacionais”. Ela trabalha em parceria com as delegações ministeriais e em estreita colaboração com a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP – órgão estadual).

O Consulado Honorário da França em Macapá e o Consulado Geral do Brasil em Caiena visam promover a cooperação cultural e econômica entre os dois territórios.

O Cônsul honorário da França em Macapá é nomeado pelo Cônsul Geral em Brasília. Ele aconselha e assiste os franceses residentes no Amapá e os brasileiros que desejam ir à Guiana Francesa. Ele não está, todavia, autorizado a emitir passaportes, vistos ou atos notariais.

O Cônsul Geral do Brasil em Caiena é nomeado pelo Presidente da República sob proposta do Ministério das Relações Exteriores. Ele presta assistência aos brasileiros na Guiana Francesa. Ele está habilitado a emitir alguns atos oficiais (vistos, passaportes, atos notariais, etc.).

<sup>160</sup> Cf. capítulo 1.2 “Relações exteriores”.

## 4.2.2. As instituições públicas locais

### O Conselho Regional da Guiana

Em 2001 foi criado um serviço dedicado às ações de cooperação regional, hoje chamado “Departamento Cooperação e Relações Internacionais”. Dois anos mais tarde um encarregado de missão foi contratado a fim, especialmente, de elaborar o acompanhamento do programa Interreg “Espaços Caribe”.

O Conselho Regional foi designado autoridade de gestão do Programa Operacional Amazônia da União Europeia, primeiro programa europeu de cooperação transfronteiriça<sup>161</sup>. O Conselho Regional dispõe também de fundos próprios (€ 150 mil em 2010) para financiar projetos de cooperação que não são nem escolhidos no PO Amazônia, nem no FEDER. Em razão do progresso espetacular de suas ações de cooperação, o Conselho Regional criou em 2010 a “Comissão de Cooperação Regional” que é encarregada de analisar em primeira mão os dossiês examinados em sessão plenária e dar sua apreciação sobre os projetos de cooperação regional apresentados ao Conselho Regional da Guiana.

### O Conselho Geral da Guiana

A direção de cooperação regional do Conselho Geral foi criada em 2004 e tornou-se “Serviço de Cooperação Regional” em 2010. O Conselho Geral pode financiar projetos de cooperação com seus próprios fundos, e dar igualmente sua apreciação quando solicitado pelo Conselho Regional (PO Amazônia) ou Prefeitura (FCR). O Conselho Geral conduz suas ações de cooperação em coordenação com essas duas instituições. Ele está atualmente na fase de primeiros contatos com o Brasil. Suas ações de cooperação com o território deverão ser orientadas no futuro para a saúde, setor que depende das competências do Departamento na Guiana Francesa.

### O Governo do Estado do Amapá

A cooperação regional é conduzida pelo Governador do Estado do Amapá, eleito diretamente a cada 4 anos. A Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), ator-chave na esfera do governo brasileiro<sup>162</sup>, desempenha também um papel determinante nas relações com a Guiana Francesa, visto que o mesmo representa o Estado do Amapá no comitê de acompanhamento PO Amazônia.

## 4.2.3. As agências de desenvolvimento

### A Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)

Instituição financeira pública, a AFD contribui com o dispositivo francês de ajuda pública ao desenvolvimento (APD<sup>163</sup>). Ela está colocada sob a autoridade conjunta do Ministério da Economia, Fazenda e Indústria, do Ministério das Relações Exteriores e Europeias, e do Ministério do Interior, Departamentos de Ultramar, Coletividades Territoriais e da Imigração. Presente nos cinco continentes e nas coletividades de Ultramar, a Agência financia e acompanha projetos que melhoram as condições de vida das populações, apóiam o crescimento econômico e protegem o planeta: escolarização das crianças, apoio aos agricultores e às pequenas empresas, adução de água, preservação da floresta tropical, combate ao aquecimento global, etc. Sua subsidiária Proparco, dedicada ao desenvolvimento do setor privado, apóia a criação de empregos, a competitividade das empresas e a emergência do empreendedorismo.

O papel da AFD no Amapá é “*desenvolver os intercâmbios e, em uma perspectiva de desenvolvimento sustentável, melhor integrar a Guiana em seu meio ambiente regional*”<sup>164</sup>. Esse papel é assegurado pelo escritório da AFD em Brasília (em coordenação, se necessário, com o escritório em Caiena) A fim de promover o desenvolvimento sustentável da região Noroeste do Amapá, a esfera estratégica de intervenção da AFD no Brasil para 2008-2010 identificou os eixos de cooperação regional seguintes:

- Favorecer o desenvolvimento econômico da zona fronteira com a finalidade de contribuir para a fixação das populações e a diminuição da pressão migratória;
- Reforçar a vigilância epidemiológica e a luta contra as doenças transmissíveis em zona transfronteiriça;
- Consolidar a cooperação e as parcerias científicas entre os organismos brasileiros e guianeses;
- Aplicar uma política comum de gestão racional dos recursos naturais autorizando o desenvolvimento econômico (exploração das riquezas florestais e minerais) ao mesmo tempo preservando a biodiversidade.

<sup>161</sup> Cf. capítulo 1.2 “Relações exteriores”.

<sup>162</sup> Ele tem sob sua responsabilidade a Secretaria de Estado da Indústria, do Comércio e da Exploração Mineral, a Secretaria de Estado da Agricultura, a Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado do Trabalho e Empreendedorismo e a Secretaria de Turismo.

<sup>163</sup> A APD da França em 2009 chegava a 0,46% de seu Produto Nacional Bruto (PNB).

<sup>164</sup> Plano De Ação Franco-Brasileiro, declaração do Presidente da República Francesa, Nicolas Sarkozy e do Presidente da República Federativa do Brasil, Luis Inácio Lula da Silva, São Jorge do Oiapoque, 12 de fevereiro de 2008.

<https://pastel.diplomatic.gouv.fr/editorial/actual/acl2/bulletin.asp?liste=20080213.html&xtor=EPR-7>

O escritório de Brasília pode atuar junto ao Governo Federal, do Governo Estadual, aos municípios, aos bancos ou empresas públicas, através da concessão de empréstimos soberanos e não-soberanos, garantias e linhas de créditos com objetivo de financiar projetos de desenvolvimento. O escritório de Caiena pode apoiar empresas guianesas desejando investir no Amapá (dispositivo de garantia ARIZ<sup>165</sup> - Seguro para o Risco de Financiamento do Investimento Privado nas Zonas de Intervenção da AFD ou outros diferentes instrumentos financeiros especialmente em parceria com OSEO<sup>166</sup>).

#### **O Fundo Francês para o Meio Ambiente Mundial (FFEM)**

O FFEM é um fundo público bilateral criado em 1994 pelo Governo francês depois da Cúpula da Terra, no Rio de Janeiro. Aquele financia projetos de desenvolvimento tendo um impacto durável nos domínios do meio ambiente mundial: a biodiversidade, o efeito estufa, águas internacionais, a degradação das terras e a desertificação, Poluentes Orgânicos Persistentes (POPs), a camada de ozônio, etc. O FFEM faz parte da direção de estratégia da AFD.

#### **A Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP)**

A ADAP é uma pessoa jurídica de direito público, que beneficia de autonomia técnica, administrativa e financeira e possui um patrimônio e receitas próprias. Localizada em Macapá, ela faz parte da Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro do Governo do Amapá. Sua missão é realizar políticas de desenvolvimento elaboradas pelo Governo do Estado do Amapá e da União. Como exemplo, ela garante a coordenação de uma parte dos projetos financiados pelo PAC<sup>167</sup>. A ADAP está igualmente encarregada de buscar, juntamente com os órgãos federais brasileiros (Agência Brasileira de Cooperação<sup>168</sup>), fontes de financiamento exteriores para os projetos de desenvolvimento no Amapá. A ADAP está autorizada a estabelecer parcerias com instituições de desenvolvimento públicas, privadas, nacionais e internacionais. Ela dispõe, portanto, de meios de ação permitindo-lhe desempenhar um papel ativo em matéria de cooperação com a Guiana Francesa.

### **4.2.4 As câmaras de comércio e as agências de apoio às empresas**

#### **A Câmara de Comércio e Indústria da Região Guiana (CCIRG)**

A CCIRG é um estabelecimento cuja missão é representar os interesses das empresas guianesas junto aos poderes públicos e acompanhar os empresários em cada etapa de seu desenvolvimento.

Em 2009, ela abriu dois escritórios: um em Paramaribo (Suriname) e outro em Macapá (Brasil). O objetivo é apoiar as empresas em seu desenvolvimento internacional. No Amapá, o escritório da CCIRG oferece diversos serviços:

- Garantir a representação técnica da CCIRG junto às empresas e instituições brasileiras;
- Ser o parceiro privilegiado da ADAP e do SEBRAE (homólogo da CCIRG no Brasil);
- Acompanhar e apoiar o desenvolvimento internacional das empresas brasileiras e guianesas;
- Desenvolver uma rede de interlocutores de várias instituições públicas e privadas brasileiras, francesas e internacionais presentes no território brasileiro;
- Garantir uma vigilância jurídica;
- Organizar missões de pesquisa de mercado;
- Realizar simpósios entre empresas guianesas e brasileiras;
- Organizar a participação de empresas nas feiras profissionais, fóruns de negócios, etc.<sup>169</sup>.

Uma missão comercial guianesa, conduzida pela Câmara de Comércio e Indústria da Região Guiana e organizada por “Ubifrance Brasil”, ocorreu de 6 a 10 de novembro de 2010 no Rio de Janeiro e em seguida, em São Paulo. A mesma tinha como objetivo desenvolver as relações entre a região francesa e seu vizinho sul-americano, e era composta por eleitos da CCIRG e de empresas dos setores agroalimentares e a TIC. Essa missão foi, sobretudo, uma ocasião para prever uma colaboração mais estreita entre a CCIRG e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e identificar projetos de acordos entre empresas.

<sup>165</sup> Mais detalhes : [http://www.afd.fr/jahia/webdav/site/afd/users/administrateur/public/plaquettes/AFD\\_ARIZ\\_FR.pdf](http://www.afd.fr/jahia/webdav/site/afd/users/administrateur/public/plaquettes/AFD_ARIZ_FR.pdf)

<sup>166</sup> O escritório de Caiena garantiu o empréstimo bancário da Empresa Guycom visando à implantação de um *backbone* terrestre hertziano ligando a Guiana Macapá. (Cf. Políticas territoriais e de equipamento do território).

<sup>167</sup> Cf. capítulo 3.1 “Políticas territoriais e de equipamento do território”.

<sup>168</sup> Cf. capítulo 1.2 “Quadro institucional”.

<sup>169</sup> Site da CCIRG : [http://www.guyane.cci.fr/fr/international/cooperation\\_regionale/cooperation\\_guyane\\_bresil](http://www.guyane.cci.fr/fr/international/cooperation_regionale/cooperation_guyane_bresil) (consultado em 17 de julho de 2010).

### O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE)

O SEBRAE é uma instituição autônoma presente em todo o Brasil. Ele dispõe de quatro escritórios<sup>170</sup> no Amapá que acompanham os pequenos empresários em seus projetos de desenvolvimento e em seus esforços para aumentar sua competitividade. Ele oferece-lhes conselhos e competências, e coloca-os em contato com possíveis parceiros e clientes. O SEBRAE defende também os interesses das micro e pequenas empresas junto ao Governo do Estado.

A SEBRAE mantém relações estreitas com as instituições bancárias, encarregadas de financiar os projetos do micro ou pequenos empresários, principalmente o Banco da Amazônia (BASA), a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil.

## 4.3. Os projetos realizados e em programação

### *A proteção do meio ambiente*<sup>171</sup>

#### - Programa Oyana – Parque Natural Regional da Guiana (PNRG) e Parque Nacional do Cabo Orange no Amapá

O parque Natural Regional da Guiana (PNRG) e o Parque Nacional do Cabo Orange no Amapá realizam conjuntamente um programa de desenvolvimento sustentável e de gestão coordenada do baixo vale do Oiapoque cujas finalidades são de ordem econômica, social e ambiental.

A realização dessa parceria resulta de uma tripla constatação: (i) o crescimento demográfico não controlado no estuário do rio Oiapoque exerce efeitos negativos sobre o meio ambiente, (ii) a ausência de medidas de acompanhamento visando a prevenir as consequências da construção da ponte sobre o rio Oiapoque, por exemplo: a chegada de novas populações e rompimentos de certos equilíbrios organizacionais, e (iii) problemáticas comuns a ambas as margens do rio Oiapoque.

Nesse contexto, o PNRG e o Parque Nacional do Cabo Orange quiseram reunir suas competências no Programa Oyana para alcançar os seguintes objetivos:

- Melhor conhecer a biodiversidade da região do estuário do Oiapoque e fazer conhecê-la;
- Proteger esta biodiversidade e fazer protegê-la;
- Permitir às populações dessa área melhor integrar-se a seu meio ambiente, melhor utilizar economicamente essa biodiversidade e melhor preservá-la<sup>172</sup>.

De duração de 36 meses (5 de março de 2008 a 5 de março de 2011) esse projeto prevê a implantação de cerca de 40 atividades nos municípios guianeses de Ouanary e São Jorge do Oiapoque e nos municípios brasileiros de Oiapoque e Calçoene.

Em julho de 2010, 33% das atividades já estavam realizadas. O orçamento total chega a € 1 milhão e é financiado quase totalmente pelo PO Amazônia.

O programa Oyana compreende também a realização de uma área protegida comum aos dois países, em torno do vale do Oiapoque, que pode receber o certificado de “Reserva de biosfera” do programa “*man and biosphere*” da Unesco. O projeto de labelização está em andamento.

#### - Projeto bd Carthage – Direção Regional do Meio Ambiente (antiga DIREN, DEAL desde 2011) da Guiana, Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA) e Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (IEPA)

O projeto de implantação do referencial hidrográfico da Guiana Francesa “bd Carthage” é realizado pela Direção Regional do Meio Ambiente da Guiana Francesa em cooperação com o Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (IEPA) e a Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA). Trata-se de constituir um referencial das massas de água única e coerente cobrindo o território guianês homogeneamente. Como o funcionamento das bacias hidrográficas ultrapassa as fronteiras administrativas, o Amapá e o Suriname foram associados a esse projeto que se caracteriza pela repartição dos dados e uma transferência de metodologia.

Esse projeto que teve início em 2008 está sendo finalizado.

<sup>170</sup> Macapá, Oiapoque, Laranjal do Jari e Santana.

<sup>171</sup> No âmbito da recente reforma da administração territorial do Estado francês (1º de janeiro de 2011 na Guiana), os 13 serviços descentralizados (DIREN, DDE, DAF, DRAM...) foram reorganizados em 6 grandes Direções Regionais (DEAL, DAAF, DIECTE...). Para uma melhor compreensão do leitor, são antigas denominações utilizadas aqui, visto serem mais conhecidas.

<sup>172</sup>: <http://www.pnr-guyane.org/programmes/oiana/presentation-du-programme-oyana> (consultado em 20 de julho de 2010).

- **Rede Ecolab – Direção Regional do Meio Ambiente da Guiana (DIREN), Centro Nacional de Pesquisas Científicas da Guiana (CRNS), Instituto de Pesquisa para o Desenvolvimento (IRD) e Instituto de Estudos e Pesquisas do Estado do Amapá (IEPA)**

A DIREN e o IEPA são membros da rede ECOLAB (criada em 1992), programa de pesquisa em rede que engloba toda a região costeira sob influência do rio Amazonas. Durante um colóquio organizado em Macapá em 2007, foi sugerida a realização de intercâmbios entre a França e o Brasil para apoiar os trabalhos de pesquisa em andamento no litoral.

Assim sendo, a DIREN e o IEPA propuseram conjuntamente a realização de um Estudo sobre a evolução da linha da costa das áreas marinhas protegidas da Guiana Francesa e do Amapá. Esse trabalho é realizado por uma estudante da Universidade de Macapá co-dirigida por um pesquisador do IEPA e o responsável pela célula do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da DIREN<sup>173</sup>. Esse estudo concentra-se essencialmente na reserva nacional dos “*Marais de Kaw*” (Reserva Nacional dos Pântanos de Kaw) na Guiana Francesa e o Parque Nacional do Cabo Orange no Brasil. O estudo é realizado em parceria com os gestores das duas áreas: a Associação para a Gestão dos Espaços Protegidos (AGEP) e o IBAMA.

- **Ações para a proteção do meio ambiente do estuário do rio Oiapoque – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), Direção Regional das Relações Marítimas (DRAM) e o escritório “Ação do Estado no Mar”**

O IBAMA, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) de uma parte, a Direção Regional das Relações Marítimas e o escritório “Ação do Estado no Mar” de outra parte trabalham em cooperação sobre:

- A proteção da biodiversidade marinha e do meio ambiente marinho;
- O controle e as atividades de pesca ilegais e as degradações do meio ambiente.

Por exemplo, as duas instituições realizam patrulhas juntas, com equipes mistas (francesas e brasileiras) para recensear e fiscalizar os barcos no rio Oiapoque. Essas ações conjuntas permitem a troca de informações e dessa forma lutar mais eficazmente contra a pesca clandestina.

- **O apoio técnico proposto pela AFD para a gestão sustentável das florestas na Amazônia**

O Amapá é um dos quatro Estados cobertos pelo Programa de apoio técnico para a gestão sustentável das florestas na Amazônia brasileira. Financiada pela AFD e coordenado pelo Escritório Nacional das Florestas internacional (ONFI), ele mobiliza igualmente a empresa francesa *Forêt Ressources Management* (FRM), o Grupo de Pesquisa e Intercâmbios Tecnológicos (GRET) e a empresa Perini. O programa foi iniciado em 2009 e divide-se em cinco lotes:

- Acompanhamento da implementação das concessões florestais federais e de nível estadual;
- Definição das necessidades de financiamento para a gestão sustentável dos recursos florestais;
- Definição e implementação de uma abordagem programática em matéria de gestão sustentável das florestas, incluído a regularização de propriedades;
- Setores de plantações (cadeia produtiva de carvão vegetal), do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), do mercado de carbono voluntário e do mecanismo de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal (REDD)<sup>174</sup>;
- Promoção do financiamento bancário das iniciativas voltadas para a gestão sustentável da floresta.

Este estudo está sendo concluído e deverá estar sujeito à restituição no ano corrente - 2011.

- **Projeto de gestão sustentável da floresta pública do Estado do Amapá apoiado pelo FFEM**

O FFEM aprovou em abril de 2010 o financiamento de um projeto de gestão da floresta pública do Estado do Amapá no valor de € 1,6 milhões. Esse projeto associa o GRET, Conservação Internacional, o Governo do Amapá e o Serviço Florestal Brasileiro (SFB). Ele compreenderá um apoio à exploração florestal sustentável das áreas para concessão e um apoio à consolidação das medidas de preservação das áreas não concedidas, em ligação com o “Corredor de Biodiversidade do Amapá”. O projeto deverá ser iniciado em 2011. Ele será cofinanciado pelo Brasil e a ONG Conservação Internacional.

<sup>173</sup> A estudante foi recebida pela DIREN Guiana durante um mês e meio (final de 2009-início de 2010).

<sup>174</sup> O Mecanismo de Desenvolvimento Limpo é um mecanismo de finanças de carbono elaborado no âmbito do protocolo de Kioto. Ele consiste, no caso de um país industrializado, em realizar no território de um país em desenvolvimento, um projeto que reduz as emissões de gases de efeito estufa do país hospede. Esse projeto deve contribuir para o desenvolvimento sustentável do território. Em retorno, o país industrializado da iniciativa do projeto recebe unidades de Redução Certificada de Emissão (RCE) iguais às reduções realizadas, que ele poderá contabilizar para preencher seu próprio compromisso de redução de emissão. O REDD, Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, é uma iniciativa internacional coordenada pela ONU reunindo medidas e ações contribuindo para a redução de gases de efeito estufa ligados a esses fenômenos.

- **Programa de gestão sustentável dos recursos naturais do Platô das Guianas implementado pelo WWF e apoiado pelo FFEM e a cooperação holandesa (DGIS)**

O escritório regional Platô das Guianas do WWF, sediado em Paramaribo, coordena um programa de ações “Programa de gestão sustentável dos recursos naturais do Platô das Guianas”. Com duração de 3 anos (2008-2011) e no valor de € 6,8 milhões, esse programa apóia estudos estratégicos e ações objetivando a redução do impacto ambiental da exploração aurífera ao nível regional. Ele promove também a autenticação de explorações florestais e a consolidação das áreas protegidas da região.

Os primeiros resultados, apresentados durante a última comissão mista França-Brasil (31 de agosto a 1º de setembro de 2010), deverão ser mais amplamente transmitidos, sobretudo aos governos interessados (França, Brasil, República Cooperativa da Guiana, Suriname). Mesas redondas sobre a questão da exploração aurífera ilegal deverão ser organizadas entre as geografias envolvidas com o objetivo de refletir sobre ações comuns, e poderão tratar do acompanhamento das populações locais orientadas para outras atividades econômicas.

#### *A pesquisa científica e tecnológica*

- **Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica**

O Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil relativo à criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica, firmado no Rio de Janeiro em 23 de dezembro de 2008, prevê a criação de um centro composto de equipes de pesquisa dos dois países para a realização de projetos conjuntos nas áreas científica e tecnológica. Trata-se de um centro sem estrutura própria, que utiliza a infraestrutura de pesquisa em matéria de biodiversidade dos dois países para desenvolver suas atividades. Esse Protocolo reflete o interesse crescente dos dois Estados por sua região transfronteiriça.

#### **Os objetivos do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica**

- 1) Promover o fortalecimento da capacidade científica e tecnológica instalada em ambos os países, especialmente na região amazônica, com atenção à Região Guiana e ao Estado do Amapá, por meio do intercâmbio e transferências de conhecimentos científicos e tecnológicos, da formação inicial e profissional e de atividades conexas conforme às necessidades e prioridades estabelecidas pelas Partes;
- 2) Elaborar e executar, pelas equipes de pesquisa, projetos conjuntos de pesquisas científicas e tecnológicas voltados para a geração de conhecimentos, produtos e processos de interesse ambiental, econômico ou social para os dois países;
- 3) Elaborar estudos e propostas de mecanismos operacionais para a integração dos setores públicos e privados, de forma a estimular a conservação e utilização sustentável da biodiversidade, a criação de empregos para a produção de produtos e processos oriundos da biodiversidade, o acesso e a transferência de tecnologia que façam uso desses produtos e processos.

*Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Francesa e o Governo da República Federativa do Brasil relativo à criação do Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade Amazônica (Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 2008).*

As atividades do Centro são coordenadas por um conselho binacional e um comitê cujos membros são oriundos dos dois países. Nesse sentido, uma licitação binacional deverá ser lançada para projetos de pesquisa associando equipes dos dois territórios

#### *O turismo*

- **Produto Turístico Combinado Amazônia (PTCA)**

O PTCA reúne diferentes atores do turismo da região amazônica: o Comitê de Turismo da Guiana (CTG), o Suriname Tourism Foundation (STF), a Secretaria de Turismo do Amapá (SETUR), a Companhia Paraense de Turismo PARATUR e a Empresa Estadual de Turismo do Amazonas (AMAZONATUR).

O projeto tem como objetivo desenvolver o turismo no Platô das Guianas através da criação de um produto turístico oferecendo a possibilidade de visitar cinco regiões da Amazônia: a Guiana Francesa, o Suriname, o Amapá, o Pará e o Amazonas os quais apresentam atrativos turísticos complementares.

Desde 1999, data do início dos intercâmbios, as reuniões de trabalho foram organizadas para retirar os obstáculos à implantação desse produto, como vistos, seguros, etc. O projeto está tecnicamente pronto, mas atualmente bloqueado do ponto de vista político. Seu valor chega a mais de 1 milhão de euros, dos quais 600 mil são financiados pelo PO Amazônia e 200 mil pelo CTG.



### *A agricultura*

- **Ações de cooperação agrícola – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) – Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento (Cirad) - Centro de Formação Profissional e de promoção Agrícola (CFPPA) de Matiti.**

O Embrapa e o Cirad na Guiana Francesa pretendem refletir conjuntamente sobre impacto que o desenvolvimento do comércio entre os dois territórios vai produzir no uso do solo e na produção agrícola do Amapá e da Guiana Francesa<sup>175</sup>.

Paralelamente o *Lycée de Matiti* da Guiana Francesa e o Embrapa não desejam desenvolver uma cooperação entre os agricultores do Leste guianês e o Amapá. As condições do clima e do solo sendo semelhantes, as práticas dos agricultores são potencialmente comparáveis, até mesmo transferíveis para a Guiana Francesa. O intercâmbio de experiências entre os agricultores poderá, portanto, contribuir para sua formação. Uma viagem de estudo ao Amapá foi organizada em junho de 2010, a pedido dos agricultores, pelos agrônomos do programa “Profissionalização dos agricultores do Leste guianês”, que faz parte do Centro de Formação Profissional e de Promoção Agrícola (CFPPA) de Matiti. Treze agricultores guianeses (de Cacao e Regina) trocaram assim, experiências sobre técnicas e métodos de exploração dos recursos agrícolas com seus homólogos amapaenses.

### *A pesca*

- **Fortalecer o conhecimento mútuo das duas regiões – Instituto Francês de Pesquisa para a Exploração Marítima (IFREMER) – Agência de Pesca do Amapá (Pescap)**

O Instituto Francês de Pesquisa para a Exploração Marítima (IFREMER) e a Agência de Pesca do Amapá (Pescap) desejam consolidar suas relações de cooperação para melhor conhecer os desafios estratégicos do setor haliéutico no Planalto das Guianas. O recurso sendo o mesmo de cada lado da fronteira, ambas as instituições decidiram unir suas competências para avaliar a quantidade de cada uma das espécies de peixes presentes no litoral guiano-amapaense. O objetivo visado é a implantação de um sistema de avaliação conjunta do estado dos estoques de peixes. Logo, esse projeto depende da compatibilidade dos sistemas de contagem das estatísticas de pesca da Pescap e do IFREMER. Esta questão será a matéria de uma missão de três meses de um funcionário da Pescap recebido nas instalações do IFREMER.

Uma tese sobre o estoque do acoupa vermelho no litoral guiano-amapaense será realizada no final dessa missão.

### *A saúde*

- **Manual operacional de vigilância epidemiológica e contratação de um chefe de projeto conjunto**

Um manual operacional de vigilância epidemiológica para as partes francesa e brasileira foi elaborado conjuntamente pelas autoridades sanitárias de ambos os lados do rio Oiapoque, e registrado durante a comissão mista transfronteiriça de 31 de Agosto a 1º de setembro de 2010. Ele deverá dessa forma, possibilitar uma maior colaboração nessa área e uma mutualização do meios. Um chefe de projeto conjunto foi contratado e tem como missão trabalhar em um plano comum HIV/AIDS (prevenção e tratamento); ele é remunerado pela Agência Regional de Saúde (Guiana Francesa) e a logística é assumida pelo Ministério da Saúde brasileiro.

### *Os transportes*

A Câmara de Comércio e da Indústria da Região Guiana (CCIRG) que tem sob sua responsabilidade o aeroporto de Rochambeau, encomendou um estudo de impacto, financiado pelo PO Amazônia, cujo objetivo é avaliar possibilidades de ligações aéreas no Platô das Guianas.

### *A educação*

O Reitorado da Guiana, a Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP), a Secretaria de Estado da Educação e a Secretaria de Estado do Desporto e Lazer do Amapá, implantam intercâmbios transfronteiriços.

- Na área linguística: em julho de 2009, o Reitorado da Guiana elaborou um estágio de formação Francês Língua Estrangeira (FLE) de imersão para professores do Brasil. Esse projeto reúne 24 professores (dos quais 16 do Amapá) beneficiou do apoio da Embaixada da França no Brasil (financiamento de passagens aéreas). O Reitorado gostaria de organizar formações de Português Língua Estrangeira (PLE) no Amapá para professores da Guiana Francesa;

<sup>175</sup> MALLET Bernard, “l’Embrapa en actio”, Agronews, CIRAD, n°1 – Fevereiro de 2010.

- Na área escolar: em 4 de março de 2008, durante a assinatura do Protocolo do Acordo entre o Reitorado da Guiana e a Secretaria de Estado da Educação do Amapá, a Delegação Acadêmica das Relações Europeias e Internacionais e da Cooperação (DAREIC, integrada ao Reitorado) propôs a construção de um liceu binacional. Estudos de viabilidade estão em curso.;
- Na área esportiva: desde 2007, o Amapá tem sido convidado para todas as edições dos Jogos Inter-Guianas. Este encontro esportivo reúne duas vezes por ano, atletas adolescentes da Guiana Francesa, República Cooperativa da Guiana, Suriname e do Amapá.

O Centro Estadual de Língua e Cultura Francesa Danielle Miterrand, situado em Macapá, oferece cursos gratuitos de francês. Inaugurado em janeiro de 1999, o número de inscritos chega a cerca de 2 mil em 2010. O Centro Cultural Franco-Amapaense realiza igualmente diversas atividades visando promover ao mesmo tempo a cultura francesa e a cultura brasileira, como a organização de exposições do artesanato ameríndio, oficinas temáticas e estadias na Guiana Francesa.

### *O ensino superior*

A Universidade Antilhas-Guiana, o Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento e a Universidade Federal do Amapá assinaram em fevereiro de 2011 um acordo de cooperação científica e técnica. Este prevê a realização de programas de pesquisa ou de formação conjuntos, a recepção e o intercâmbio de pesquisadores ou estudantes. A temática da biodiversidade no ambiente amazônico será o destaque.

## **4.4. As perspectivas**

A extração clandestina do ouro, a pressão migratória, os fluxos ilegais de bens e pessoas, o desmatamento florestal, a manutenção da segurança civil, a vigilância sanitária, mas também o desenvolvimento de infraestruturas de transporte e comunicação, os intercâmbios econômicos, a consideração dos interesses das populações locais, a preocupação com um desenvolvimento dito “sustentável” são tantos quantos assuntos que necessitam de intercâmbios e realizações de ações conjuntas e coordenadas entre as partes brasileira e francesa.

Além disso, esses territórios permanecem ainda marginais – socio e economicamente – em relação a seus espaços nacionais respectivos. Esta marginalidade poderá ser ultrapassada graças a uma maior comunicação e um melhor conhecimento dos atores e do meio ambiente de ambos os lados do rio Oiapoque.

No momento da abertura da ponte ligando a França ao Brasil, as autoridades brasileiras e francesas têm um interesse comum para promover o desenvolvimento do Estado do Amapá e da zona transfronteiriça; trata-se para o Brasil de dinamizar um Estado amazônico particularmente desfavorecido, e para a França de reduzir o isolamento do Leste guianês.

*As economias da Guiana Francesa e do Amapá parecem estruturadas de maneira semelhante (pelo menos no tocante aos setores da produção e exportação), e poucas complementaridades são identificadas. Entretanto, oportunidades existem e ações conjuntas permitirão intensificar essas trocas comerciais visadas.*

*Os principais limites à cooperação econômica identificados provêm:*

- Da insuficiência dos mercados: na verdade, a população guianesa representando menos de 250 mil habitantes, o mercado interior guianês não é muito importante; o taxa mínima de rentabilidade dos investimentos é elevado, a economia de escala é difícil, e os investidores são cada vez mais raros. O ambiente no Amapá apresenta grandes semelhanças. Essas mesmas deficiências são observadas, se bem que em menor escala;
- Das assimetrias em matéria de custo de trabalho: a mão de obra guianesa permanece pouco competitiva;
- Do custo de transporte: não é possível, por exemplo, hoje, transportar containers entre Caiena e São Jorge do Oiapoque;
- Da inexistência de acordos-quadro entre o Brasil e a França relativos às normas europeias e às questões alimentares (assimetria das uniões MERCOSUL/União Europeia);
- Das dificuldades na identificação dos interlocutores para cada Parte, da falta de acompanhamento das políticas realizadas (alta rotatividade dos responsáveis para a Guiana Francesa), e do acesso à informação;

- Do distanciamento e do estado precário dos eixos rodoviários (estradas mal conservadas, perigosas e distâncias grandes entre as cidades, especialmente no Amapá);
- Da barreira linguística (francês versus português);
- Do clima dos negócios: a Guiana Francesa é vista como porta de entrada da Europa para penetrar nos mercados vizinhos, e o Brasil como o “gigante” ao lado do qual a Guiana Francesa “não tem muita importância”;
- Do peso da burocracia administrativa e da falta de reciprocidade, por exemplo, os pedidos de vistos;
- Da assimetria do diálogo entre a Guiana Francesa, « o pequeno polegar » econômico, mas “representante” da potência europeia, que possui certo atrativo para as populações vizinhas, e o Brasil, país ainda emergente, mas já tendo um peso político maior.

Assim, projetos não tiveram êxito em razão do não respeito do quadro legislativo, da falta de preparação ou de informação dos interessados.

#### *As principais oportunidades identificadas em matéria de intercâmbios comerciais*

- Os intercâmbios comerciais entre a Guiana Francesa e o Amapá são limitados por falta de infraestruturas de transporte: quer seja por terra, mar ou ar, a oferta é insuficientemente desenvolvida. As autoridades trabalham, entretanto, para a abertura desses dois territórios: a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, a pavimentação acoplada da BR-156, facilitarão assim as condições de exportação de produtos e serviços, e o investimento direto para o território vizinho (que poderá ser executado em parceria com empresas locais) A implantação de infraestruturas de transporte abre também a possibilidade de voltar-se para novos circuitos de abastecimento e de exportação.
- A Guiana Francesa e o Amapá compartilham problemáticas comuns, tais como o acesso à rede elétrica das áreas mais afastadas, a luta contra o desmatamento, a exploração sustentável e racional das riquezas minerais, a diversificação de suas economias: intercâmbios de práticas e experiências, assim como partilhas de know-how permitirão aos atores de ambos os lados do rio integrar novos métodos, novos pontos de vista e dessa forma alimentar os conhecimentos conjuntos nesses domínios.
- As zonas de livre comércio (em São Jorge do Oiapoque, Santana e Macapá) representam possibilidades de aumentar os intercâmbios comerciais entre ambos os territórios. Elas favorecem realmente a comercialização de bens importados e englobam medidas de iniciativas para o investimento.
- A insuficiência e a debilidade dos mercados na Guiana Francesa e no Amapá não facilitam seu desenvolvimento econômico, e sobrecarrega a rentabilidade dos investimentos. Não obstante, os índices de crescimento da população, bem como do PIB/habitante são relativamente elevados, favorecendo no futuro o desenvolvimento de ambos os mercados internos, de maneira a atrair os investidores.

*Para aproveitar essas oportunidades e para que esses dois territórios passem de uma lógica de compensação do atraso à uma lógica de desenvolvimento, os eixos seguintes poderão ser desenvolvidos:*

- **Favorecer a abertura e estruturação dos territórios da Guiana Francesa e do Amapá**
  - Desenvolver as infraestruturas de comunicação;  
Ligações aéreas e rodoviárias múltiplas entre essas duas regiões poderão facilitar os fluxos de bens e pessoas e dessa forma contribuir para a abertura de ambos os territórios.
  - Desenvolver infraestruturas elétricas;  
A implantação da interconexão das redes elétricas do Brasil e da Guiana Francesa permitirão enfrentar as necessidade crescentes de energia elétrica na região e garantir os abastecimentos. Será importante desenvolver uma cooperação franco-brasileira relativamente à problemática das áreas isoladas, comum aos dois territórios.
  - Desenvolver as comunicações herzianas.
- **Facilitar os intercâmbios comerciais, apostar na complementaridade dos dois vizinhos e estruturar as cadeias produtivas:**
  - Implantar políticas comerciais conjuntas a fim de incentivar os intercâmbios de mercadorias entre a Guiana Francesa e o Amapá.

- Nesse objetivo, a França poderá convidar o Brasil a unir-se:
      1. À Convenção de Transporte Internacional Rodoviário (TIR)<sup>176</sup> que facilita o transporte de mercadorias por estradas, oferecendo o máximo de garantias às administrações aduaneiras de cada país de trânsito<sup>177</sup>;
      2. Ao sistema ATA<sup>178</sup> que simplifica a burocracia administrativa e reduz os custos aduaneiros pondo a disposição um documento único, o carnet ATA, para efetuar as formalidades ligadas a uma operação de admissão temporária, de exportação temporária ou de trânsito.
    - Para facilitar os intercâmbios de produtos submetidos a regulamentações especiais, a União Europeia e o Brasil poderão igualmente iniciar uma aproximação das normas sanitárias, técnicas e de comercialização.
- Ações de acompanhamento de aplicação das normas de produtos brasileiros poderão ser consideradas pelas autoridades francesas.
- Facilitar os intercâmbios (sociais, culturais, econômicos) ao nível local, entre as duas margens do rio. Apesar de historicamente as populações ribeirinhas do rio Oiapoque serem muito próximas, elas podem, hoje, sentir dificuldades para dialogar e comercializar em razão das barreiras administrativas. A fim de implicar as populações (primeiras interessadas no processo de cooperação entre a Guiana Francesa e o Amapá) essas duas partes terão de encontrar pontos de concordância entre outros, sobre a questão da circulação de pessoas e a definição de um eventual estatuto transfronteiriço. A implantação de uma carteira transfronteiriça que seria entregue aos habitantes da área está atualmente em estudo pelas autoridades dos dois países.
  - Estruturar os setores a fim de aumentar a competitividade das empresas (guianesas em especial) e trazer à tona possibilidades de pesquisa de mercados para a exportação (a rede guianesa é constituída em sua maioria de microempresas tornando difíceis as projeções ao nível internacional). A Guiana Francesa poderá, especialmente, apoiar-se em suas vantagens competitivas (apoio ao investimento através da exoneração fiscal e as ajudas da União Europeia, acesso a uma tecnologia de ponta) para desenvolver seu espírito empreendedor e posicionar-se, por exemplo, nos setores de alto valor agregado.
  - No Amapá, a rarefação dos recursos haliêuticos ocasiona um aumento do preço dos mesmos. Um reequilíbrio dos preços é, portanto, a ser previsto entre o Amapá e a Guiana Francesa. Desse modo, o preço do peixe na Guiana Francesa tornar-se-á interessante para o Amapá (sob condição de uma luta ativa contra a pesca ilegal, que resulta da sobreexploração das águas brasileiras). Atualmente alguns pescadores guianeses vendem seu peixe em Saint Georges de l'Oyapock, o acoupa, em especial, a compradores que vêm do Amapá ou do Pará. Uma parceria poderá ser desenvolvida com o Brasil valorizando de maneira partilhada o peixe que será em seguida exportado da Guiana Francesa para a Europa.
  - Hoje a carne brasileira que chega à Guiana Francesa é oriunda de São Paulo e transitou anteriormente pela França continental. A Guiana Francesa e o Amapá poderão ser associados a esse percurso abatendo a carne diretamente no Oiapoque, cortando-a e fazendo a preparação para sua comercialização em São Jorge do Oiapoque
  - A pecuária fora do solo do Amapá não é rentável, pois os custos com a alimentação e transporte são elevados. O Amapá compra, portanto, diretamente os produtos da pecuária do sul do Brasil e a cadeia produtiva local não é desenvolvida.
    - Uma fábrica na Guiana Francesa ou no Amapá poderá produzir suficientemente alimentação animal para que economias de escala sejam realizadas e propor assim preços suficientemente baixos para a criação de gado da Região.
    - Uma parceria Guiana Francesa-Amapá permitirá a mutualização das experiências e um acompanhamento das fábricas de alimentação e pecuária nas áreas técnica e financeira.
- As cadeias produtivas a serem desenvolvidas serão portanto:
- Uma fábrica de alimentos ;
  - Pecuária ;
  - Matadouros.
- Os matadouros e a pecuária poderão ser divididos entre as duas regiões, enquanto uma só fábrica será suficiente para a produção de alimentos. O alcance de um volume importante possibilitará o transporte de alimentos desemballados.
- Será necessário financiar e acompanhar o progresso espetacular do setor durante o período de teste e de implementação.

<sup>176</sup> Entrada em vigor em 1978, Comissão Econômica para a Europa das Nações Unidas (CEE –ONU).

<sup>177</sup> <http://www.douane.gouv.fr/page.asp?id=347> (consultado em 25 de julho de 2010).

<sup>178</sup> ATA : contração de “admissão temporária” e “temporary admission” <http://www.douane.gouv.fr/>

- A Guiana Francesa tem a vantagem de possuir madeira de classe 4 que não necessita ser tratada. Logo, a madeira guianesa, mostra-se interessante para os construtores de casas bioclimáticas, sobretudo na Europa. A Guiana Francesa não tendo meios suficientes para atender à demanda europeia, os empreiteiros guianeses poderão associar-se com seus homólogos amapaenses para exportar para a Europa casas pré-fabricadas, por exemplo. Esta cadeia produtiva poderá também constituir uma fonte de abastecimento interessante para favorecer a construção de moradias populares na Guiana Francesa. Por outro lado intercâmbios de know-how concernindo a eco-certificação ou ainda a exploração sustentável de florestas poderão ser desenvolvidos.

**- Fortalecer as ações conjuntas no domínio da vigilância sanitária, ambiental e epidemiológica nas fronteiras**

A cooperação ativa nesse domínio, destacada durante a última comissão mista transfronteiriça, já possibilitou vários progressos. Ainda é necessário continuar com esses esforços de intensificação para a elaboração de estratégias conjuntas (luta contra a dengue e as doenças transmissíveis, plano de vacinação, vigilância das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), etc.) que permitirão aos atores dessa área melhor se conhecer e criar sinergias de ações.

A agência AFD de Brasília e o Laboratório Central de Saúde Pública do Amapá (LACEN/AP) identificaram assim, possibilidades de parceria, focalizadas sobretudo no fortalecimento do laboratório de fronteira de Oiapoque, que permitirá aumentar a capacidade mínima de vigilância das epidemias de malária, dengue e AIDS<sup>179</sup>. O LACEN-AP mostra-se além disso bastante interessado pelo desenvolvimento de uma cooperação técnica com a Guiana Francesa (Instituto Pasteur, Centro Hospitalar de Caiene, em especial).

**- Fortalecer a cooperação científica e técnica entre a Guiana Francesa e o Amapá a fim de beneficiar da experiência e da competência do território vizinho**

- A Guiana Francesa oferece principalmente a oportunidade para uma cooperação científica franco-brasileira inovadora, através da exploração das imagens fornecidas pela estação de recepção dos dados satélite de nova geração para a observação da terra (Spot 5). A utilização dessas imagens de satélite será de uma grande utilidade para o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais brasileiro que trabalha sobre mudança climática, mas também para o Ministério do Meio Ambiente que implanta instrumentos de observação e de controle no âmbito do programa de gestão das florestas públicas.
- Um programa universitário transfronteiriço sobre o bioma amazônico (ecossistema da região) complementando o Centro Franco-Brasileiro da Biodiversidade, e a “Cidade do Saber” do lado brasileiro são tantos quantos projetos que possibilitarão o intercâmbio de conhecimentos e a reciprocidade dos meios na área da pesquisa de alto nível.

**- Elaborar políticas conjuntas de gestão sustentável dos recursos naturais**

- O projeto « Platô das Guianas » cofinanciado pelo FFEM contribui para o desenvolvimento das abordagens conjuntas em matéria de gestão sustentável de florestas e de eco-certificação, redução dos impactos ligados ao tratamento do ouro sobre as populações e o meio ambiente, e a gestão sustentável das áreas protegidas.
- Políticas comuns de luta contra o garimpo clandestino e o acompanhamento das populações para outras atividades geradoras de rendas deverão ser desenvolvidas e poderão beneficiar do apoio das agências de desenvolvimento brasileira e francesa.
- O Amapá e a Guiana Francesa poderão trabalhar conjuntamente sobre as problemáticas ligadas à proteção das terras e das culturas indígenas. Na realidade, algumas etnias, como os Wayãpi, estão presentes nos dois territórios.
  - O Amapá poderá contribuir com sua competência em matéria pedagógica. O Estado trabalha principalmente em parceria com Organizações Não Governamentais. Por exemplo, a construção do museu das culturas indígenas do Oiapoque (2001-2003) envolveu a participação da Associação dos Povos Indígenas do Oiapoque (APIO) e a Associação Galibi-Marwormo (AGM).
  - A Guiana Francesa poderá contribuir com seu know-how em matéria de gestão, análise das necessidades e diagnósticos. A ONF, por exemplo, destaca seu plano de aproveitamento da floresta.

<sup>179</sup> Oiapoque é o município com maior incidência de malária e on de a incidência da AIDS, estável ao nível do país, está aumentando.



## AGRADECIMENTOS

---

As parcerias CEROM fazem questão de agradecer às autoridades brasileiras, as administrações públicas francesas e brasileiras, aos doadores, ao Consulado Honorário da França em Macapá, às sociedades privadas, aos socioprofissionais e aos atores da sociedade civil encontrados durante a preparação deste estudo, e principalmente as seguintes instituições:

Seviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amapá (SEBRAE)  
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)  
Agência Brasileira de Cooperação (ABC)  
Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP)  
Secretaria Especial do Governo do Amapá  
Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico do Amapá  
Secretaria da Indústria, do Comércio e Mineração do Amapá  
Secretaria de Turismo

Câmara de Comércio e Indústria da Região Guiana (CCIRG)  
Consulado Geral do Brasil em Caiena  
Prefeitura da Guiana  
Conselho Geral da Guiana  
Conselho Regional da Guiana

## BIBLIOGRAFIA

### Livros

ACHCAR CHELALA Charles, A Magnitude do Estado na socioeconomia Amapaense, Rio de Janeiro : Publit Soluções Editoriais, 2008

DANTONEL-COR Mathilde, Droit des collectivités territoriales, 3e édition, Bréal, 2007

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (GEA), Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), Guia do investidor Amapá, 3e edição, Macapá-Amapá-Brasil, 2007

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ (GEA), Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico (SEDE), Plano de Desenvolvimento integrado Amapá Produtivo – Resumo Executivo, Macapá-AP, 2005

MAM LAM FOUCK Serge (dir.), Comprendre la Guyane d’Aujourd’hui, un département dans la région des Guyanes, Ibis Rouge Editions, Matoury (Guyane), 2007

PAIVA DE ALMEIDA Domingos (dir.), Introduction au droit brésilien, L’Harmattan, 2006

POLICE Gérard, Eurodorado, Le discours brésilien sur la Guyane française, Ibis Rouge Editions, Matoury, Guyane, 2010

PORTO Jadson, Amapá : Principais Transformações Econômicas e Institucionais – 1943 a 2000, 2a edição, Macapá : edição do autor, 2007

### Publicações científicas

ATTICOT Marie-Annick, « La coopération transfrontalière Guyane-Brésil », Bulletin des Bibliothèques de France, t. 46 n°3, Paris, 2001

BOUDOUX d’HAUTEFEUILLE, « La frontière et ses échelles : les enjeux d’un pont transfrontalier entre la Guyane française et le Brésil », Cybergeo : European Journal of Geography, Espace, Société, Territoire, article 514

GRANGER Stéphane, « Le constaté franco-brésilien dans l’imaginaire guyanais » revue Guaiana n°6, 4ème trimestre 2003, Ed. Centre regional de Documentation pédagogique (CRDP) de Guyane

KUTAS Géraldine, « La politique commerciale du Brésil », Kutas, G. 2006. « La Politique Commerciale du Brésil », Actes du colloque «La langue portugaise, le Brésil, la Lusophonie, la mondialisation linguistique : un nouveau regard », Brésil/Brésils, Arara et Mairie de Montreuil, Paris

V. SILVA (de) Gutemberg Usos Contemporâneos da fronteira Franco-Brasileira : entre os ditames globais e a articulação local, sob a direção do Professor Aldomar Arnaldo Rückert, Porto Alegre, março, 2008

V. SILVA (de) Gutemberg, « Estratégias de cooperação e obstáculos nas relações internacionais entre o estado do Amapá e o Departamento da Guiana Francesa ». In : Encontro Nacional da Associação Nacional de Pos-Graduação em Ambiente e Sociedade, 2008, Brasília

### Publicações na Imprensa

MALLET Bernard, « l’Embrapa en action », Agronews, CIRAD, n°1 – février 2010

### Monografias

DOS SANTOS BARROSO Inacio Flávio, « L’Amapá et la Guyane Française : les opportunités entre l’Union Européenne et le Mercosur »

### Imprensa

Diário do Amapá « Zona Franca do Amapá é aprovada pelo Senado », Diário do Amapá, 4 dec 2008, no portal Amazônia. <http://portalamazonia.globo.com/pscrip/noticias/noticias.php?pag=old&idN=75820>

Agence France Presse e Le Monde.fr, « L’UE et le Mercosur relancent leurs négociations sur un accord de libre échange. » [http://www.lemonde.fr/economie/article/2010/05/17/1-ue-et-le-mercotur-relancent-leurs-negociations-sur-un-accord-de-libre-echange\\_1353146\\_3234.html](http://www.lemonde.fr/economie/article/2010/05/17/1-ue-et-le-mercotur-relancent-leurs-negociations-sur-un-accord-de-libre-echange_1353146_3234.html)

### Fontes jurídicas

Constitution de la République Française de 1958

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

Acordo-Quadro de cooperação entre o governo da República Francesa e o governo da República Federativa do Brasil (1996)

Tratado de Roma

Journal officiel de la République Française



## **Outros documentos**

Vade-Mecum sobre a concessão marítima, regime oriundo da Lei nº2004-639 de 2 de julho de 2004, setembro de 2006, Direção Geral das Duas e Direitos Indiretos (DGDDI)

## **Sites internet**

### *Instituições da Guiana Francesa*

Conseil Régional de la Guyane : [www.cr-guyane.fr/](http://www.cr-guyane.fr/)

Conseil Général de la Guyane : [www.cg973.fr](http://www.cg973.fr)

Préfecture de Guyane : [www.guyane.pref.gouv.fr/](http://www.guyane.pref.gouv.fr/)

Chambre de Commerce et d'Industrie de la Région Guyane (CCIRG) : [www.guyane.cci.fr](http://www.guyane.cci.fr)

Parc Naturel Régional de Guyane (PNRG) : <http://www.pnr-guyane.org/pro>

### *Instituições do Amapá*

Agência de Desenvolvimento do Amapá (ADAP): [www.adap.ap.gov.br](http://www.adap.ap.gov.br)

Governo do estado do amapá : [www.Amapá.gov.br](http://www.Amapá.gov.br)

### *Instituições nacionais*

Agência Brasileira de Cooperação (ABC) : [www.abc.gov.br/](http://www.abc.gov.br/)

Agence Française de Développement (AFD) : [www.afd.fr](http://www.afd.fr)

Embaixada do Brasil na França : [www.bresil.org](http://www.bresil.org)

Embaixada da França no Brasil: <http://www.ambafrance-br.org>

Delegação Interministerial do Ordenamento Territorial e da Atratividade (DATAR): [www.datar.gouv.fr](http://www.datar.gouv.fr)

Alfândegas francesas : <http://www.douane.gouv.fr/>

Ministério do desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior do Brasil

<http://www2.desenvolvimento.gov.br/sitio/secex/negInternacionais/tec/altTec.php>

Receita Federal do Brasil : <http://www4.receita.fazenda.gov.br/simulador/glossario.html>

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) : [www.sebrae.com.br](http://www.sebrae.com.br)

### *Instituições Internacionais*

Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana (IIRSA): [www.iirsa.org](http://www.iirsa.org)

Organização das Nações Unidas (ONU) – Objetivos do Milênio para o Desenvolvimento (OMD)

<http://www.un.org/fr/millenniumgoals/bkgd.shtml>

Organização Mundial do Comércio (OMC)

Comissão Europeia : <http://trade.ec.europa.eu/>

### *Outros sites internet*

Legifrance : <http://www.legifrance.gouv.fr/>,

Vie publique : <http://www.vie-publique.fr/>

Estados Gerais do Ultramar (États Généraux de l'outre-mer) : <http://www.Étatsgenerauxdeloutremer.fr/rapport-de-synthese-dcs-États-generaux-en-guyane>

### **IEDOM**

8, rue Christophe Colomb  
BP 6016  
97 306 Cayenne Cedex  
[www.iedom.fr/guyane](http://www.iedom.fr/guyane)

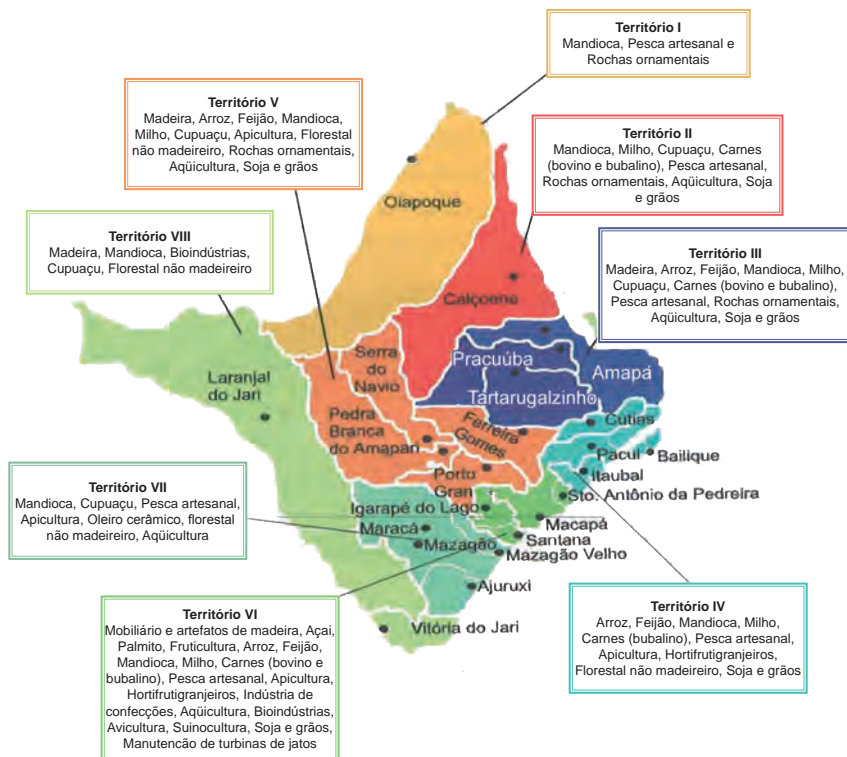
### **AFD**

Lotissement des Héliconias  
Route de Baduel  
BP 1122  
97 345 Cayenne Cedex  
[www.afd-guyane.org](http://www.afd-guyane.org)

### **INSEE**

Service Régional de Guyane  
23 Ter, avenue Pasteur  
97 306 Cayenne Cedex  
[www.insee.fr/guyane](http://www.insee.fr/guyane)

## Apêndice : Pólos de desenvolvimento segundo o plano de desenvolvimento integrado - Amapá produtivo



Fonte : Governo do Estado do Amapá (GEA), Secretaria Especial de Desenvolvimento Economico (SEDE), Secretaria de Estado da Indústria, Comércio e Mineração (SEICOM), Guia do investidor Amapá, 3e edição, Macapá-Amapá-Brasil, 2007.


Com uma fronteira comum de mais de 600 km, os territórios da Guiana Francesa e do Amapá possuem várias semelhanças. Com mais de 90% cobertos pela floresta amazônica, eles apresentam um forte atraso de desenvolvimento comparativamente a seus Estados centrais, um sub-equipamento e um isolamento importantes. A insuficiência de seus mercados internos ou ainda a percepção das ajudas financeiras elevadas, são, além disso, tantos quantos pontos em comum que facilitam sua comparação.

Esses dois territórios devem assim, responder a muitos desafios semelhantes: um desenvolvimento equilibrado que preserve a biodiversidade, ou ainda a estruturação e a promoção de territórios melhor inseridos em seu meio ambiente, especialmente. Esse desenvolvimento deverá permitir a redução de sua dependência econômica e comercial em relação a seus Estados centrais e facilitar a criação de empregos locais duráveis.

Às vésperas da abertura da ponte sobre o rio Oiapoque ligando as duas cidades, Saint Georges de l'Oyapock (Guiana Francesa) e Oiapoque (Brasil), duas regiões, o Amapá e a Guiana Francesa, dois países, o Brasil e a França, ou ainda dois conjuntos regionais, o MERCOSUL e a União Europeia, os desafios são importantes.

Apesar de vários elementos serem favoráveis a sua cooperação, as diferenças de língua, a existência de normas e quadros legislativos bem distintos, constituem obstáculos às trocas frutuosas. Os atores econômicos conhecem-se pouco e apreendem com dificuldade o ambiente do território limítrofe.

É nesse contexto que os parceiros da CEROM se mobilizaram para realizar um estudo comparativo nesses dois territórios vizinhos. O estudo concentra-se nas áreas econômicas, sociais, políticas e ambientais, assim como na organização do território.

ISBN : 971-2-11-0631546	
	Dépôt légal : août 2011
9 782110 631541	
SAGE : GUYAMA280 - Prix : 12€	
AOÛT 2011	